



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

André Campos de Camargo

**Félix Guattari & a Educação: o funcionamento micropolítico da
máquina escolar capitalista**

Campinas
2024

André Campos de Camargo

**Félix Guattari & a Educação: o funcionamento micropolítico
da máquina escolar capitalista**

*Tese apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de
Doutor em Educação, na Área de
Educação*

Orientador: Silvio Donizetti de Oliveira Gallo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO ANDRÉ CAMPOS DE
CAMARGO E ORIENTADA PELO PROF.
DR. SILVIO DONIZETTI DE OLIVEIRA
GALLO

Campinas
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

C14f Camargo, André Campos, 1979-
Félix Guattari & a educação : o funcionamento micropolítico da máquina
escolar capitalista / André Campos de Camargo. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Silvio Donizetti de Oliveira Gallo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Guattari, Felix, 1930-1992. 2. Instituição escolar. 3. Subjetividade. 4.
Educação. 5. Processos de singularização. I. Gallo, Silvio Donizetti de Oliveira,
1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III.
Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Félix Guattari & education: the micropolitical functioning of the
capitalist school machine

Palavras-chave em inglês:

Guattari, Felix, 1930-1992

School institution

Subjectivity

Singularization

Área de concentração: Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Silvio Donizette de Oliveira Gallo

Alexandre Filordi de Carvalho

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci

Larissa Drigo Agostinho

Raphael Guazzelli Valerio

Data de defesa: 20-02-2024

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

ORCID do autor: 0000-0002-5148-3781

Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2455127149136473>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

TESE

Félix Guattari & a Educação: o funcionamento micropolítico da máquina escolar capitalista

André Campos de Camargo

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo
Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho
Prof. Dr. Christian Fernando Ribeiro Guimarães
Vinci
Profa. Dra. Larissa Drigo Agostinho
Prof. Dr. Raphael Guazzelli Valerio

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2024

DEDICATÓRIA

Para Cintia Mara Bertolucci.
[*in memoriam*]

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Tatiana, à minha mãe Ester, ao meu pai Domingos, ao meu irmão Fernando, à minha avó Lídia [*in memoriam*] e ao meu avô José [*in memoriam*] pelo carinho, amor e dedicação.

Aos meus amigos e amigas: Ana Paula, André Félix, Augusto, Almir Faria, Cintia, Gisele, Emerson, João Lourenço, Luccas Castilho, Luciana Silva, Odralésio, Patrícia Neves.

Para: Nina e Babi.

Aos meus professores e professoras do Ensino Básico.

Aos funcionários e funcionárias da Faculdade de Educação da UNICAMP, pela atenção e receptividade.

Aos companheiros e companheiras da linha de pesquisa “Linguagem e Arte em Educação” e do grupo de estudo “Transversal” – ambos da Faculdade de Educação da Unicamp – pelas conversas, leituras, aprendizados e risos.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, principalmente, Dra. Alexandrina Monteiro, Dra. Carmen Lúcia Soares, Dr. César Aparecido Nunes, Dr. Ezequiel Teodoro dos Santos, Dr. Regis H. R. Silva e Dr. Roberto Akira Goto pela presença intelectual, acolhimento e incentivo.

Aos professores e professoras que participaram do Exame de Qualificação: Dra. Alexandrina Monteiro, Dr. Alexandre Filordi de Carvalho e Dr. Raphael Guazzelli Valerio pelos aconselhamentos, críticas e sugestões.

Aos professores e professoras que participaram do Exame de Defesa: a) titulares: Dra. Larissa Agostinho Drigo, Dr. Alexandre Filordi de Carvalho, Dr. Raphael

Guazzelli Valerio, Dr. Christian G. Vinci; b) suplentes: Dra. Alexandrina Monteiro, Dr. Marcos Santana e Dr. Alex Fabiano Correia Jardim.

E, especialmente, ao Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo pela orientação, confiança e amizade.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva problematizar o funcionamento da instituição escolar a partir do conceito de máquina – relação intrínseca entre estrutura e desejo – desenvolvido por Félix Guattari. Para tanto, a investigação parte da seguinte pergunta: em que medida as relações micropolíticas gestadas na máquina escolar contribuem com o processo capitalista de subjetivação? A hipótese assenta-se no pressuposto de que existe uma relação complementar entre a produção de subjetividade operada na escola e, sobretudo, o funcionamento do capitalismo de saber social geral (*General Intellect*). A admissibilidade da formulação acima apoia-se em quatro proposições: 1º) que a subjetividade tornou-se uma potência produtiva, deixando de ser entendida como um elemento de indeterminação e subjetivismo; 2º) que a antiprodução pedagógica tem a função de impedir que o desejo se converta em um estímulo de subversão das massas; 3º) que a maior parte dos agenciamentos do campo educacional torna apta a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica; 4º) que os agenciamentos que escapam da axiomatização dominante podem servir para a singularização das subjetividades no espaço escolar. Este estudo configura-se como uma contribuição para o campo da Filosofia da Educação de duas formas: primeiro, com a atualização crítica da função da instituição escolar na sociedade e, segundo, com a ampliação dos estudos envolvendo o pensamento guattariano na Educação.

Palavras-chave: Máquina escolar. Estrutura/desejo. Micropolítica. Produção de subjetividade. *General Intellect*, Antiprodução pedagógica. Mais-valia maquínica. Singularização.

ABSTRACT

This research aims to problematize the functioning of the school institution from the concept of machine – intrinsic relationship between structure and desire – developed by Félix Guattari. Therefore, the investigation starts from the following question: to what extent do the micropolitical relations created in the school machine contribute to the capitalist process of subjectivation? The hypothesis is based on the assumption that there is a complementary relationship between the production of subjectivity operated at school and, above all, the functioning of capitalism of general social knowledge (General Intellect). The admissibility of the above formulation rests on four propositions: 1°) that subjectivity has become a productive power, ceasing to be understood as an element of indetermination and subjectivism; 2) that pedagogical anti-production has the function of preventing desire from becoming a subversion stimulus for the masses; 3°) that most of the assemblages in the educational field make subjectivity capable of extracting machinic surplus value; 4°) that the assemblages that escape the dominant axiomatization can serve to singularize subjectivities in the school space. This study is a contribution to the field of Philosophy of Education in two ways: first, with a critical update of the function of the school institution in society and, second, with the expansion of studies involving Guattarian thought in Education.

Keywords: School machine. Structure and desire. Micropolitics. Production of subjectivity. General Intellect, Pedagogical anti-production. Machinery added value. Singularization.

Sumário

Introdução	14
Capítulo I. Guattari e o pós-estruturalismo francês: o pós-estruturalismo é um movimento legitimador da condição pós-moderna?	35
I- 1. A imagem caricatural do pós-estruturalismo.....	35
I- 2. Da modernidade à pós-modernidade, do modernismo ao pós-modernismo.....	36
I- 2.1 Habermas e o declínio da modernidade cultural.....	36
I- 2.2. Jameson: vanguardas estéticas a serviço do capital	38
I- 2.3 Harvey e as vanguardas estéticas: modernismo versus pós-modernismo.....	40
I- 3. Estruturalismo e pós-estruturalismo	44
I- 3. O estruturalismo	46
I- 3.2 O pós-estruturalismo	48
I- 4. O pós-estruturalismo como um movimento legitimador da condição pós-moderna	51
I- 5. Aspectos teóricos e metodológicos: o pós-estruturalismo não é um movimento legitimador da condição pós-moderna.....	53
Capítulo II: Máquinas e maquinações	56
II- 1. Problematizações em torno da noção de máquina	56
II- 1.2 A máquina contra a estrutura	58
II- 2. Desdobres conceituais: a ontologia maquínica.....	66
II-2.1 As máquinas técnicas.....	70
II-2.2 As máquinas sociais.....	73
II-2.3 As máquinas abstratas	74
II-2.4 As máquinas desejantes	76
II- 3. O conceito de máquina e o mito da máquina.....	79
Capítulo III - A importância da produção de subjetividade no capitalismo mundial integrado (CMI)	82
III- 1. Subjetividade e capitalismo	82
III- 2. As transformações históricas na organização da produção capitalista: da construção do trabalho social e colaborativo ao trabalho de saber social	90
III- 2.1 Para além de Marx: o funcionamento da economia desejante.....	99

III- 3. A necessidade da refundação do conceito e das práticas de produção de subjetividade para se construir as heterogêneses subjetivas	108
---	-----

Capítulo IV – O funcionamento das semioses na produção de subjetividade capitalista: as semiologias de significação e as semiologias de não-significação.....

IV- 1. F. Saussure, L. Hjelmslev e F. Guattari.....	111
IV- 2. A constituição de uma nova pragmática: a individuação e a singularização como produtos do entrecruzamento das semiologias da significação e da não-significação	117
IV- 2.1. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de significação: as semióticas significantes.....	121
IV- 2.2. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de significação: as semióticas simbólicas.....	124
IV- 2.3. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de não-significação: as semióticas a-significantes.....	125
IV- 2.4. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de não-significação: as semióticas a-significantes de codificação natural	127
IV- 2.5. Aspectos gerais da interação das semiologias de significação e de não-significação: as semióticas mistas	127
IV- 3. A pragmática micropolítica de Félix Guattari	129

Capítulo V- A máquina escolar capitalista: antiprodução e mais-valia maquínica.....

V. 1 – A máquina escolar capitalista.....	134
V. 2 – Há semelhanças organizacionais entre as instituições formativas do Estado?	136
V. 3 – De que modo a escola sobrecodifica as relações pedagógicas a partir da antiprodução capitalista?	141
V. 4 – Em que mediada a antiprodução pedagógica faz ressoar – por meio dos componentes linguísticos – as produções de sentido e de significações axiomatizadas pelo capital?	146
V. 5 – Como a instituição escolar torna apta a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica? De que forma os condensadores de assujeitamento social e de servomaquinismo são acionados no interior da máquina escolar para preparar a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica?.....	152
V. 6 – Por que em alguns casos a subjetivação capitalista que incide sobre as relações pedagógicas falha? A organização da instituição	

escolar pode ir em direção à fabricação molecular de novas subjetividades e a reconfiguração molar das experiências escolares ou, por seu caráter específico, ela se manterá a serviço do capitalismo?157

Capítulo VI – O paradigma ético-estético na Educação: é possível criar processos de (re)singularização na máquina escolar capitalista?.....160

VI. 1– O paradigma guattariano e o *ready-made* artístico.....160

VI. 2– Os enunciados, a produção discursiva, a produção existencial e os focos de subjetivação parciais éticos-estéticos.....166

VI. 3 – O paradigma ético-estético e a Educação: é possível criar processos de (re) singularização na máquina escolar capitalista? ...174

Considerações Finais181

Referências Bibliográficas.....185

“O ponto que nos parece, pois, importante é que cabe às crianças formar-se o mais cedo possível em uma certa tradutibilidade do conjunto dos sistemas semióticos introduzidos pelas sociedades industriais”.

(Félix Guattari; 1987, p. 52)

“Mas, precisamente em razão de ele intervir ao nível mais funcional – sensitivo, afetivo, prático – o servomecanismo maquínico capitalista é suscetível de inverter seus efeitos e de levar a revelação de um novo tipo de mais-valia maquínica perfeitamente percebida por Marx. (Desdobramento do possível da raça humana, renovação constante do horizonte de seus desejos e de sua criatividade.) O capitalismo pretende se apoderar das cargas de desejo que a espécie humana traz em si. É por intermédio do servomecanismo maquínico que ele se instala no coração dos indivíduos”.

(Félix Guattari; 1987, p. 206)

“A enunciação individuada é prisioneira das significações dominantes. Só um grupo sujeito pode trabalhar os fluxos semióticos, quebrar as significações, abrir a linguagem para outros desejos e forjar outras realidades!”.

(Félix Guattari; 1987, p. 179)

Introdução

Os escritos de Félix Guattari conciliam vários campos do conhecimento que se relacionam a todo momento objetivando a problematização¹ da produção de subjetividade e a organização de novas práticas institucionais na contemporaneidade. Apesar do seu esforço para conectar diferentes áreas do saber visando pensar a construção de novas relações sociais, o campo educacional nunca ocupou um lugar de destaque em sua obra, a não ser de forma tangencial. Por que, então, analisar a Educação – em particular o funcionamento da instituição escolar – a partir dos referenciais teóricos deste pensador?

A produção teórica de Guattari chegara, em larga medida, às mãos dos leitores brasileiros, pela primeira vez, com a tradução do texto *Introdução à psicoterapia institucional* realizada pela revista Tempo Brasileiro, número 35, de dezembro de 1973. Em seguida, veio a publicação do livro *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, escrita em parceria com o filósofo Gilles Deleuze, editado pela editora Imago em 1976. Um ano depois, pela mesma casa editorial, seria traduzido e publicado *Kafka: por uma literatura menor*. Com a divulgação dessas obras, Guattari passou a conceder entrevistas e ter alguns de seus textos traduzidos por periódicos brasileiros, em especial o jornal *Folha de São Paulo*, durante as décadas de 1980 e 1990.

Sua presença militante em terras brasileiras ocorreu pela primeira vez em 1978, acompanhado por Franco Basaglia e outros grandes nomes da luta antimanicomial internacional, a convite de Gregorio Baremlitt para um congresso de psicologia organizado pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise (Ibrapsi). Depois de sua primeira passagem pelo Brasil, Guattari retornaria mais seis vezes. Sua

¹ O termo é usado aqui a partir da perspectiva de Michel Foucault (2010, p. 242): “Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)”.

familiaridade com o país era resultado de uma amizade, de longa data, com a psicanalista Suely Rolnik e, depois, com o filósofo Peter Pál Pelbart.

Na década de 1980, em meio ao processo de tentativa de redemocratização do Estado brasileiro, foram publicados alguns livros de sua autoria: *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*, *Guattari entrevista Lula* e *O inconsciente maquínico: ensaios de Esquizoanálise*. Em seguida, Suely Rolnik organizou uma coletânea de fragmentos de entrevistas e palestras realizadas por Guattari no Brasil, intitulada *Micropolítica: cartografias do desejo*. No início da década seguinte foram lançados, os livros: *O que é a filosofia?*, (com Gilles Deleuze), e sua última obra em vida *Caosmose: um novo paradigma ético-estético*. O interesse pelo pensamento guattariano ganhou maior impulso à medida que as obras em conjunto com Deleuze também foram sendo traduzidas e estudadas nas principais universidades do país.

O médico-psiquiatra Gregório Baremlitt, a psicanalista Suely Rolnik e o filósofo Peter Pál Pelbart fizeram parte da primeira geração de tradutores e comentadores brasileiros que deram relevância acadêmica para o pensamento de Guattari, principalmente, por meio de estudos direcionados à psicologia clínica: a análise institucional e a esquizoanálise. A validade das teses institucionais e esquizoanalíticas guattarianas foram colocadas à prova no campo da saúde mental por esse grupo² antes mesmo do fim da década de 1980.

O uso um pouco mais amplo do pensamento de Guattari, fora da psicologia clínica, ocorreu quando a geração subsequente começou a trabalhar os conceitos deleuze-guattarianos. Entre as diferentes abordagens efetivadas na área da Educação, pode-se ressaltar a realizada: na Filosofia da Educação pelo professor Sílvio Gallo, da Universidade Estadual de Campinas; nas pesquisas envolvendo o Currículo produzidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelos professores Tomaz Tadeu e Sandra Corazza; na Metodologia de Pesquisa com o grupo coordenado pelos professores Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da

² O pensamento de Guattari fora antropofagicamente assimilado por alguns estudiosos brasileiros na área da filosofia, da sociologia, da antropologia, da psicologia, da psicanálise etc. O estrangeiro, como mostrou Suely Rolnik (2000, pp. 451-462), não aparecia como um colonizador do pensamento, mas como um colaborador que contribuiria com a problematização de questões consideradas cruciais nessas áreas.

Escóssia, ligados às diferentes Universidades do Estado do Rio de Janeiro. Esse grupo desenvolveu um método de pesquisa baseado no conceito de cartografia.

Outras áreas do conhecimento também empregaram algumas perspectivas de Guattari e Deleuze em suas análises. Nos estudos sobre a violência de gênero destaca-se a socióloga Heleieth Saffioti com o livro *Gênero Patriarcado Violência*. Nesta obra a autora fez uso de alguns conceitos desenvolvidos pelos pensadores franceses. Na Ecologia sobressaíram as investigações realizadas pela pesquisadora anarquista Ana Godoy, do Centro de Cultura Social, e pelo professor Marcos Reigota, da Universidade de Sorocaba. Na Antropologia, os referenciais da dupla de pensadores franceses foram trabalhados pelo professor Eduardo Viveiros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No campo da comunicação e cinema, o docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, André Parente, explorou analiticamente os textos produzidos por Guattari e Deleuze.

Desde a década passada, há pesquisadores, professores e estudantes de pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, que continuam o trabalho iniciado pelas gerações anteriores. Contudo, se concentrada a atenção para a produção acadêmica brasileira voltada para o pensamento exclusivo de Guattari na Educação, constata-se que seus escritos pessoais são pouco estudados e os textos que empregam seus conceitos para pensar o campo educacional são reduzidos e muitas vezes eclipsados injustamente por serem associados apenas às ideias de Gilles Deleuze³. Ao se fazer sentir, desde a década de 1970, a importância do pensamento de Guattari em terras brasileiras e sua aplicação prática na psicologia clínica (análise institucional e esquizoanálise), verifica-se a necessidade de fazer da produção teórica pessoal deste pensador uma máquina de inquietação para se pensar e agir de outros modos na e com a Educação.

Pode-se ainda apontar dois motivos principais que fazem do pensamento de Guattari e suas práticas institucionais um interessante instrumento para se problematizar a Educação. Primeiro, em razão da produção de subjetividade ser claramente um processo presente nas relações institucionais/pedagógicas. Só

³ Em futuros trabalhos procurarei levantar algumas hipóteses a respeito dos principais motivos que teriam levado ao apagamento do pensamento guattariano no Brasil, especialmente na área da educação.

existe produção de subjetividade, isto é, formas de construir a existência e cuidar de si, diante do outro (máquina desejante), das máquinas técnicas, sociais e abstratas. Na maior parte dos países ocidentais, as crianças são obrigadas a frequentar a escola durante vários anos, transformando o espaço dessa instituição em um local privilegiado de produção de subjetividade. Por esses motivos, dos inúmeros desdobramentos do campo educacional à organização do cotidiano escolar encontram-se correlacionados aos processos⁴ produtores de subjetividade. A escolarização⁵, em todos os seus sentidos, necessita ser pensada e problematizada como uma forma particular de produção de subjetividade capitalista⁶.

O segundo motivo justifica-se pelo fato de o pensador francês ter dedicado quase toda sua vida profissional à organização da clínica La Borde juntamente com o seu fundador Jean Oury. As práticas e as dinâmicas que foram realizadas nesse lugar podem servir de referência para uma nova disposição ética, estética e política do ambiente escolar. Guattari entendia a instituição na qual atuava como um espaço de vivência coletiva e estímulo às diferenças. O objetivo era realizar uma ruptura com os sistemas verticais de organização, ultrapassando as relações horizontais e chegando às relações transversais⁷. Em vez de gerir grupos sujeitados, como provavelmente acontecia com a maior parte das instituições psiquiátricas francesas da época, a clínica La Borde estimulava a formação de grupos sujeitos.

O que se procurava realizar nesse espaço coletivo de saúde mental era combater a homogeneidade capitalista, isto é, toda produção de subjetividade serializada e padronizada da existência por meio de processos heterogênicos que

⁴ Compreende-se processo como: “a sequência contínua de fatos ou de operações que podem levar a outras sequências de fatos e operações. O processo implica a ideia de ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos” (Guattari; Rolnik 2000, p. 321).

⁵ Segundo Ivan Llich (1990) são os processos educacionais regulados pelas leis de um Estado.

⁶ Optou-se, neste trabalho, por utilizar o adjetivo capitalista e não capitalística, como fazia Guattari, porque o termo se referia às similitudes micropolíticas existentes entre EUA (capitalismo) e URSS (socialismo burocrático). Em ambos os modelos político-econômicos, a subjetivação desempenhava um papel de dominação e a exploração dos indivíduos. Com o fim da Guerra Fria e a completa hegemonia econômica do capitalismo (Capitalismo Mundial Integrado), parece que o termo perdeu sua função diferenciadora.

⁷ A transversalidade, segundo Guattari (2004, p. 111), é uma dimensão que pretende superar a verticalidade e a horizontalidade das relações de grupo. Ela é capaz de gerar uma comunicação criadora entre membros e/ou subgrupos (in)compatíveis de um grupo.

levassem à singularização da subjetividade. Acredita-se que a proximidade de Guattari com as práticas institucionais e seu abundante referencial teórico a respeito dos processos de subjetivação facilitam o manejo de seus conceitos para se pensar o funcionamento da instituição escolar.

Embora a produção teórica de Guattari não seja específica do campo da Educação, os conceitos extraídos de sua obra podem ser utilizados para se pensar e atualizar diferentes questões dessa área. Esse deslocamento teórico possibilita, como afirma Silvio Gallo (2003), tirar certos conceitos de seu campo analítico original e fazê-los funcionar como ferramentas problematizadoras em outras áreas do conhecimento, produzindo, assim, novos conhecimentos.

Em um dos poucos textos que abordou diretamente o campo da Educação, Guattari (1987, p. 50) pontuou: “um empreendimento educacional não poderia circunscrever de modo válido seu campo a questões de técnicas de aprendizagem ou de socialização. Ele coloca de imediato toda uma série de problemas micropolíticos”. Quais os problemas deveriam ser estudados, na visão do pensador francês, para se efetuar uma análise mais abrangente do campo educacional? Se a micropolítica, conforme demonstraram Guattari e Rolnik (2000, p. 127), é uma análise das formações do desejo que modelam a subjetividade no campo social, a análise micropolítica da maquinaria educacional passaria, sobretudo, pelo questionamento dos modos de subjetivação que contribuem para a produção desejante na instituição escolar.

Para Guattari (1987, p. 51), os estudiosos da área da Educação limitam, frequentemente, suas apreciações críticas ao nível mais específico da técnica do ensino, da aprendizagem, do currículo, da avaliação, da didática etc. Tais posicionamentos acabam levando muitos pesquisadores a um certo aplainamento a respeito das produções desejantes que organizam as subjetividades dos estudantes a partir dos axiomas⁸ do capitalismo. Assim, nenhum estudo de cunho

⁸ O axioma é uma premissa que não é provada ou demonstrada, entretanto, é considerada como óbvia ou como consenso necessário para a aceitação de uma teoria. Por esse motivo, é aceito como verdade e serve de ponto inicial para dedução de outras verdades. Por isso, existem tantas formas de regulamentação do campo social pelos axiomas da máquina social capitalista. Eles podem ser econômicos, sociais, políticas, pedagógicas, militares, religiosas etc.

pedagógico poderia dispensar ou colocar em segundo plano uma análise das disposições subjetivas processadas na escola.

Em outras palavras, qualquer investigação do campo educacional comprometida com a compreensão do funcionamento do capitalismo e seus efeitos institucionais necessitaria incluir pelo menos duas problemáticas gerais a respeito da produção de subjetividade. Primeiro, como a economia desejante (libido⁹) dos estudantes é investida pelo campo social e manufaturada pela maquinaria escolar. Segundo, como os investimentos desejantes trabalhadas no interior da escola podem ser alteradas para ajudar a romper com a estrutura de dominação capitalista.

Devido a relevância das práticas institucionais e dos referenciais teóricos guattarianos para se abordar o campo educacional, esta pesquisa parte da seguinte pergunta: em que medida as relações micropolíticas gestadas na máquina escolar contribuem com o processo capitalista de subjetivação? A hipótese assenta-se no pressuposto de que existe uma relação complementar entre a produção de subjetividade operada na escola e, sobretudo, o funcionamento do capitalismo de saber social (*General Intellect*¹⁰). A admissibilidade da formulação acima apoia-se em quatro proposições: 1º) que a subjetividade tornou-se uma potência produtiva, deixando de ser entendida como um elemento de indeterminação e subjetivismo; 2º) que a antiprodução pedagógica tem a função de impedir que o desejo se converta em um estímulo de subversão das massas contra o capitalismo; 3º) que a maior parte dos agenciamentos coletivos de enunciação do campo educacional torna apta a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica; 4º) que os agenciamentos que escapam da axiomatização dominante podem servir para a singularização das subjetividades no espaço escolar.

⁹ Para Guattari a libido é formada por investimentos sociais que se transfiguram em desejos/vontades e não se refere, simplesmente, a uma energia primordial que sustenta a pulsão de vida e morte como na psicanálise. Segundo o *Vocabulário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1998, p. 266) é difícil apresentar uma noção reduzida e satisfatória do termo por causa das diferentes conceitualizações empregadas pelo campo psicanalítico.

¹⁰ O capitalismo de saber social geral é a dimensão coletiva e social da atividade intelectual quando esta se torna fonte de produção de riquezas.

O desdobramento das proposições acima possibilita conhecer o funcionamento da instituição escolar a partir do conceito de máquina¹¹, isto é, por meio da relação intrínseca entre a estrutura¹² social e o desejo¹³. Deste ponto de vista micropolítico é possível deduzir que cada escola, independentemente de suas peculiaridades, tem sua atuação condicionada a uma estrutura social existente, sendo a estrutura o que ajuda a viabilizar o modo de produção capitalista. O desejo, por sua vez, é o que coloca em funcionamento a produção social e as relações sociais para que os indivíduos possam manter ou romper a estrutura.

Segundo Guattari (2004, p. 310), essa forma de compreender as dinâmicas institucionais revela um indivíduo dividido entre a estrutura e o desejo. Nesse modo de operar, uma parte, ou indivíduo consciente, fica ao lado da estrutura e a outra, o indivíduo inconsciente, situa-se ao lado da produção desejante estimulada pelas diferentes máquinas sociais, abstratas e técnicas. Apesar dessa aparente segmentação, o inconsciente e o desejo encontram-se presentes em toda relação material que mantém ou tenta sabotar a estrutura social, e, por sua vez, os componentes da estrutura estão presentes no inconsciente e no desejo.

Em vista disso, quando a análise se volta mais especificamente para tratar das estruturas sociais, a instituição escolar aparece como uma engrenagem estratégica da grande máquina capitalista. Ela ajuda a interligar aspectos (anti/re)produção do sistema ao desenvolvimento subjetivo (“psíquico”) do indivíduo e vice-versa. Nessa máquina de subjetivação dois movimentos estruturais distintos,

¹¹ É todo agenciamento concreto ou abstrato capaz de marcar a realidade subjetiva de um indivíduo ou coletividade conforme a produção e a finalidade de seus agenciamentos. Nesse sentido, a escola passa a ser problematizada como uma máquina social ou mais especificamente como um equipamento coletivo que opera diferentes investimentos sobre o desejo dos estudantes (máquina desejante) a partir do agenciamento dos fluxos semióticos advindos das máquinas técnicas e abstratas.

¹² Segundo Dosse (2007, p. 15), a estrutura pode ser entendida como um sistema formado por processos sociais interligados (estruturas menores) e dependentes entre si que servem para determinar o todo. Exemplificando: as estruturas econômicas dependem das estruturas sociais, que, por sua vez, dependem das estruturas culturais, hábitos, linguagem etc. A estrutura social reduz ou aumenta as opções e, conseqüentemente, as escolhas que um indivíduo de uma determinada classe social pode realizar.

¹³ O desejo não é estritamente humano, ele é produzido por meio de agenciamentos de fluxos humanos e não humanos, de uma multiplicidade de máquinas técnicas, sociais e abstratas. Nas palavras de Deleuze e Guattari (2010, p. 390): “O desejo é máquina, síntese de máquinas, agenciamento maquínico (...)” “O desejo é transbordamento; é da ordem da produção e não da falta”.

porém complementares, destacam-se: 1º) realiza-se a antiprodução pedagógica na tentativa de impedir que o desejo se converta em um estímulo de subversão das massas; 2º) desenvolve-se por meio do assujeitamento social e do servomaquinismo uma subjetividade adaptada para a extração da mais-valia convencional e a máquina.

No primeiro movimento estrutural, a máquina escolar mostra-se direcionada pelos poderes do Capital, do Estado e das classes dominantes para produzir, reproduzir e antiproduzir as relações sociais inerentes ao modo de produção vigente. Diferentes autores, como por exemplo, Enguita (1989); Althusser (1985,2007); Establet (1974); Bourdieu; Passeron (2000); Giroux (1983; 1999; 2003) buscaram evidenciar, desde a década de 1970, as principais características da produção e da reprodução operadas pela instituição escolar. De forma geral, para esses estudiosos, a escola e o sistema educacional acentuam as diferenças de classe (re)produzindo as dominações e as desigualdades do sistema capitalista contemporâneo.

A antiprodução pensada por Guattari (2004, p. 313-314) – a partir de suas práticas institucionais – aparece para colaborar e ir além das noções de produção e reprodução. A antiprodução das máquinas sociais não se opõe à produção e a reprodução, ao contrário, ajuda estabilizá-las para garantir a perpetuação das desigualdades sociais no capitalismo. Além disso, a antiprodução não tem um caráter determinista, como muitas vezes acontece com a perceptiva reprodução. Isso ocorre porque as análises antiprodutivistas expõem as contradições sempre presentes nos complexos processos de dominação, não tentando escondê-los ou colocando-os como insuperáveis. Os indivíduos tem um papel ativo nos complexos papéis de luta contra a serialização e homogeneização capitalistas.

Todo processo de antiprodução acompanha, ao mesmo tempo, o processo de produção e reprodução (mistura-se com eles, tornando-o quase indistinto), contudo se diferencia dos outros processos por duas características peculiares: 1º) impede que as máquinas sociais, técnicas, abstratas e desejantes usem todo o seu potencial para promover rupturas. Em outras palavras, a antiprodução desacelera as conexões subjetivas e estabiliza a reprodutividade por meio de grupos sujeitados;

2º) busca conter, regular e combater as singularidades subjetivas que escapam da homogeneização e serialização. Isso quer dizer que a maior parte dos fluxos semióticos, enunciados, agenciamentos¹⁴ e ações materiais que possam ameaçar a estrutura social capitalista são reterritorializados, sobrecodificados e reincorporados ao sistema a partir de modificações aceitáveis para a sua conservação.

Para realizar a desaceleração, a antiprodução provoca um reequilíbrio do imaginário do indivíduo a partir dos valores capitalistas. Esse processo semiótico insere, sobretudo, sentimentos ligados à sensação de falta como fator de contenção do excesso promovido pela produtividade social. Ela se encarna como formas diferenciadas de ameaças que um indivíduo deve lidar subjetivamente: medo da solidão, medo de ser punido, medo de não ser aceito, medo do fracasso, medo de não corresponder às expectativas alheias etc. Esses sentimentos (consigo ou com as outras pessoas) se tornam balizadores afetivos que atrapalham os posicionamentos emancipadores e críticos de se estabilizarem como territórios subjetivos.

Quando transposto para o campo da Educação, o conceito de antiprodução permite vislumbrar nuances até então deixados em segundo plano ou esquecidos nas pesquisas a respeito da escolarização. Um deles é mostrado por Guattari em parceria com Deleuze (2010, p. 11) quando afirmam que uma professora, “não se questiona quando interroga um aluno, assim como não se questiona quando ensina uma regra de gramática ou cálculo. Ela “ensina”, dá ordens, comanda”. É, também, na máquina escolar capitalista que as semióticas dominantes do campo social são lentamente e pedagogicamente retrabalhadas com a finalidade de se constituírem como territórios existenciais.

A implicação desse processo de “ensinamento”, como lembram Guattari e Rolnik (2000, p. 19), é visível quando as crianças, em seus primeiros anos de escola, começam a demonstrar que: “Agora é hora de brincar, agora é hora de produzir para a escola, agora é hora de sonhar, e assim por diante”. Essas

¹⁴ Segundo Félix Guattari (2011), o agenciamento é articulação de um conjunto dos componentes materiais e semióticos, econômicos e sociais que produzem desejo.

cobranças cristalizadas pela subjetivação escolar levam os estudantes, desde as séries iniciais, a sentir o mundo e a experimentá-lo por meio do sentimento de falta. Se, antes de frequentar as séries iniciais do ensino fundamental a criança, mesmo se relacionando com outras máquinas técnicas, sociais e abstratas, articula todas as dimensões de suas vivências de maneira mais ou menos conjunta e sem muitas obrigações morais, após sua integração ao sistema escolar, ela começa a separar, classificar e categorizar hierarquicamente suas vivências.

A subjetividade da criança e seus territórios existências passam a ser organizados para realizar satisfatoriamente a produtividade, reprodutividade e antiprodutividade que o sistema capitalista precisa para se manter funcionando. Provavelmente esses são os principais motivos pelos quais o Estado busca introduzir, cada vez mais cedo, as crianças no sistema formal de educação.

No segundo movimento estrutural, a escola¹⁵ aparece diretamente vinculada ao capitalismo de saber social geral (*General Intellect*). Isso ocorre porque o modelo¹⁶ de educação encorajado pelo mercado considera a subjetividade uma “caixa de ferramentas” apta para dinamizar a economia, manter o controle político e estimular o acúmulo da mais-valia convencional e maquínica.

Para integrar a subjetividade ao processo produtivo e sustentar o controle político, as máquinas sociais – como, por exemplo, a escola – ajudam a colocar em operação os condensadores semióticos. Eles são investimentos do campo social que auxiliam a equipar¹⁷ os territórios subjetivos a partir de semióticas formadas por

¹⁵ Por se caracterizar como uma instituição (anti/re)produtiva, a escola (pública, confessional, mista ou privada) se torna importante para as dinâmicas econômicas do capitalismo. Ela é a única instituição que: 1º) pode promover, desde a infância até o final da adolescência, processos contínuos de subjetivação direcionados para a estruturação de saberes (competências e habilidades) úteis para a manutenção econômica e política do sistema. 2º) detém o monopólio oficial do Estado para validar os conhecimentos acumulados pelas gerações mais antigas e transmiti-los para as gerações mais novas. 3º) realiza uma socialização (padronizada e interrupta) de crianças e jovens em escala nacional.

¹⁶ As transformações ocorridas na escola, nestas últimas décadas, é efeito de um processo difuso de múltiplas instituições internacionais – Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), etc. – ligadas aos Estados.

¹⁷ Tais modelizações não acontecem de forma mecânica, linear e progressiva. Pelo contrário, ocorrem a partir de uma intrincada e complexa mistura de relações sociais. Primeiro, porque os fluxos de signos circulam por diferentes coletividades – família, igreja, escola, organização criminosa, cidade, Estado – e são interpretados pelos indivíduos a partir da classe social, etnia, gênero e

signos¹⁸ significantes e a-significantes. Quando essas semióticas se combinam, elas facilitam a formação de cadeias de agenciamentos e de significados que servem para produzir conformidades e/ou consensos em torno das demandas capitalistas. Os condensadores semióticos são classificados em duas categorias de agenciamentos: 1º) o servomaquinismo (*asservissement*) e o assujeitamento social (*assujettissement*).

O primeiro condensador procura reunir e dar consistência, sobretudo, no plano molecular, às semioses a-significantes do campo social. As semioses a-significantes, à primeira vista, não têm nenhum significado, porém agem a partir das cadeias sintagmáticas¹⁹, como, por exemplo, os índices da bolsa de valores, os gráficos matemáticos, os conjuntos arquitetônicos, os fluxos monetários etc., para criar sentidos²⁰. Tal processo permite às potencialidades individuais não manifestas na interação significativa²¹ da linguagem interagirem diretamente com o inconsciente. Nessa junção molecular são acionadas as forças pré-pessoais, pré-cognitivas, pré-verbais ligadas diretamente ao desejo. Os signos a-significantes aglutinados nesse plano de agenciamento não representam algo, mas antecipadamente formam, modelam e potencializam os afetos e as percepções que agem na organização dos sentidos. Mesmo tendo as funções de denotação e significação dissolvidas, o indivíduo nessas condições se torna servo dos

sexualidade que se identificam. Segundo, porque as relações estabelecidas constituem processos formativos que são mediados por semióticas hegemônicas e não hegemônicas.

¹⁸ Deleuze e Guattari (2010, p. 59) afirmam: “Produzir desejo é a única vocação do signo, em todos os sentidos em que isto se máquina”. Os signos, para os autores, nunca são signos de alguma coisa, mas são signos de processos máqunicos diversos. Por isso, o signo possuiu potencialmente efeitos semióticos de afetação.

¹⁹ Em cada cadeia sintagmática não se combinam quaisquer elementos aleatórios pois eles obedecem a um padrão definido pelo sistema.

²⁰ O sentido, pela perspectiva guattariana, é uma produção subjetiva que não se define a partir de um único evento consciente ou inconsciente, mas por uma somatória de múltiplos agenciamentos semióticos que emergem como uma expressão do indivíduo frente a uma situação.

²¹ Deleuze e Guattari (2010, p. 273) perguntam: “Pois o que é o significativo em primeira instância? O que ele é em relação aos signos territoriais não significantes quando ele salta para fora das suas cadeias e impõe e sobrepõe, um plano de subordinação ao seu plano de conotação imanente? O significativo é o signo é o signo que deveio signo do signo, é o signo despótico que substituiu o signo territorial, que atravessou o limiar de desterritorialização; o significativo é tão somente o signo desterritorializado. O signo que deveio letra. O desejo já não ousa desejar, deveio desejo do desejo, desejo do desejo do déspota. A boca não fala, ela bebe a letra. (...)”.

agenciamentos maquínicos capitalistas, isto é, um componente adjacente ao funcionamento dos maquinismos produtivos.

Os efeitos do segundo condensador são mais visíveis no plano molar, pois eles permitem aos fluxos de investidos subjetivos aderirem diretamente sobre o corpo e a consciência. As semioses trabalhadas, neste caso, são significantes, ou seja, produzem significações, interpretações, discursos e representações unívocas. Em meio a tantos estímulos o indivíduo passa a acreditar que tudo deve ser remetido a um referente universal. Assim, ele assume facilmente, sem muitos questionamentos, uma identidade, uma classe social, um padrão linguístico, uma sexualidade, uma profissão, uma nacionalidade etc. O assujeitamento social também desempenha um papel essencial na cristalização de sentidos, pois permite estabelecer representações e obrigações morais conscientes organizadas por meio de dualismos – fracasso/sucesso, empregado/desempregado, apto/inapto, rico/pobre etc. – e realizar escolhas a partir deles.

Com a subjetividade estimulada pelos condensadores semióticos, a interação entre homem e máquina, sociedade e capital tornaram-se ainda mais estreitas. Prova disso, é a transformação, nessas últimas décadas, na organização do trabalho e na forma de acumular riquezas realizada pela burguesia nacional e internacional. O trabalho serializado nas fábricas perdeu sua força tornando-se pobre perto da exploração do trabalho que emprega as potências intelectuais e científicas do saber social geral (*General Intellect*).

Essas mudanças também alteraram a maneira que as classes dominantes se apoderam das formas de mais-valia. Enquanto a exploração da mais-valia convencional (de base fordista) realiza-se por meio de ações repetitivas, o manejo de informações restritas e a rígida divisão técnico-hierárquica da produção em uma fábrica; a exploração da mais-valia maquínica (de base pós-fordista) sustenta-se através de investimentos em automação, compartilhando de habilidades/informações, descentralização produtiva e participação direta/indireta de inúmeras pessoas no processo produtivo.

Tais transformações mostram que a exploração do trabalho e o acúmulo de capital no período pós-fordista não dependem apenas da apropriação do acréscimo

de tempo do trabalho do operário em uma fábrica na forma de mais-valia absoluta e a mais-valia relativa²², mas, sobretudo, na extração de mais-valia maquínica, isto é, na capitalização por parte de uma empresa de um processo qualitativo complexo de agenciamentos baseados, especialmente, na exploração da subjetividade, do desejo e dos saberes produzidos pela sociedade. Nos dizeres de Guattari (1987, p. 206):

Mas, precisamente em razão de ele intervir ao nível mais funcional – sensitivo, afetivo, prático – o servomecanismo maquínico capitalista é suscetível de inverter seus efeitos e de levar a revelação de um novo tipo de mais-valia maquínica perfeitamente percebida por Marx. (Desdobramento do possível da raça humana, renovação constante do horizonte de seus desejos e de sua criatividade.) O capitalismo pretende se apoderar das cargas de desejo que a espécie humana traz em si. É por intermédio do servomecanismo maquínico que ele se instala no coração dos indivíduos.

Diferentemente da mais-valia²³ desvelada por Marx, que ainda guarda sua importância, principalmente nos países em desenvolvimento, a analisada pelo pensador francês não pode ser calculada quantitativamente pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, mas inferida qualitativamente de qualquer trabalho subjetivo individual, coletivo e institucional que demande altas doses de atividade intelectual e comunicação. O capitalismo, por esse ponto de vista, extrai a mais-valia maquínica se apoderando das cargas de desejo, pois são elas que estimulam as

²² Ambas proporcionam lucro aos donos dos meios-de-produção, a primeira através do aumento do ritmo de trabalho (mantendo o mesmo salário) e a outra é obtida pela melhoria tecnológica da maquinaria para acelerar o processo de produção.

²³ A mais-valia, segundo Marx (2013, p. 253), é gerada por um processo tendencialmente infinito de valorização do dinheiro, e revela o caráter da exploração realizada pelo capital. A força de trabalho é a única mercadoria capaz de gerar o valor excedente ao final do processo de circulação. O proprietário dos meios de produção paga aos trabalhadores apenas o tempo de trabalho necessário à sua subsistência, retirando o excedente produtivo, o mais valor gerado pelo processo de trabalho. A mais-valia é a apropriação privada, pelo capitalista, da riqueza gerada pela produção.

ações dos indivíduos que envolvem a criação de saberes e as escolhas para o consumo.

Em outros termos, o que se constata é que a mais-valia maquínica se tornou a mola propulsora da acumulação de capital e uma importante fonte geradora de riquezas. A extração dessa forma de mais-valia pode ser observada com: 1) a reprodução de produtos imateriais, como, por exemplo, softwares, músicas de *streaming*, patentes, marcas franquizadas, todas elas fruto mais direito do trabalho intelectual humano; 2) a venda de mercadorias com preços elevados frente aos produtos similares, em razão de que sobre elas estejam aplicados determinados signos (significantes e a-significantes) que operam socialmente como interpretantes valiosos por certa parte do mercado consumidor.

Pode-se deduzir, portanto, que há uma necessidade crescente de ligar as esferas formativas da sociedade (escola, universidade, caserna, hospital psiquiátrico etc.) às esferas mercantis (mercado, propaganda, bancos, fábricas etc.) como condição *sine qua non* para tornar o desejo adaptado as demandas da produtividade capitalista. Assim, a escola passa a colaborar ativamente com os processos de subjetivação baseados, sobretudo, no capitalismo de saber social geral (*General Intellect*). Sua relação com os poderes dominantes proporciona ao processo de escolarização circuitos peculiares de redundâncias semióticas que colaborariam com a estabilização do campo social por meio da antiprodução e permitem que os condensadores semióticos de assujeitamento social e servomaquinismo preparem a subjetividade para a exploração da mais-valia convencional e maquínica.

Quando a análise do funcionamento da máquina escolar se concentra na produção desejante dos estudantes, além de mostrar que a instituição escolar ajuda na manutenção da estrutura social capitalista, ela deixa visível que há a possibilidade de ruptura na própria ordem estrutural que a escola ajuda a perpetuar. Essa transformação na estrutura social só é possível, como lembrou Guattari, a partir da incorporação do “diferenciante”²⁴ na forma de desejo. Logo, o ponto de

²⁴ Guattari fez uso de conceitos criados por Gilles Deleuze, no texto *Máquina e Estrutura*, para explicar o funcionamento do desejo enquanto máquina.

ruptura com a estrutura está mais próximo do indivíduo inconsciente e mais longe do indivíduo consciente.

Essa visão micropolítica das relações sociais – entrecruzamento entre desejo e estrutura – revela aquilo que pode colaborar com a ruptura da ordem estruturante no próprio espaço escolar: alterar radicalmente a produção de subjetividade que afeta o desejo institucionalizado. Mas como a produção de subjetividade poderia ser modificada no interior da máquina escolar capitalista? Há na obra de Félix Guattari pistas para reverter os processos de subjetivação institucionalizados? Como construir processos educativos que realizem a singularização da subjetividade?

Pela perspectiva guattariana, a forma mais eficiente (não a única) e duradoura de alterar a produção de subjetividade seria criando novos processos de metamodelização e aplicá-los institucionalmente. Eles seriam organizados a partir de um novo paradigma que Guattari chamou de ético-estético. Na verdade, tal paradigma não seria de base cientificista como o apresentado pelo epistemólogo Thomas Khun, mas um paradigma²⁵ que abandonaria toda pretensão científica e funcionaria como um universo de referência na qual a arte (como técnica capaz de potencializar e ampliar a capacidade de agir) teria um papel importante a desempenhar na sua organização.

Em outros termos, o novo paradigma guattariano não representaria um modelo universal para ser transposto em um número exato de procedimentos da mesma forma para diferentes lugares e instituições, mas forneceria elementos de articulação ético-estéticas que poderiam ser adaptados conforme as necessidades específicas de cada lugar. Além disso, as diferentes formas de expressão artísticas acionadas pelo paradigma se entrecruzariam com a filosofia e as ciências para criar uma textura ontológica de formas de se relacionar consigo e com os outros que (re)posicionaria o indivíduo no planeta. Essa nova atitude de ver e sentir o mundo

²⁵ Apesar da ideia de paradigma remeter, principalmente, a obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* do filósofo Thomas Kuhn (1994), a palavra paradigma é usada pelo pensador francês para se referir a um conjunto de experiências que formam um universo de referência existencial capaz de produzir novas subjetividades. Guattari fala em um novo paradigma numa época em que o grande debate das ciências humanas e sociais era em torno da chamada crise de paradigmas. Por isso o uso da palavra, mas em um sentido próprio.

singularizaria as pessoas para enfrentarem os diversos problemas sócio-políticos e afetivos gerados na atualidade. Segundo Guattari (2015, p. 80):

O paradigma estético não depende somente da criação artística - é algo que atua na ciência, na economia, na ecologia – mostra um caminho de criatividade possível. Na verdade, há outras relações interpessoais possíveis, outros vínculos possíveis para tecer o mundo, outras formas de organizar a escola, a instituição psiquiátrica, a vida urbana.

Um novo paradigma articulado pela ética-estética e não pela sua base cientificista fora justificado por Guattari pela necessidade de se compreender amplamente o funcionamento da economia subjetiva nas esferas institucionais e criar estratégias para enfrentar esteticamente a modelização²⁶ da subjetividade. Normalmente em um paradigma que parte da causalidade científica, a subjetividade e o desejo são deixados em segundo plano ou são completamente desprezadas como elementos de estudo. Com isso se perde todas as dimensões de criatividade, os coeficientes de liberdade e as bifurcações possíveis do acaso que podem interferir em um acontecimento.

Mas quando se parte do paradigma ético e estético, os múltiplos fatores que compõem as relações sociais (econômicas, políticas, ecológicas, sociais, religiosas etc.) e o desejo configuram-se como um processo criativo que encontra na arte agenciamentos capazes de fazer proliferar e articular novos focos de subjetivações parciais propícios para as singularizações²⁷ existenciais. Esse movimento ocorre, segundo Guattari (2015, p. 79), porque a arte consiste em produzir sensações, elaborar novas ações, alterar as percepções, estimular afetos e criar sensações fora da opinião comum. A arte²⁸ sendo direcionada por essa perspectiva, e não por um posicionamento mistificador, permite experienciar situações inusitadas,

²⁶ A modelização da subjetividade (homogeneização) pelos maquinismos sociais é entendida como um processo de afirmação dos valores capitalistas.

²⁷ O termo singularização era compreendido, pelo pensador francês, como um processo de rompimento com os desejos axiomatizados pelo capital. Tais processos devem ser constantes, pois os movimentos de reterritorialização e sobrecodificação do capitalismo buscam individualizar os territórios subjetivos. Não há singularização definitiva.

²⁸ Deve-se, contudo, pontuar que a maior parte das práticas artísticas colaboram com a homogeneização estética capitalista.

proporcionar novos vínculos e, sobretudo, criar outros sistemas de valores para tecer um “mundo outro”.

Essas (re)criações existenciais promovidas pela arte são necessárias porque no Capitalismo Mundial Integrado, as máquinas sociais e técnicas investem pesadamente na estetização da subjetividade. A estética capitalista cria, sobretudo, blocos de sensação e enunciados com bases em significantes dominantes capazes de afetar as pessoas a todo momento e por todos os lados. Dessa relação de dominação emerge, sobretudo, uma subjetividade facilmente manipulada pelas demandas do mercado, cada vez mais empobrecida pelo equívoco generalizado e pela falta de alteridade.

Se a arte é um dos principais meios de dominação capitalista, é por meio da própria arte²⁹ que o rolo compressor que esmaga e massifica os indivíduos pode ser enfrentado. O artista se torna, nesta condição, um agente de transformação importante para ajudar a enfrentar a serialização subjetiva, a indiferença, a desigualdade social e a destruição ambiental estimulados pelo capital. Isso porque, segundo Guattari (1992, p. 13), as obras artísticas podem despertar desejos de transformação coletiva e pessoal por meio de questionamentos como: “O que estou fazendo aqui?”, “O que faço neste planeta?”, “O que posso fazer?” Essa micropolítica existencial, incitada pela politização da estética, para combater a estetização da política, pode levar aos mais diferentes processos de singularização e de transformação radical da sociedade.

Inspirado, principalmente, na arte conceitual de Marcel Duchamp³⁰, Guattari enxergava no artista um cartógrafo micropolítico que, fazendo uso do paradigma ético-estético e político, poderia forjar uma arte disruptiva dos territórios subjetivos homogeneizados pelo capital. As ações desse artista seriam capazes de identificar as formas de captura da subjetividade pelos mecanismos de subjetivação

²⁹ Não é exclusividade da arte o processo criativo, mas se, dúvida a que mais leva ao limite a capacidade de invenção.

³⁰ De acordo com Guattari (2015, p. 131): “Pode-se tomar essa questão como Marcel Duchamp, por ter assinalado a emergência de um devir que escapa completamente ao tempo. O acontecimento chega como ruptura por relação com as coordenadas de tempo e espaço”.

dominantes e, em paralelo, ativar novos efeitos de produção de subjetividade abertas para os vetores de vitalidade e de transformação existencial.

Contudo, para Guattari (1992, pp. 115-116), “não se trata de fazer dos artistas os novos heróis da revolução, as novas alavancas da história”. Os artistas, por esta perspectiva, apenas colaborariam ativamente com os processos de ruptura, com o desmonte dos consensos dominantes e com a quebra dos dogmatismos que serializam a subjetividade. Eles ajudariam na construção de novos sistemas de valorização, novos sentidos, novas formas de se relacionar e de entender o mundo. Além disso, o reconhecimento desses artistas não dependeria apenas do seu prestígio midiático, mas da capacidade estética de sua obra afetar, criar entusiasmo e modificar o outro de forma emancipatória.

O motivo pelo qual Guattari se apoiou na obra de Duchamp³¹ para problematizar o papel da estética nas sociedades atuais, se deve ao fato de Duchamp fazer uso da técnica chamada de *ready made*. Essa técnica consistia em transportar um elemento da vida cotidiana (uso de materiais prontos e industriais), a princípio não reconhecido como artístico, para o campo das artes. O objetivo era desfazer as técnicas e os princípios estéticos padronizados a partir de interferências explícitas que questionassem os valores estabelecidos na arte.

Com a inserção da arte baseada no paradigma ético e estético, a escola passa a ser concebida como um local de combate, de enfrentamento e de instauração estratégias institucionais contrárias às subjetivações alinhadas aos imperativos do Capitalismo Mundial Integrado. É dessa importante máquina social que legitima e modela as subjetividades que se deve retirar os pedaços, as peças e os materiais necessários para se construir uma educação estética comprometida com a mudança radical da estrutura social existente.

A análise voltada para a ruptura da estrutura capitalista na escola não pretende ter um caráter estritamente científico, mas procura realizar um exame micropolítico para detectar os processos de semiotização dominantes que imperam na instituição escolar e mostrar a necessidade de transformá-los. Por esse motivo,

³¹ Maurizio Lazzarato (2017, p. 29), explorou essa questão no livro *Marcel Duchamp e a recusa do trabalho*.

os caminhos sugeridos para combater a subjetivação capitalista na escola por meio do paradigma ético-estético não servem como percursos padronizados que devem ser adotados a qualquer custo em uma escola, mas se mostram como convites para se caminhar em direção a criação de processos de subjetivação ético-estéticos anticapitalistas.

Seguir esses caminhos possibilita aos profissionais da educação formas inusitadas de manejar os afetos, a sexualidade, o desejo, a linguagem e as expressões corporais dos educandos. Todo processo educacional que não contemple ações de singularização estará fadado a difundir as semióticas dominantes como formas de organizar os territórios subjetivos dos estudantes. Por isso, há uma necessidade de interferir nos processos constitutivos das subjetividades incentivando práticas diferenciadas de convívio coletivo que alterem as tramas desejantes difundidos pelos condensadores servomaquínicos e de assujeitamento social instalados nas relações pedagógicas. Só com a fabricação de subjetividades dissidentes e resistentes, a escola colaborará ativamente com a construção de uma nova subjetividade.

As análises que organizam esta pesquisa foram trabalhados a partir dos referenciais pós-estruturalistas. Dessa forma, não se procurou aplicar uma metodologia que buscasse as leis internas de uma determinada estrutura para ser examinada. Muito menos realizou-se uma análise que ocultasse os limites irregulares do campo estudado, como faziam os estruturalistas em suas pesquisas, deixando de fora os desvios excepcionais do padrão normal para alcançar uma compreensão segura do objeto estudado. Mas, como mostram Michael Peters (2000) e James Williams (2013), procurou-se empregar um conjunto teórico em que se produz o conhecimento pelos seus limites, não podendo ser definido independentemente deles.

Por essa perspectiva, o interior de um campo analisado não é mais seguro, nem mais significativo e melhor conhecido do que os seus limites. O objeto analisado, no caso a escola, permanece como uma referência estruturante, mas não como uma estrutura fechada que apenas ajuda a manter a grande estrutura

capitalista. O que é perseguido são as implicações das mudanças que se localizam no seu limite e permitem a abertura para possíveis rupturas.

Não foi simplesmente trocar o interior pelo limite como algo cognoscível, como lembra James Williams (2013), mas almejou-se pensar o limite (lugar em que o desejo opera) como uma versão de uma diferença, no sentido de algo que desafia a identificação, mas pode ser mostrado de forma segura. Se o limite é uma coisa quase inapreensível que só pode ser abordado por sua função de irrupção e mudança, não se pode identificar plenamente o limite, mas sim rastrear os seus efeitos. Esses efeitos, no caso desta pesquisa, são as transformações na maneira como a instituição escolar passou a operar a economia libidinal dos estudantes e como essa força desejante pode ser constantemente retrabalhada em seu próprio interior. Seguir essa linha de análise micropolítica é abrir o limite e mudar as perspectivas seguramente estáveis e tradicionais a respeito da organização da instituição escolar.

Devido esta pesquisa ser alicerçada em referenciais teóricos, o modo para verificar a admissibilidade da hipótese e das proposições levantadas no corpo do texto baseou-se exclusivamente na análise bibliográfica. Dessa forma, os procedimentos de desenvolvimento deste estudo foram divididos em três etapas de trabalho: 1º) conceitual, 2º) acadêmico e 3º) produtora.

Inicialmente, o material analisado ficou restrito ao campo da filosofia contemporânea, sobretudo, ao pensamento de Félix Guattari (1977; 1982; 1987; 1988; 1990; 1992; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004a; 2004b; 2008; 2011; 2014; 2015; 2016; 2019), de seus principais interlocutores, como por exemplo, Antonio Negri (2001; 2017; 2019), Suely Rolnik (2011; 2018), Jean Oury (2009), e de alguns de seus estudiosos e comentadores mais conhecidos, entre eles: Maurizio Lazzarato (2001; 2006, 2014, 2017a, 2017b; 2019; 2021), Peter Pal Pelbart (1993, 2003; 2013; 2019), Franco Berardi Bifo (2005; 2013; 2019; 2020a, 2020b) e Gregorio Barenblitt (1998).

Depois disso, foram analisadas algumas obras de autores da Filosofia da Educação que dialogam com a questão do papel da instituição escolar e do sistema educacional na sociedade. Entre os principais autores nacionais destacam-se: Silvio

Gallo (2008; 2009; 2016), Alexandre Filordi (2010; 2015), Virginia Kastrup (2010) e entre os internacionais: Mariano Enguita (1989), Louis Althusser (1985; 2007), Roger Establet (1974), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2008), Henry Giroux (1983; 199; 2003). O material compilado privilegiou o exame, a análise e a síntese qualitativa dos textos por meio do rigor da exegese filosófica dos conceitos e de procedimentos de coleta historiográfica de dados a fim de fornecer as diretrizes centrais para a elaboração da etapa do trabalho acadêmico.

Concluída a etapa inicial, o objetivo da fase seguinte foi produzir uma outra leitura das obras de Félix Guattari e de seus principais interlocutores para fazê-los funcionar na e para a Filosofia da Educação. Esta segunda fase consistiu no trabalho acadêmico em si, pois houve tanto a sistematização do rico arcabouço teórico guattariano e sua separação por temas conceituais que se relacionam com o campo educacional – máquinas técnicas, sociais, abstratas, desejantes, produção de subjetividade, semióticas significantes, semióticas a-significantes, semióticas simbólicas, mais-valia maquínica, antiprodução, paradigma ético-estético etc. – quanto a organização de um quadro de temas e categorias que possibilitam uma compreensão mais sistematizada dos autores que dialogam direta e indiretamente com o pensador francês.

Depois do esquadrinhamento dos referenciais teóricos chegou-se à etapa produtora. Por meio de procedimentos comparativos, as diferentes categorias, conceitos e noções dos autores da Filosofia da Educação foram articulados ao pensamento de Guattari e de seus interlocutores. Desse diálogo com a educação produziu-se uma atualização conceitual do pensamento guattariano que possibilitou na constituição de um material consistente para compreender o funcionamento da instituição escolar no capitalismo de saber social geral (*General Intellect*). Esta postura de análise comprometeu-se com as diretrizes pós-estruturalista de um trabalho crítico e construtivo, sem quaisquer verdades definidas de antemão.

Além disso, os estudos apontaram para a possibilidade de se criar, não como uma receita pronta, novas perspectivas de resistência baseadas em ações ético-estéticas capazes de inventar outras formas de singularização e organização política no espaço escolar. Essa postura se encaixa com o método pós-estruturalista

pois, tomar um posicionamento desmistificador na educação, envolve sustentar uma aspiração por uma escola melhor sem, contudo, produzir uma imagem fixa do que esta instituição deveria ser. A pesquisa representa uma contribuição para o campo da Filosofia da Educação de duas formas: primeiro, com a atualização crítica do papel da instituição escolar e, segundo, com a ampliação dos estudos envolvendo o pensamento de Guattari na Educação.

Capítulo I. Guattari e o pós-estruturalismo francês: o pós-estruturalismo é um movimento legitimador da condição pós-moderna?

I- 1. A imagem caricatural do pós-estruturalismo

A noção de pós-modernidade nas ciências humanas brasileiras ainda se preserva como objeto de polêmica nesta segunda década do século XXI. Apesar do rico debate estabelecido a respeito do tema, um grande equívoco teórico persiste em alguns meios acadêmicos: abordar a pós-modernidade como um sinônimo de pós-estruturalismo³². Considerar o pós-estruturalismo como um movimento intelectual antimoderno, epistemologicamente conservador e legitimador da condição pós-moderna produz incoerências e conflitos que atrapalham o desenvolvimento de pesquisas que buscam se orientar por esse viés epistemológico. O objetivo principal deste capítulo é colaborar com a desconstrução da imagem caricatural do movimento pós-estruturalista no qual Félix Guattari fazia parte.

O uso do termo pós-estruturalismo como movimento antimoderno, epistemologicamente conservador e legitimador da condição pós-moderna tem sua origem nas interpretações de três grandes críticos da tradição marxista: Jürgen Habermas, Fredric Jameson e David Harvey. Após a publicação em 1979 d'*A Condição pós-moderna*, pelo filósofo pós-estruturalista Jean-François Lyotard (2000.), Habermas (1992, pp. 99-123) foi o primeiro a atribuir em seu ensaio de

³² Michael Peter (2000) lembra que apesar do rótulo conceitual "pós-estruturalismo" ser importante para demarcar o pensamento de uma geração, ele pode conseguir apagar as diferenças teóricas existentes entre os autores integrantes desse movimento. Utiliza-se o termo nesta tese com o objetivo de demarcar o pensamento de uma geração.

1980, “*Modernidade: um projeto inacabado*”, o termo de “jovens conservadores” aos teóricos da corrente pós-estruturalista francesa e de classificá-los como antimodernos. Outro importante pensador que realizou aproximações conceituais entre os termos foi Jameson (1991, p. 98; 2006a; 2006b, p. 20). Em dois ensaios, frutos de condensações argumentativas anteriores, “*A guinada cultural*” e “*Periodizando os anos 60*”, o pensador estadunidense delineou as suas argumentações para classificar o momento do surgimento do pós-estruturalismo como “o período de declínio da filosofia”. Porém, foi no livro *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, originalmente publicado em 1991, que o autor afirmou com todas as letras que “o que antes era chamado de ora de pós-estruturalismo, ora simplesmente de teoria era uma subvariedade do pós-moderno”. Em seguida, David Harvey (2016, pp. 46-47) reforçou e ampliou tais perspectivas na obra *Condição pós-moderna*, uma vez que caracterizou a filosofia dos pensadores pós-estruturalistas como um projeto pós-moderno.

I- 2. Da modernidade à pós-modernidade, do modernismo ao pós-modernismo

As origens dos termos pós-moderno e pós-modernismo se deram no âmbito da teoria estética e no da história da cultura e da arte. A percepção de um esgotamento do modelo artístico moderno se deu, sobremaneira, a partir da análise das vanguardas modernistas do início do século XX. Nesta seção examinar-se-á as principais argumentações a respeito do esgotamento da modernidade contidas no ensaio “*Modernidade: um projeto inacabado*”, de Jürgen Habermas (1992), no livro *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, de Fredric Jameson (2006b) e na obra *Condição pós-moderna*, de David Harvey (2016).

I- 2.1 Habermas e o declínio da modernidade cultural

Habermas (1992, pp. 99-123;) proferiu em 1980 seu discurso “*Modernidade: um projeto inacabado*” ao receber o prêmio Adorno, em Frankfurt. Atento a

incorporação da arquitetura à Bienal de Veneza, o filósofo alemão mostrou sua preocupação pela substituição dos referenciais modernos pelos antimodernos ou pós-modernos nessa área. Contudo, reconheceu que os preceitos da modernidade estética haviam envelhecido e se encontravam em declínio. Citando o Prêmio Nobel Otávio Paz, Habermas (1992, p. 105) procurou mostrar o quanto esse sentimento era generalizado: “A vanguarda de 1967 repete os feitos e os gestos daquele 1917. Vivemos o fim da ideia da arte moderna”. Em contrapartida, para o pensador da Escola de Frankfurt, era nos escombros da modernidade que a ideia de pós-modernidade estava ganhando força devido as mudanças na cultura.

Segundo o pensador alemão, as razões para o declínio da modernidade cultural ocorreram devido: 1) a diferenciação entre ciência, moralidade e arte, não mais fundidas numa religião como no período medieval, mas organizadas como esferas de valor autônomas, cada uma governada por suas próprias normas de verdade, de justiça e de beleza. 2) a produção artística ter se tornado majoritariamente dependente do mercado, completamente livre de fins práticos e inteiramente aberta para a fruição. 3) a dificuldade de circulação desses domínios recém-liberados no fluxo subjetivo da vida cotidiana. 4) aos críticos, que, na sua maioria, deixaram de traduzir a obra para o grande público e passaram a interpretar o próprio processo.

Não era certo culpar a modernidade estética pelos caminhos que a modernização social, os imperativos de crescimento econômico e as metas de organização estatal tomaram no decorrer do século XX. Com a dificuldade de penetrar no cotidiano diária das pessoas, cada esfera artística tendeu a desenvolver-se em uma especialidade hermética, fechada ao mundo dos significados comuns. A arte tornou-se cada vez mais separada da sociedade. Além disso, a sua promessa de felicidade e a reconciliação com o social não ocorrera. Todas as tentativas – do dadaísmo ao surrealismo – de superar a divisão radical entre arte e o mundo da vida, para levar ao conjunto da sociedade um enriquecimento cultural, foram ineficazes.

A ciência e a moral também se mantiveram separadas da prática da vida. Nas poucas tentativas de unificação dessas esferas, os resultados se mostraram

insatisfatórios e, em alguns casos, completamente desastrosos para a humanidade. Nesses episódios catastróficos a estetização da política, ou seja, a substituição da política pelo rigorismo moral ou pelo dogmatismo doutrinário tornou-se regra. Mas tomar tais acontecimentos como parte do projeto moderno de cunho iluminista, como afirma Habermas (1992, p. 117), era tomar um posicionamento falacioso.

Para o pensador alemão, se deveria aprender com os desacertos dos casos insatisfatórios e não dar por perdidos a própria modernidade e seu projeto. Bastaria ocorrer uma apropriação da cultura, da ciência e da moral dos especialistas pelo mundo das pessoas comuns e sua condução por vias não capitalistas para recuperar o projeto moderno.

I- 2.2. Jameson: vanguardas estéticas a serviço do capital

Dois anos depois de Habermas proferir seu discurso em Frankfurt, Fredric Jameson iniciou as análises sobre o tema do pós-modernismo. Para o autor, o final da década de 1960 foi um período de transição da alta modernidade para uma pós-modernidade. O mundo que conhecera, desde então, diferentes vanguardas artísticas, posturas de engajamento político e filosofias sistêmicas estavam desaparecendo e, em seu lugar, estava emergindo uma sociedade completamente adaptada as demandas do capitalismo.

Apoiando-se no estudo de Ernest Mendel, *O capitalismo Tardio*, Jameson (2006b, pp. 28-29; p. 82) mostrou que as bases do pós-modernismo não estavam alicerçadas numa simples mudança estética e epistemológica, mas em um novo estágio da acumulação de capital. O modo-de-produção capitalista teria passado por três transformações econômicas específicas: a de mercado, tal como mostrou Karl Marx, a monopolista ou imperialista descrita por Vladimir Lenin e a do capitalismo tardio apresentada por Ernest Mendel. Cada uma produziu também suas mudanças culturais que, aos poucos, se tornaram dominantes. São elas, respectivamente: o realismo, o modernismo e o pós-modernismo.

As mudanças do período do capitalismo tardio puderam ser comprovadas a partir do crescimento tecnológico da eletrônica moderna; do predomínio de

empresas multinacionais; do deslocando de plantas industriais para países de baixo custo de mão-de-obra; do crescimento vertiginoso das especulações financeiras ao redor do globo; da ascensão dos conglomerados de comunicação internacionais e de sua capacidade de influenciar diferentes mídias. Essas transformações de cunho econômico tiveram profundas consequências na vida dos indivíduos, começando pela interferência nas formas de organizar os negócios, nos padrões de emprego, nas relações de classe, nas organizações políticas locais e regionais, na forma de se relacionar culturalmente etc.

A estética da pós-modernidade cultural, para Jameson (2006, p. 72), não era mais um estilo em meio aos outros disponíveis, mas um dominante cultural da lógica do capitalismo tardio. Ela estava modificando os últimos vestígios culturais e econômicos pré-capitalistas em todo o mundo, o que tornava a cultura uma coextensão da própria economia. Como a produção cultural tornou-se interligada à produção de mercadorias em geral, os bens produzidos deveriam ser inovadores. As disputas empresariais, antes travadas exclusivamente no cenário da produção industrial – aumento de produtividade, exclusividade de recebimento de matéria-prima, mão-de-obra barata, localização estratégica para a distribuição etc. – espalharam-se para a produção cultural. A arte de incorporar valor no produto por meio da propaganda, por exemplo, tornou-se o meio privilegiado para a realização de tal disputa. Essa mudança acabou por transformar os hábitos e as atitudes do consumidor, bem como um novo papel para as estratégias mercadológicas. As empresas multinacionais, para manter seus mercados, se viram forçadas a investir pesadamente no marketing para estimular o consumo.

Pela análise de Jameson (2006b, pp. 171), com o enfraquecimento da historicidade e a presentificação do instante, a pós-modernidade estaria encorajando a constituição de uma consciência superficial e esquizofrênica, sem qualquer memória histórica capaz de possibilitar mudanças concretas. Essa falta de profundidade podia ser sentida na argumentação dos teóricos pós-modernos, como ainda nos trabalhos artísticos e na arquitetura. Com a fragmentação das dinâmicas afetivas, devido aos novos fenômenos tecnológicos, surgira uma nova sensibilidade

emocional que, ora, oscilava para o estado de euforia e entusiasmo e, ora, para a depressão e o vazio niilista.

Segundo Jameson (2006b, pp. 317-333), com o aparecimento das mudanças nas práticas espaço-temporais, a partir da redução do tempo ao presente e do espaço ao que está ao redor do indivíduo, as experiências de vida passaram a ser presentificadas. O mundo pós-moderno criou um presenteísmo reificador a todo instante. Revisitando Georges Lukács, o autor mostrou que a não compreensão da imagem como fenômeno de reificação na alta modernidade também ocorria com os objetos e as mercadorias na pós-modernidade.

O próprio declínio da filosofia, para Jameson (1991, pp. 99-103), era mais um dos sintomas da pós-modernidade. A substituição da filosofia pela “Teoria” representou a supressão analítica dos modelos filosóficos sistêmicos. Essa mudança era marcada pelo abandono da filosofia como um sistema coerente de problemáticas que buscavam uma verdade. O surgimento dessa nova configuração teórica ganhou ainda mais força com a crise do cânon dos grandes escritos filosóficos e a descoberta do primado da linguagem ou do simbólico baseado no código linguístico. A busca de novas expressões, objetos e sujeitos sociais não-conceituados pelos modelos anteriores foi a forma mais usada para se fazer “Teoria”. O objetivo não era mais o de buscar uma “inserção nas questões e debates da tradição filosófica”, mas sim, de gerar novos códigos a partir de códigos preexistentes em diferentes disciplinas e misturá-los aleatoriamente.

I- 2.3 Harvey e as vanguardas estéticas: modernismo versus pós-modernismo

O termo modernismo enquanto um fenômeno social que alterava a relação do indivíduo com o tempo e o espaço fora percebido e registrado, segundo David Harvey (2016, p. 21), por Baudelaire em 1863. No ensaio, intitulado “O pintor da vida moderna”, o modernismo fora retratado pelo literato francês como tendo duas metades: uma caracterizada pela mudança, o transitório e o fugidio e a outra metade marcada pelo eterno e o imutável.

Como assinala Harvey (2016, p. 23), mesmo que o homem do modernismo estivesse mergulhado no turbilhão das mudanças e quase não enxergasse os elementos imutáveis da modernidade, ele estava no início desse período preservado pela crença, quase que incontestemente, no projeto iluminista do século XVIII. A confiança na ciência objetiva, nas leis universais e na arte autônoma ainda perduravam. O domínio científico da natureza criava a expectativa de liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometiam a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição e do uso arbitrário do poder. O acúmulo de conhecimento traria a emancipação dos povos e a arte enriqueceria a vida humana. Apenas por meio de tal projeto as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade podiam ser reveladas³³.

As denúncias dos limites e as críticas ao projeto iluminista estavam, desde o final do século XIX, sendo incorporadas na cultura. No período entreguerras (1919-1939), os artistas foram cada vez mais forçados pelos acontecimentos a tomar explicitamente um posicionamento político. Segundo Harvey (2016, p.37), as ações dos partidos comunistas para mobilizarem as forças da cultura em proveito de um programa político revolucionário podia ser percebido à medida que os movimentos

³³ Segundo Harvey (2016, p. 25), tal otimismo não era unanimidade, eventualmente alguns pensadores desfechavam contundentes e poderosas críticas ao projeto de modernidade. Edmund Burke, por exemplo, mostrava os excessos da revolução francesa; Marques de Sade criticava a concepção de liberdade dada pelos iluministas; Thomas Malthus censurava o otimismo de que se poderia escapar dos entraves da escassez natural e da necessidade; Max Webber alegava que a excessiva racionalidade levaria a uma jaula de ferro burocrática da qual não se poderia escapar; Nietzsche criticou a civilização, o conhecimento, a ciência, a razão, os direitos universais e a moralidade como uma vontade de poder e apresentou a arte como aquilo que poderia salvar os homens da completa destruição. O movimento socialista, para Harvey (2016, p.36), também lançou pesadas críticas que contribuíram para a perda da fé na inelutabilidade do progresso iluminista. Antes disso, um teórico como Adam Smith, por exemplo, podia razoavelmente alegar que, uma vez derrubadas as relações de classe feudais, um novo capitalismo poderia trazer os benefícios da modernidade para todos. Essa tese, energeticamente rejeitada pelos socialistas, tornou-se menos sustentável à medida que o século passava e as desigualdades de classe se tornavam cada vez mais evidentes. Se as críticas de diferentes pensadores e do movimento socialista do século XIX serviram apenas para alertar a respeito dos excessos da modernidade, fora apenas com as catástrofes do século XX – com os campos de concentração, as duas guerras mundiais, a destruição de Hiroshima e Nagasaki e a ameaça constante de aniquilamento nuclear durante a Guerra-Fria – que suspeitou de que o projeto do iluminismo estava se voltando contra a própria humanidade. Esse posicionamento foi claramente formulado por Adorno e Horkheimer no livro *A Dialética do Esclarecimento*.

artísticos e os artistas de vanguarda apoiavam ativamente as causas comunistas. O tipo de arte produzida, nessa ocasião, revelava a alienação social, opunha-se a todo sentido de hierarquia e, com frequência, criticava o consumismo e os estilos de vida burguesa.

A imagem mítica da máquina procurava redimir e livrar da contingência o mundo, como ainda facilitar um novo projeto de ação humana. Mas o seu problema central, segundo Harvey (2016, pp.38-39), era que, uma vez abandonado o mito da máquina, qualquer mito poderia se alojar na posição central de verdade imutável. No período entreguerras, havia algo de desesperado na busca de uma mitologia que pudesse de algum modo acalmar a sociedade conturbada. Foi por meio do deslocamento do mito da máquina e a estetização da política, levado às últimas consequências, que o fascismo e o nazismo criaram seus mitos.

Depois de 1945, de acordo com Harvey (2016, p. 44), a contestada busca de um mito pareceu retroceder. Isso ocorreu porque o sistema de poder internacional se tornou relativamente estável. A arte, a arquitetura, a literatura, a pintura etc. tornaram-se artes e práticas do *establishment* numa sociedade em que uma versão capitalista corporativa do projeto iluminista assumiria o papel de dominante político-econômico. Havia uma celebração subterrânea do poder e da racionalidade burocráticas corporativos, sob o disfarce de um retorno ao culto superficial da máquina eficiente como mito capaz de encarnar todas as aspirações humanas. O modernismo perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário contra as ideologias reacionárias e tradicionalistas.

Foi nesse contexto que surgiram os movimentos de contracultura e antimodernistas da década de 1960. Embora não alcançando seus principais objetivos, tais movimentos podiam ser considerados, os porta-vozes da subsequente virada cultural e político do pós-modernismo. Em algum ponto entre 1968 e 1972, segundo o pensador estadunidense, o pós-modernismo emergiu como um movimento maduro que procurava trazer de volta as contestações do modernismo, contudo isso não aconteceu.

Para Harvey (2016, p. 49) o pós-modernismo aceitava apenas o efêmero, o fragmentário, o descontínuo e o caótico que formavam uma metade do conceito

baudelairiano de modernidade. Nem sequer tentavam transcendê-lo, opor-se a ele e, muito menos, definir os elementos eternos e imutáveis que poderiam estar contidos nele. O pós-modernismo, por essa perspectiva, se banhava e ainda permanece se banhando nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existisse.

Segundo Harvey (2016, p. 46), um dos sintomas desse posicionamento fragmentário era visível na forma como utilizavam a colagem na arquitetura e nos diferentes campos das artes. No caso do romance pós-moderno, havia uma passagem de um dominante epistemológico a um ontológico. Isso quer dizer que ocorrera uma passagem de um tipo de perspectivismo que permitia ao modernista uma melhor apreensão do sentido de uma realidade complexa, para a possibilidade da existência de diferentes realidades coexistirem, colidirem e se interpenetrarem. A mistura de temporalidades produzia personagens confusos acerca do mundo em que estavam e de como deveriam agir em relação a ele.

Essa sensação também era sentida no cinema. Para o pensador estadunidense, as personagens dos filmes não desvelam, como ocorria nos filmes modernos, um mistério central para mudá-lo. Um exemplo dessa forma de filme podia ser verificado no longa *Veludo Azul*³⁴. A personagem central vive entre dois mundos bem incongruentes – o mundo convencional da cidadezinha americana dos anos 50 e um submundo estranho, violento e louco das drogas, demência e perversão sexual. Esses dois mundos existiam no mesmo espaço, e a personagem central se movia entre eles, até que eles se colidiram. Algo bem diferente do clássico modernista, *Cidadão Kane*³⁵. Nessa história um repórter procurava desvendar o mistério da vida de um magnata da imprensa ao reunir múltiplas reminiscências e perspectivas daqueles que o tinham conhecido.

Para Harvey (2016, p. 53), o pintor estadunidense David Salle encontrava-se nessa mesma pegada. O objetivo do artista era produzir arte recortando e colando diferentes referenciais. Em uma única pintura, ele reuniu diversas colagens de materiais-fonte incompatíveis com uma narrativa globalizante. Por esse mesmo

³⁴ O filme *Veludo Azul* (*Blue Velvet*), dirigido por David Lynch, estreou em 1986.

³⁵A película *Cidadão Kane* (*Citizen Kane*) foi dirigida e escrita por Orson Welles. Estreou em 1941.

caminho, o arquiteto Walter Pfeil chegou ao ponto de descrever o campo total do pós-modernismo como uma representação destilada de todo o mundo antagônico e voraz da alteridade, como ainda, buscou inseri-lo como referencial estético para a criação de seus projetos.

Harvey (2016, p. 65) considerava importante aceitar a proposição de que a evolução cultural que vinha ocorrendo desde os anos 60 – e que se afirmara desde então como hegemônica – não ocorreu num vazio social, econômico ou político. A promoção da publicidade como a nova arte oficial do capitalismo trouxe para a arte estratégias publicitárias e introduziu nela essas mesmas estratégias. Não se deveria ler, portanto, o pós-modernismo como uma corrente artística autônoma; seu enraizamento na vida cotidiana e a exaltação da mudança, do transitório e do fugidio era uma de suas características mais claras.

I- 3. Estruturalismo e pós-estruturalismo

O pós-estruturalismo, segundo Michael Peters (2000), refere-se a uma corrente de investigação filosófica que teve uma tendência à radicalização e ao aprofundamento crítico da perspectiva estruturalista em diversas áreas do conhecimento. Também corrobora com esse posicionamento James Williams (2013, p. 83), quando apresenta alguns exemplos de pensadores franceses que fizeram uso do estruturalismo para modificá-lo e radicalizá-lo. Essa operação realizada pelos filósofos pós-estruturalistas, segundo o epistemólogo britânico, seria uma forma de levar às últimas consequências determinados pressupostos teóricos do próprio estruturalismo. Essas abordagens, por sua vez, revelariam as contradições e as inconsistências do método, possibilitando sua transposição teórica.

Apesar dos principais trabalhos inauguradores dessa corrente pertencerem aos pensadores franceses, o termo “pós-estruturalismo” teve sua origem nos Estados Unidos. Segundo Leyla Perrone-Moisés (2004, pp. 213-136), o objetivo de alguns setores da academia estadunidense era duplo. Primeiro, classificar uma diversidade de trabalhos teóricos que tinham como base alguns pressupostos

epistemológicos comuns que não se encaixavam totalmente nos modelos epistemológicos existentes. Segundo, servirem-se de uma vasta fonte de legitimação para os estudos culturais e seus inúmeros desdobramentos de pesquisa, tais como os estudos: pós-colonialistas, feministas, minoritários, desconstrucionistas etc.

Embora os trabalhos dos filósofos franceses apresentassem semelhanças epistemológicas – Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jean-François Lyotard, Julia Kristeva, Jean Baudrillard – os autores não se definiam como pertencentes uma escola de pensamento. Por esse motivo, alguns estudiosos que estudavam o pensamento francês acabaram atribuindo diferentes denominações ao conjunto dessas pesquisas, como por exemplo, neoestruturalismo e superestruturalismo. Mesmo não concordando com um nome em comum, os filósofos franceses estavam de acordo em enfatizar a ligação histórica da nova corrente teórica com a antiga corrente estruturalista para poderem ir além dela.

O pós-estruturalismo, como aponta Peters (2000, p. 29), devia ser encarado como um movimento que buscou abalar as pretensões de cientificidade do estruturalismo valendo-se dos conceitos dos seus principais pensadores para criticar, a partir dos referenciais filosóficos de Friedrich Nietzsche e de Martin Heidegger, a metafísica que estava subjacente nessas noções. Além disso, fizeram uso do pensamento de intelectuais franceses que se destacaram no final da primeira metade do século XX, com por exemplo, Alexander Kojève, Jean Hyppolite, Jean-Paul Sartre, Jacques Lacan, Gaston Bachelard, Georges Bataille, Georges Canguilhem e Maurice Blanchot.

A formulação do termo pós-estruturalismo nos Estados Unidos coincidiu com o momento em que J. Derrida apresentou o seu ensaio “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, no colóquio Internacional Sobre Linguagens Críticas e Ciências do Homem, na Universidade John Hopkins, em outubro de 1966. A conferência foi descrita como o ponto de superação do paradigma transdisciplinar do estruturalismo.

I- 3. O estruturalismo

O paradigma estruturalista desenvolveu-se, segundo François Dosse (2007, pp. 81-91), na Europa no início século XX, a partir da linguística formulada por Ferdinand de Saussure e por Roman Jakobson. Do curso de linguística ministrado por Saussure, entre os anos de 1907 a 1911, foi extraído as anotações que deram origem ao livro *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, três anos após a morte do velho mestre. O curso, além de conceber a linguagem como um sistema de significação relacional, distinguia a abordagem sincrônica, realizada por Saussure, da então dominante abordagem diacrônica e histórica das línguas. Ao fazer a distinção entre *la parole* (a fala real ou os eventos da fala) e *la langue* (o sistema formal de linguagem que governa os eventos da fala), Saussure procurava mostrar que os sentidos das palavras eram determinados antes pela sua relação com outras palavras do que pela sua referência aos objetos. O pensador suíço definia qualquer palavra como um signo formado por conceito (significado) e som (significante). Ambos estariam funcionalmente relacionados, embora a relação entre significante e significado fosse inteiramente arbitrária. A associação de um som com um conceito era artificial e não natural, o que era demonstrado pelo fato de que as línguas tinham diferentes significantes (som) para um mesmo significado (conceito).

A difusão da abordagem saussuriana, para Dosse (2007, pp. 93-100), tornou-se mais conhecida após Roman Jakobson estabelecer um vínculo entre o pensamento de Saussure e o formalismo russo. Dessa fusão, nasceu em 1929, a abordagem estruturo-funcional de investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa básica consistia em revelar as leis internas de um sistema determinado. Do encontro com Jakobson em 1940, na *New School for Social Science Research*, Lévi-Strauss incorporou em suas pesquisas etnológicas a linguística estrutural. Cinco anos mais tarde, foi publicado o seu primeiro artigo, na revista *Word*, relacionando o método estrutural com o seu campo de pesquisa. Esse artigo tornou-se um dos capítulos do livro *Antropologia Estrutural*, publicado em 1958.

O estruturalismo, de acordo com Leyla Perrone-Moisés (2004, p.p. 213-214) atingiu o seu apogeu no meio acadêmico francês, durante os anos 50 e 60, e se

desvaneceu a partir da década de 1970. Mas, antes de seu fim, esse “megaparadigma” transdisciplinar, aglutinou várias disciplinas – como por exemplo, a antropologia, a crítica literária, a psicanálise, a história – das chamadas humanidades e, conseqüentemente, algumas de suas correntes epistemológicas, como por exemplo, o marxismo e a fenomenologia. Os principais representantes do estruturalismo foram: Roman Jakobson, Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Roland Barthes, Jacques Lacan, Noam Chomsky, Jean Piaget e, o grande nome entre todos eles, Claude Lévi-Strauss.

As razões desse êxito se justificavam a partir de dois fatos principais. Primeiro, porque o estruturalismo fora identificado como a mais nova expressão para contestar os antigos valores reinantes na sociedade e no mundo acadêmico europeu. Segundo, por ser apresentado como um método rigoroso que poderia trazer grandes progressos científicos às mais diversas disciplinas a partir de três ciências guias, a antropologia e a psicanálise copilotadas pela linguística.

Apesar do estruturalismo ter o pensamento de Ferdinand de Saussure como ponto de partida para suas análises, seus teóricos faziam uso de múltiplas influências e abordagem para estudarem a língua, a cultura, a filosofia e a sociedade. O estruturalismo, enquanto um movimento plural, buscava descobrir as estruturas que sustentam todas as coisas que os seres humanos faziam, pensavam, percebiam e sentiam. Essas estruturas seriam visíveis apenas por meio de suas interrelações. Ainda que ocorresse variações locais dos fenômenos, a estrutura revelaria as leis fundamentais de sua organização.

De um modo mais amplo, o estruturalismo procurou explorar as interrelações dos fenômenos através das quais o significado era produzido dentro de uma cultura. De acordo com a teoria estrutural, os significados dentro de uma cultura eram produzidos e reproduzidos através de várias práticas, fenômenos e atividades que serviam como sistemas de significação (ideia comum ao grupo). O cientista estruturalista estudaria atividades tão diversas como rituais religiosos, preparações de alimentos, jogos, textos (literários e não-literários) e ainda formas variadas de entretenimento para descobrir as estruturas profundas pelas quais os significados eram produzidos e reproduzidos em uma cultura.

Segundo Peters (2000, p. 23), Lévi-Strauss dizia que era preciso atingir a estrutura inconsciente subjacente de cada comunidade para obter um princípio de interpretação válido para outras comunidades. Strauss dizia que o método estruturalista deveria: primeiro, partir do estudo dos fenômenos linguísticos conscientes e, depois, se deslocar para o estudo de sua infraestrutura inconsciente; em segundo lugar, tomar os termos analisados do fenômeno em sua relação; em terceiro lugar, inserir a noção de estrutura; em quarto lugar, descobrir as leis gerais, seja por indução, seja deduzida logicamente. Assim, o estruturalismo forneceria a premissa de que a linguagem constitui o meio de acesso mais rico ao mundo dos objetos, da experiência e que o significado surgiria do jogo das diferenças dentro dos sistemas de signos culturais.

O estruturalismo foi contestado na França por filósofos que circulavam e gravitavam em torno do movimento. O ataque ao idealismo, ao racionalismo e a sua pretensão de universalidade teórica formaram os primeiros pressupostos questionados. Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida foram os primeiros que problematizaram alguns das hipóteses bases do estruturalismo. Foucault contestou a razão como forma de poder, Deleuze³⁶, a partir de Nietzsche, fez uso da diferença para questionar a dialética e Derrida criticou, inicialmente, o idealismo do signo – seu dualismo significante/significado que introduz a representação – pela perspectiva de Saussure.

I- 3.2 O pós-estruturalismo

O pós-estruturalismo, segundo Peters (2000, p. 30), era inseparável da tradição estruturalista da linguística baseada no trabalho de Ferdinand de Saussure e de Roman Jakobson, bem como das interpretações estruturalistas de Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes, Louis Althusser etc. Além disso, a redescoberta da obra de Friedrich Nietzsche, de Martin Heidegger e das leituras estruturalistas de Sigmund Freud e Karl Marx proporcionaram para os pós-estruturalistas a base de

³⁶ É interessante mencionar o texto de Deleuze (2006, pp. 221-247) “Em que se pode reconhecer o estruturalismo” de 1972.

referenciais que destacavam a questão do poder/desejo e forjavam uma saída dos impasses estruturais.

No ensaio “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, Derrida questionou a ideia de centro da estrutura, pois nela residia o significado (conceito) transcendental e o sujeito soberano. Para Derrida havia no estruturalismo uma busca de caráter hegeliana que procurava superar o homem e o humanismo. O humanismo estruturalista colocava o sujeito no centro da análise e da teoria, vendo-o como a origem e a fonte do pensamento e da ação, enquanto o estruturalismo, ao menos em uma leitura althusseriana, via os sujeitos como simples portadores de estruturas. Os pós-estruturalistas continuam, de formas variadas, a sustentar essa compreensão estruturalista do sujeito, concebendo-o, em termos relacionais, como um elemento governado por estruturas e sistemas, continuando a questionar também as diversas construções filosóficas do sujeito: o sujeito cartesiano-kantiano, o sujeito hegeliano e fenomenológico; o sujeito do existencialismo, o sujeito coletivo marxista.

O pós-estruturalismo francês podia ser compreendido, em parte, segundo Peters (2000, p. 32), por sua filiação com o pensamento de Nietzsche. A maior parte dos pós-estruturalistas questionavam o sujeito cartesiano-kantiano humanista, ou seja, o sujeito autônomo, livre e transparentemente autoconsciente, que era tradicionalmente visto como a fonte de todo o conhecimento e da ação moral e política. Em contraste, eles descreviam o sujeito como descentrado e dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente constituído e posicionado na intersecção entre as forças libidinais e as práticas socioculturais. O sujeito era visto, em termos concretos, como corporificado e generificado, um ser temporal que vivia e enfrentava a morte com o corpo. Contudo, esse mesmo sujeito era infinitamente maleável e flexível, estando submetido às práticas e às estratégias de normalização e individualização que caracterizam as instituições modernas.

Foucault, por exemplo, desenvolveu a genealogia nietzschiana como uma forma de história crítica que resiste à busca por origens e essências, concentrando-se, em vez disso, nos conceitos de proveniência e emergência. Derrida, por sua vez, questionou os pressupostos que governam o pensamento binário,

demonstrando como as oposições desse tipo sustentavam, sempre, uma hierarquia ou uma economia do valor. Ele usava a desconstrução para denunciar, deslindar e reverter essas hierarquias. Deleuze, por sua parte, fixou-se na diferença como elemento característico que permitia substituir Hegel por Nietzsche, privilegiando os jogos da vontade de potência contra o trabalho da dialética. Ele constatou a força negativa da dialética e sua predisposição puramente reativa, uma vez que o positivo era obtido apenas por meio da dupla negação, isto é, a negação da negação. A saída seria utilizar a força puramente positiva da afirmação inerente à diferença, a qual era tomada como base de um pensamento radical que não era nem hegeliano nem marxista.

Outro pensador pós-estruturalista que merece destaque foi Félix Guattari. Segundo Antonio Negri (2019, pp. 34-35), no fim da década de 1960, muitos pensadores quebravam a cabeça para pensar a relação entre infraestrutura (Unter)/superestrutura (Überbau), a reprodução social e a possibilidade de uma revolução. Eis, então, que surge Guattari dobrando a estrutura à inovação revolucionária por meio do inconsciente e do desejo. Não seria apenas a consciência de classe que mobilizaria o sujeito revolucionário, mas, sobretudo, o inconsciente e o desejo. O inconsciente e a produção desejante eram pensadas por Guattari como algo que se refere a todo campo social, econômico e político. Esses campos investem e desinvestem libidinalmente gerando desejo. Sob essa perspectiva, nascia o desejo e o inconsciente compreendidos como máquinas.

O conceito de máquina guattariano foi importante para os pós-estruturalistas proporem saídas para os impasses apresentados pelos estruturalistas na época. Tal conceito viria incorporar a noção de estrutura, uma vez que ela permitia pensar a relação (encontro, acoplagem e conexão) continua e fluída entre a permanência e a mudança. O conceito de máquina, portanto, não pretendia vincular a concepção de uma estrutura que se desenvolveria independentemente do indivíduo e seria sobrevalorizado em relação a ele, mas demonstraria que existe uma colaboração constante do indivíduo desejante na manutenção ou na ruptura das estruturas sociais existentes.

I- 4. O pós-estruturalismo como um movimento legitimador da condição pós-moderna

Depois que o termo pós-modernidade se consolidou na arquitetura e na literatura, a filosofia acabou incorporando o seu uso. Assim como Baudelaire havia descrito o modernismo como uma mudança de época, o livro *A Condição pós-moderna* de Lyotard foi a primeira obra de filosofia a tratar a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana. O filósofo pós-estruturalista emprestou o termo, segundo Anderson (1999, p. 34), diretamente de Ihab Hassan, pois três anos antes, ele havia ministrado uma conferência a convite do próprio crítico literário, sobre o pós-moderno nas artes performáticas. Lyotard tornou o termo “pós-modernidade” popular para um público ainda maior.

Do outro lado do Atlântico, o texto de Jameson (1991) “Periodizando os anos 60”, apresentado originalmente em 1985, colaborou com a discussão e também levou o termo a se tornar mais popular. Embora associasse a “teoria francesa” ao pós-modernismo, Jameson se utiliza do termo pós-estruturalismo para designar o conjunto de teóricos alvo de suas críticas. Para ele, um dos problemas centrais destas teorias seria o abandono de uma análise política e social por meio do conceito de classe social. As diversas identidades políticas surgidas nos anos 60, segundo o autor, deveriam ser incorporadas no conceito de classe e não apontar para uma superação desta.

No texto *Modernidade – Um projeto inacabado* de 1980, Habermas (1992) lança os argumentos que serão desenvolvidos à exaustão em seu clássico estudo *O discurso filosófico da modernidade* (2000), publicado cinco anos mais tarde. Tanto no texto, quanto no livro, Habermas partiu da caracterização da modernidade realizada por Baudelaire para descrever a pós-modernidade como um movimento intelectual extremamente reacionário que, ao abandonar as conquistas da civilização moderna, podia, sem dúvida alguma, ser considerado pré-iluminista ou até mesmo antimoderno. O pensamento francês pós-estruturalista, mesmo tendo uma diversidade de intelectuais e de posicionamentos teóricos, seria a consumação filosófica daquilo que, desde o final da década de 1960, estava sendo produzido esteticamente na arte.

Prova desse posicionamento antimoderno poderia ser encontrado, segundo Harvey (2016, p. 49), na fragmentação e a efemeridade da realidade apresentada pelos teóricos pós-modernos. Michel Foucault e Jean-François Lyotard se destacavam nesse quesito, pois atacavam qualquer noção que fizesse uso da metalinguagem, da metanarrativa ou da metateoria. As verdades eternas e universais, para esses pensadores, se existem não podiam ser especificadas. Logo, as metanarrativas (amplos esquemas interpretativos como os produzidos por Marx ou Freud) totalizantes, perderiam espaço para explicações que partiam das análises das formações de “poder-discursivo” ou dos jogos de linguagem. A frase de Lyotard, segundo o pensador estadunidense, definia muito bem o posicionamento pós-moderno: “incredulidade diante das metanarrativas”.

Além disso, para Harvey (2016, p. 50), a perspectiva micropolítica de Foucault fragmentaria em localidades, contextos e situações sociais distintas o exercício do controle e do domínio sociais. A prisão, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e o consultório psiquiátrico seriam exemplos desse tipo de organização não integrada e sem qualquer estratégia político-econômico exercido por uma classe ou pelo Estado. O que acontecesse em cada um deles não poderia ser compreendido por alguma teoria geral abrangente. A única coisa irreduzível do esquema foucaultiano seria o corpo humano, por ser ele o lugar em que todas as formas de repressão são registradas. Mesmo que Foucault afirmasse que “não há relações de poder sem resistência”, sem nenhum esquema utópico, jamais se poderia sonhar em escapar das relações de poder opressoras.

Para Harvey (2016, p. 50), o posicionamento de Foucault fazia eco ao pessimismo de Max Weber quanto à capacidade humana de evitar a gaiola de ferro da racionalidade burocrática-técnica e repressiva. O único caminho seria explorar as qualidades do discurso humano, tomando-as como fundamento, e, assim intervir na maneira como o conhecimento é produzido e constituído nos lugares particulares em que prevaleça um discurso de poder localizado. Mesmo o trabalho de Foucault com homossexuais e presos não produziria reformas nas práticas estatais, mas apenas o aperfeiçoamento da resistência localizada nas instituições. Em resumo, as ideias de Foucault por deixarem em aberto a questão do caminho pelo qual essas

lutas localizadas poderiam compor um ataque progressivo, e não regressivo, às formas centrais de exploração e repressão capitalistas se enquadravam no posicionamento pós-moderno.

I- 5. Aspectos teóricos e metodológicos: o pós-estruturalismo não é um movimento legitimador da condição pós-moderna

Para Peters (2000), o pós-estruturalismo não é um movimento legitimador da pós-modernidade por quatro motivos principais. Primeiro, porque o movimento partilha com o estruturalismo a desconfiança na concepção que vê a consciência humana como autônoma, como diretamente acessível e como a única base da compreensão e da ação. Por isso, efetuam um enérgico ataque aos pressupostos universalistas da racionalidade, da individualidade, da autonomia e da autopresença que estão subjacentes ao sujeito humanista. Em vez da autoconsciência, o pós-estruturalismo enfatiza a constituição discursiva do “eu” – sua corporeidade, sua temporalidade e sua finitude, suas energias inconscientes, desejanças, libidinais e a localização histórico-cultural. Em decorrência disso, há ainda uma ênfase comum no inconsciente e nas estruturas ou forças sócio-históricas que constroem e governam o comportamento dos sujeitos. Grande parte da inovação ocorreu devido a análise freudiana do inconsciente e sua crítica a visão filosófica dominante fundamentada na pura racionalidade e na autotransparência do sujeito.

Segundo, porque, os pós-estruturalistas compartilham uma mesma compreensão teórica geral da linguagem e da cultura, que são concebidas em termos de sistemas linguísticos e simbólicos nos quais as interações entre elementos que os constituem são vistas como mais importantes do que os elementos considerados isoladamente. Para eles, os signos linguísticos operam de forma reflexiva e não de forma referencial.

Terceiro, porque o movimento pós-estruturalista questiona o racionalismo e o realismo que o estruturalismo havia retomado do positivismo, com sua fé no progresso e na capacidade transformativa do método científico, colocando em dúvida, além disso, a pretensão estruturalista de identificar as estruturas universais que seriam comuns a todas as culturas e à mente humana em geral.

Quarto, porque mesmo efetuando uma crítica política dos valores iluministas, os posicionamentos pós-estruturalistas representam um aprofundamento da noção de democracia. Em sua crítica, os pós-estruturalistas argumentam que as democracias liberais modernas constroem a identidade política com base em uma série de oposições binárias (por exemplo, nós/eles, cidadão/não-cidadão, responsável/irresponsável, legítimo/ilegítimo) que têm o efeito de excluir certos grupos culturais ou sociais. Por exemplo, os países ocidentais concedem certos direitos aos seus cidadãos, passando a considerar os não-cidadãos como “estranhos”. Como essas fronteiras são mantidas? É isso que eles querem saber. Assim, as filosofias pós-estruturalistas criticam, de forma direta, os valores supostamente universais da cultura política (eurocêntrica) do iluminismo, questionando, em particular, as justificações fundacionais e filosóficas fornecidas para o estabelecimento de certos direitos.

Além disso, pode-se dizer que pós-modernidade é epocal, isto é, um período histórico que ainda nos é dado a viver e que, portanto, deve ser interpretado, ao passo que o pós-estruturalismo é um movimento intelectual e filosófico recente que procura justamente apreender a época. Embora haja semelhanças e sobreposições históricas e teóricas entre o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, é possível estabelecer distinções entre as duas noções a partir de suas trajetórias.

Essa diferença entre as duas noções ficou mais nítida, no corpo deste capítulo, quando se iniciou o exame dos seus respectivos objetos teóricos. O pós-estruturalismo tomou como objeto teórico o estruturalismo, enquanto o pós-modernismo tomou como seu objeto o modernismo. Enquanto, o pós-estruturalismo questionou radicalmente a problemática estruturalista do sujeito humanista, suas pretensões cientificistas e totalizantes, as análises realizadas pelos literatos, arquitetos e pintores se restringiu em averiguar as mudanças estéticas ocorridas durante o período histórico denominado de pós-moderno.

Além disso, é importante, quando se discute o pós-estruturalismo, reconhecê-lo como uma complexa trama formada por muitas perspectivas teóricas que, atualmente, estão em sua terceira ou quarta geração. Se antes, o movimento podia ser visto, em grande parte, como um empreendimento francês, a situação

agora é bem diferente, ele se espalhou por vários países do mundo e sua influência teórica é visível em uma variedade de disciplinas, como por exemplo, a Educação, a Filosofia, a Sociologia, a Política e a Psicanálise.

Esses fatos, enumerados acima, comprovam a importância teórica do pós-estruturalismo para a compreensão do momento histórico presente e neutraliza a imagem caricatural, portanto, falsa a respeito de sua condição pós-moderna. Os pesquisadores da área da Filosofia da Educação podem se servir de suas contribuições metodológicas para explorar problemáticas importantes a respeito da escolarização. Esta pesquisa, por exemplo, parte dos pressupostos pós-estruturalistas guattarianos para tentar rastrear os aspectos micropolíticos mais importantes do funcionamento da instituição escolar capitalista.

Capítulo II: Máquinas e maquinações

II- 1. Problematizações em torno da noção de máquina

As problematizações em torno da noção de máquina sempre estiveram presentes na vida de Félix Guattari. Em uma apresentação do tempo de estudante na Sorbonne³⁷, em que criticava a obra de Georges Friedmann³⁸, ele demonstrou sua preocupação com as visões mecanicistas e mistificadoras atribuídas às máquinas. Logo em seguida, ampliou ainda mais o seu repertório sobre o assunto ao se aproximar da obra de Gilbert Simondon e do pensamento de Lewis Mumford. Algum tempo depois, quando tomou a palavra diante da plateia da Escola Freudiana de Paris, seu texto *Máquina e estrutura* expressiu pela primeira vez o conceito³⁹ de máquina que, doravante, marcaria sua produção intelectual.

Assim que iniciou em 1969 sua parceria com Gilles Deleuze, Guattari fez uso de muitos conceitos que envolviam tal noção, como por exemplo, de máquina celibatária, despótica e desejante. Mesmo depois, continuou a criar e ampliar conceitos que giravam em torno da perspectiva maquínica. Em um debate com os militantes italianos Paolo Bertetto e Franco Berardi (Bifo), em 1977, demonstrou a eficácia da análise político-econômica envolvendo conceitos como o de máquina de guerra, inconsciente maquínico, phylums maquínicos etc. Quando esteve em São Paulo para uma série de conferências, como lembra Peter Pål Pelbart (1993, p. 117), alguns minutos antes de uma apresentação, algumas pessoas sugeriram-lhe gentilmente que evitasse tantos neologismos derivados da noção de máquina. Ele

³⁷ Apesar de ter frequentado durante anos a Faculdade de Farmácia e, depois, a Faculdade de Filosofia, Guattari não se graduou em nenhum curso. Sua formação em psicanálise ocorreu posteriormente.

³⁸ Friedmann, Georges. *Le travail en miettes*. Paris: Gallimard, 1964.

³⁹ É interessante lembrar que os conceitos não são categorias universais, mas ferramentas para a problematização e transformação concreta de um campo específico.

respondeu que aquilo que chamavam de neologismos era na verdade uma maneira de criar conceitos e não uma operação de marketing ou de comunicação.

Desde sua primeira crítica universitária contra as visões mecanicistas e mistificadoras atribuídas às máquinas, passando pela exposição na Escola Freudiana de Paris após “Maio de 68”, percorrendo sua parceria com Deleuze, acompanhando seus debates com militantes de esquerda e indo até as suas últimas conferências realizadas no Brasil, já na fase final de sua vida, Guattari não parou de desenvolver tal conceito. Essa forma de aperfeiçoar e problematizar um componente teórico fica mais interessante quando se observa que em alguns livros que escreveu sozinho – *Caosmose*, *As três ecologias* e *Lignes de fuite: pour un autre monde de possibles* –, ou naqueles que desenvolveu em parceria com Deleuze – *O Anti-Édipo*, *Kafka: por uma literatura menor* e *Mil Platôs* –, o elo entre todos eles foi dado por meio do conceito de máquina.

A dedicação durante tanto tempo a um tema desperta o interesse acadêmico a respeito da criação epistemológica no pensamento de Guattari, o que suscita algumas questões importantes para serem desenvolvidas. Em qual contexto histórico e intelectual foi formulado o conceito de máquina? Com quais outras noções de seu repertório o conceito dialoga? Qual foi o objetivo político do pensador francês em analisar as relações sociais e institucionais a partir desta concepção? Como funciona o referido conceito em seu pensamento? O conceito de máquina cunhado por Guattari não seria mais um mito criado pela modernidade tardia?

Pretende-se, neste capítulo, explorar cada uma das indagações levantadas acima percorrendo o assunto intrinsecamente presente em seus enunciados. Inicialmente acompanhar-se-á o movimento de desenvolvimento do conceito de máquina em seus primeiros textos de análise institucional e, depois, discorrer-se-á sobre algumas desdobras conceituais envolvendo a noção de máquina em sua obra. Por fim, verificar-se-á se o principal conceito guattariano ocupa ou não uma função mistificadora das relações sociais. O recorte histórico utilizado para identificar as transformações teóricas no pensamento de Guattari situa-se, sobretudo, entre os anos de 1960 à 1970.

II- 1.2 A máquina contra a estrutura

Durante a década de 1960, a maior parte dos textos produzidos por Guattari no GTPSI e no FGERI investigavam a questão da alienação de grupo⁴⁰ nas instituições. Nesses estudos, o jovem psicanalista questionava profundamente o papel da institucionalização na produção de subjetividade. Duas preocupações gerais sobressaíam nesses escritos: 1º) forjar instrumentos de desalienação que pudessem ser operados nesses ambientes concentracionários; 2º) repensar os legados estruturalistas sobre o desejo e o inconsciente como forma de problematizar o campo institucional e social.

Logo no primeiro texto que abordou a alienação de grupo, intitulado *Introdução à psicoterapia institucional*, de 1962, Guattari (2004, pp. 59-73) mostrou sua crítica a respeito da organização das instituições⁴¹ e passou contestar o monopólio das análises estruturalistas nas ciências humanas, em particular na psicanálise lacaniana e na filosofia althusseriana. O foco era atacar o imobilismo⁴²

⁴⁰ Guattari não estudava a constituição do sujeito exclusivamente a partir da alienação ao campo do Outro, apenas por meio da linguagem significativa como em Lacan, mas a alienação de grupo inserido em determinadas circunstâncias e contextos históricos fazendo uso de linguagens significantes e a-significantes. Explica-se. A noção de sujeito em Lacan, segundo Alain Vanier (2005, pp.53-70), se aproxima da concepção de sujeito apresentado pela linguística. Nesse campo do conhecimento, o sujeito de uma sentença sofre sempre a predicação, isto é, algumas características lhe são atribuídas, uma vez que ele não as possui. O sujeito para Lacan também possui essa característica, isto é, ele é um lugar vazio, pois qualquer característica que lhe seja atribuído não pode servir-lhe como representante último. Mas o que são os predicados atribuídos ao sujeito para psicanálise lacaniana? São os significantes apreendidos pelo sujeito. Lacan emprestou e adaptou de Ferdinand de Saussure a ideia de que o valor de um signo não é dado *a priori*, mas depende da relação *posteriori* com os demais signos do sistema linguístico. Logo, a linguagem não seria constituída de signos, mas de significantes. O significado seria passageiro, pois ao percorrer a cadeia de significantes tornar-se-ia um deles. Pelo ponto de vista lacaniano, só existiria significantes na linguagem. Como o sujeito não possui uma substância, pois é um lugar vazio, estaria na dependência dos significantes atribuídos pelo Outro. Para Lacan, o sujeito está sempre na dependência do discurso do outro, do “olhar do outro”, pois os significantes emitidos pelo Outro se articulam produzindo uma substância provisória que o sujeito adquiriria com o passar do tempo. Por isso, o sujeito em Lacan se aliena ao campo do Outro. Mesmo sendo provisórios, os significantes formariam estruturas que permitiriam a leitura do inconsciente como uma linguagem pelo analista.

⁴¹ Guattari (2004, pp. 61-72) diz: “(...) quem produz a instituição e organiza seus subconjuntos? Haverá uma maneira de alterar essa produção? A habitual proliferação de instituições na sociedade contemporânea não levou senão ao reforço da alienação do indivíduo: haverá condições de ocorrer uma transferência de responsabilidade, e de suceda ao burocratismo uma criatividade institucional?”.

⁴² Segundo Guattari (2004, p. 69): “Em contrapartida, a partir do momento em que consegue fazer oscilar, rachar, o caráter de totalização de uma instituição (do Estado ou de um partido), esta, em vez de girar em torno de si mesma como estrutura, pode adquirir uma consistência subjetiva e instaurar todo tipo de modificações e novos questionamentos”.

apregoado pelos estruturalistas às relações sociais, a restrição em considerar o inconsciente apenas pelo ângulo das cadeias significantes que o estruturam como uma linguagem⁴³ e o apagamento do papel do desejo nas transformações sociais e institucionais. Nesse artigo, os temas abordados não eram problematizados a partir de conceitos, mas trabalhados de forma que pudessem trazer à tona uma série de questionamentos.

Somente nos trabalhos subsequentes, Guattari mostrou seu refinamento teórico à medida que passou não apenas a denunciar e criticar tais posturas, mas ainda desenvolver conceitos para demonstrar os equívocos das perspectivas estruturalistas e, ainda, ultrapassá-las a partir de novos olhares sobre as instituições. Nos textos *A Transferência e A Transversalidade*, ambos publicados em 1964, as noções de grupo sujeito/sujeitado e de transversalidade foram usadas para compreender as dinâmicas geradoras da alienação de grupo.

Duas dimensões analíticas a respeito da instituição foram examinadas nesses escritos. 1º) como os “conteúdos manifestos”, formados por tudo aquilo que é dito e feito por um grupo, se relacionam com os “conteúdos latentes”, ou seja, com os desejos não manifestos do grupo; 2º) como os “conteúdos latentes” da instituição podem ser interpretados e reinseridos de forma manifesta nesses mesmos grupos. Tratava-se, nesse contexto histórico, de compreender como a libido dos grupos institucionalizados, enquanto componente do desejo e da sexualidade, são produzidos pelos fluxos capitalistas do campo social.

Com base nessas abordagens, Guattari (2004, pp. 75-117) constatou que as instituições eram formadas por grupos que podiam oscilar subjetivamente entre o posicionamento sujeito e o posicionamento sujeitado. O grupo sujeito, por essa perspectiva, demonstraria certas capacidades de regular as determinações

⁴³ A crítica de Guattari (2012, p.399) direcionada a Lacan dizia: “O inconsciente está estruturado como uma linguagem, nos diz Lacan. Claro, mas quem o estrutura assim? A família, a escola, o quartel, a fábrica, o cinema e, em alguns casos especiais, a psiquiatria e a psicanálise. Uma vez vencido, uma vez esmagada a polivocidade de modos de expressão semióticos, uma vez vinculado a um certo tipo de máquina semiológica, então assim, acaba estando estruturado como uma linguagem. O inconsciente se torna quieto! Ele começa a falar a língua do sistema dominante, que não é a língua de todos os dias, senão uma linguagem especial, sublimada e psicanalisada. Tal fato, não somente contribui para a sua própria alienação nas cadeias significantes, mas ainda o leva a se tornar dependente do significante”.

externas e internas à medida que conseguisse dissolver os centralismos e hierarquias estanques. Com essa disposição, tal grupo acolheria as críticas de outros grupos enquanto as inseriria em suas ações. De forma resumida, poder-se-ia dizer que os grupos-sujeitos seriam produtores de elementos de criação institucional – novas formas de se organizar – que permitiriam mobilizá-los para além dos interesses do próprio grupo.

Contudo, a abertura para outros grupos e a vocação em tomar a palavra carregaria consigo os perigos das lutas internas, os riscos de divisão e a possibilidade real de esfacelamento do grupo. Outra situação ainda pior poderia ocorrer, como, por exemplo, cair nas armadilhas paranoicas para manter o posicionamento sujeito. Caso isso ocorresse, os seus membros passariam a desejar a todo custo manter a condição de sujeito, inclusive no lugar do outro, o que poderia levar à pior das alienações: a constituição de “igrejinhas” de cunho epistemológico, revolucionário, fraternal etc. com suas verdades incontestes.

Uma vez tornando-se sujeitado, a organização do grupo mudaria. Ele passaria a ser manipulado por determinações externas e dominado por suas próprias leis internas. Surgiriam hierarquias completamente verticais e piramidais em torno do líder. Os enunciados tornar-se-iam estereotipados e redundantes, o que atrapalha a realização de autocríticas e de mudanças de comportamento. Essas posturas engessadas assegurariam a autoconservação do grupo fundada sobre o apagamento da diferença e a rivalidade com outros grupos. A principal criação dos grupos sujeitados seria algo em torno de suas fantasias alienantes, o que impediria, por sua vez, transformações radicais na estrutura institucional. Mas, qual seria a maneira mais eficaz para manter um grupo sujeito sem que ele se desfaça ou se torne um grupo sujeitado?

A melhor forma do grupo sujeito não cair no sujeitamento, segundo Guattari (2004, p.111), seria colocar em prática a transversalidade⁴⁴ institucional. Ela permitiria aos membros dar início ao processo analítico da instituição para fazer

⁴⁴ Guattari (2004, p. 111) define a transversalidade como: “(...) uma dimensão que pretende superar os dois impasses, quais sejam o de uma verticalidade pura e o de uma simples horizontalidade; a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos.

aparecer o sujeito inconsciente do grupo. A instituição enquanto um sujeito analisante – que não se confunde com um indivíduo isolado – poderia com esse conjunto de procedimentos eliminar as fantasias de grupo e dissolver certos tabus. Entre eles: a rigidez das hierarquizações, a negação de críticas, a gestão autoritária e a falta de alteridade com os institucionalizados. Seu funcionamento provocaria renovações profundas nas dinâmicas institucionais, criando espaços de desalienação, ao mesmo tempo que modificaria coletivamente as subjetividades preparando-as para a transformação da sociedade.

A transversalidade interferiria tanto na organização vertical, quanto na horizontalidade das relações desenvolvidas em uma instituição. Essas disposições seriam desmanchadas provisoriamente para instituir níveis móveis de hierarquia. Dessa ação surgiria uma diagonalidade capaz de multiplicar as conexões de participação e facilitar o diálogo dos membros do grupo⁴⁵ a partir da criação de novos sentidos e significações. Tal método institucional evitaria, por meio do remanejamento constante das hierarquias, que grupos se desmobilizassem por falta de organização ou produzissem estruturas centralizadoras de poder que pudessem impedir o surgimento de mudanças e rupturas.

Resumidamente, a transversalidade desarmaria as formações de poder dos grupos sujeitados à medida que ela estimularia a realização dos “conteúdos latentes” da instituição como forma de ultrapassar o engessamento das dinâmicas internas que impedem a manifestação da singularidade e da heterogeneidade dos indivíduos. A mudança desalienante da subjetividade causada pelo seu funcionamento permitiria uma erupção desejante na forma de novos enunciados capazes de colaborar com a transformação do ambiente institucionalizado em um lugar de combate e resistência.

Cinco anos depois de ter criado esses poderosos conceitos de análise institucional, Guattari (2004, pp. 309-322) publicou o texto *Máquina e estrutura*⁴⁶. Nesse escrito, ele afirmou a necessidade da criação de um programa revolucionário

⁴⁵ Fica visível nessa formulação teórica de transversalidade a influência das ações organizativas da clínica La Borde, em especial as práticas de revezamento de tarefas.

⁴⁶ Segundo François Dosse (2010, p.193), o texto não só marcou o rompimento de Guattari com o estruturalismo, como ainda fez Gilles Deleuze avançar no plano da crítica do estruturalismo.

que subvertesse as instituições e reafirmou a importância do papel da produção de uma subjetividade. Para dar andamento a tal projeto, ele buscou desvencilhar-se de vez do lacanismo e do althusserianismo. Para tanto, passou a questionar por meio do conceito de máquina alguns pontos teóricos da grade analítica do estruturalismo. Entre eles, destacavam-se o uso do significante, a incapacidade de ruptura social e o papel da estrutura na composição das relações sociais.

O estruturalismo em voga nesse período, em especial na psicanálise e na filosofia, procurava analisar os comportamentos humanos em busca de significantes⁴⁷ linguísticos e simbólicas que pudessem revelar as formações das cadeias estruturais universais de uma determinada sociedade. O indivíduo, por esse enfoque, ficaria completamente reduzido a condição passiva de transmissor de informações e de códigos sociais sem poder transformá-la radicalmente. Para se chegar a examiná-los de modo válido, o pesquisador respaldado por esse paradigma deveria explorar as inter-relações dos fenômenos através das quais os sistemas de significantes eram produzidos e reproduzidos nesses lugares. Mesmo que ocorresse variações dita “menores”, elas não chegariam a comprometer as relações compreendidas como “maiores” e elementares da estrutura estudada, pois o significante daria conta de revelar as leis fundamentais e universais de tais cadeias estudadas.

Em outras palavras, como mostrou James Williams (2013, p. 15), o método estruturalista baseava-se na ideia geral de que era possível chegar a um conhecimento seguro de qualquer relação social, política ou econômica ao restringir e envolver as diferenças no interior de estruturas bem delimitadas. O que facilitava o reconhecimento do significante e o apagamento de tudo aquilo que se tornasse desviante do padrão. A forma como o estruturalismo fazia uso do significante produzia, conforme aponta Guattari (2012, pp. 463-470), uma “ilusão interpretativa dos estratos do *socius* a partir de uma estrutura única, formada de cadeias significantes imperecíveis e eternas”.

⁴⁷ Em um texto, de um período subsequente, intitulado “O valor, a moeda e o símbolo”, Guattari (2012, p. 463) fez um balanço geral da forma como ele enxergava o papel do significante no estruturalismo: uma doença causada pelo vírus da linguística.

A grande dificuldade dos pesquisadores que utilizavam esses procedimentos de análise era lidar com as mudanças e o caráter contingente e singular dos acontecimentos através da qual novas subjetividades eram produzidas, pois elas se transformavam e produziam diferenças que atrapalhavam a obtenção da validade científica. Quando certas alterações eram constatadas, o investigador geralmente fazia uso de dois procedimentos básicos: as excluía por serem exceções à regra ou procurava encontrar um padrão repetitivo para enquadrá-las em outra estrutura.

Além disso, para Guattari (1988, p. 163), a leitura estruturalista do significante, enquanto um enunciado imperecível e eterno descoberto por especialistas a partir de um jogo linguístico, estava longe de demonstrar a ligação da subjetividade com as múltiplas dinâmicas transformativas das relações sociais. Essa postura ocasionava o esvaziamento das singularidades dos indivíduos que transitam pelas palavras, pelos signos não verbais, pelos sintomas físicos, pelos micros acontecimentos etc. Para esses pesquisadores não importavam os efeitos desviantes das semiotizações e dos sentidos que surgiam, mas apenas compreender a organização dos componentes estruturantes. Dessas análises, segundo o ponto de vista guattariano, resultavam compreensões reducionistas que tornavam os traços singulares da dinâmica social simples resíduos esvaziados de quaisquer sentido e poder de transformação radical do capitalismo.

A maneira encontrada pelo pensador francês para ultrapassar essas posturas canonizadas pela corrente estruturalista da época e ampliar suas ferramentas de análise foi empregar o conceito de máquina. Colocado em uso, tal dispositivo teórico permitia a um investigador social detectar com maior precisão o papel do desejo, do inconsciente e da subjetividade na produção, reprodução e antiprodução do sistema capitalista. Além disso, revelava, a contragosto dos estruturalistas, que a história não era formada por relações sociais cujos indivíduos pareciam passivos ou inexistentes, mas um processo histórico no qual os indivíduos são afetados conscientemente e inconscientemente para reproduzi-lo ou transformá-lo.

A forma na qual Guattari (2004, p. 311) compreendia o funcionamento das instituições e das relações sociais capitalistas revelava um indivíduo dividido entre

a estrutura e a máquina. Desse modo de operar, uma das metades, ou sujeito consciente, ficaria ao lado da estrutura e a outra, o sujeito inconsciente, ao lado da máquina. Enquanto a estrutura seria o que mantém o modo de produção e as relações de exploração, a máquina colocaria em funcionamento a produção social e as condições desejantes para que os sujeitos pudessem manter ou romper a estrutura. Diferentemente de algo estanque e perene como a estrutura, a concepção de máquina mostrava a sociedade como uma grande engrenagem que colocava em movimento uma série de máquinas menores, como o desejo do indivíduo, para fazer funcionar todo o sistema.

Apesar da distinção entre máquina e estrutura, para Guattari (2004, p. 310), “uma máquina não pode ser separável de suas articulações estruturais”, o que levava a entender que a estrutura e a máquina estavam intrinsecamente conectadas. A subjetividade e o desejo encontravam-se, por esse ponto de vista, presentes em toda relação material que mantém a estrutura, e, por sua vez, os componentes da estrutura material estariam presentes na subjetividade e no desejo. A inserção do conceito de máquina possibilitaria entender as dinâmicas subjetivas e objetivas que proporcionam as continuidades e as rupturas históricas em processo, isto é, os movimentos de contrarrevolução e de revolução em meio as estruturas sociais.

Neste sentido, à medida que a máquina produz as relações sociais de manutenção de reprodução da estrutura, ela possibilitaria também a ruptura na própria ordem por ela criada a partir da incorporação do “diferenciante”⁴⁸ na forma de desejo. O ponto de ruptura, que deveria ser melhor compreendido pelos grupos revolucionários e progressistas, estaria mais próximo do indivíduo inconsciente e mais longe do indivíduo consciente. Segundo Guattari (2004, p. 313) “é essa operação que liga a máquina ao registro de dupla face do sujeito desejante e de seu estatuto de raiz fundadora das diferentes ordens estruturais (...)”. Essa visão maquínica da história contrariava os posicionamentos estruturalistas e revelava, sobretudo, aquilo que tornaria possível um acontecimento como ruptura: alterar

⁴⁸ Guattari fez uso de conceitos criados por Gilles Deleuze, no texto *Máquina e Estrutura*, para explicar o funcionamento da máquina.

radicalmente a produção de subjetividade que afeta o desejo individual, coletivo e social.

Contudo, as transformações desejantes não aconteceriam facilmente, pois mesmo incorporando o “diferenciante” como um movimento de ruptura contra a estrutura da ordem capitalista, um outro movimento favorável à manutenção da estrutura seria realizado por meio da antiprodução. A antiprodução seria um tipo de movimento específico realizada pelas máquinas sociais, técnicas e abstratas a favor da perpetuação da estrutura, contudo tal movimento não se oporia à produção, mas a condicionaria com a finalidade de produzir uma ordem social propícia às relações de exploração e alienação social. Mas, como as diferenças e as singularidades que produzem as rupturas sociais são contidas, reguladas, desviadas de seu fim e até mesmo destruídas pela antiprodução?

Em primeiro lugar, a antiprodução busca impedir que as máquinas do campo social acelerem as conexões usando todo o seu potencial para promover rupturas. Sua função é desacelerar a produtividade por meio de processos semióticos e de ações de grupos sujeitados para manter o sistema capitalista funcionando sem mudanças radicais. Nesse sentido todos os fluxos e ações que podem ameaçar a estrutura são reterritorializados, sobrecodificados e reincorporados ao sistema a partir de modificações aceitáveis para sua conservação.

Em segundo lugar, para realizar o processo de desaceleração, a antiprodução busca provocar um reequilíbrio imaginário subjetivo inserindo a falta como fator de contenção do excesso promovido pela produtividade capitalista. A falta, nesse caso, se encarna como uma ameaça que indivíduo deve lidar objetivamente e subjetivamente. Ela se torna representável por meio dos medos que assombram negativamente o indivíduo: medo de passar fome, de perder a razão, de perder alguém querido, de não ser aceito, de não ter dinheiro, de não corresponder às expectativas alheias etc. Esse fenômeno de inserção da falta acontece, sobretudo, a partir do uso político que o capitalismo faz do Estado e das instituições públicas e privadas (escola, bancos, exército, meios de comunicação de massa, polícia etc.).

A possibilidade mais viável para combater a antiprodução estaria na criação de grupos sujeitos que tivessem como objetivo acelerar o processo de produção maquínica anticapitalista por meio de práticas desalienantes que afetassem diretamente o desejo. Dessa forma, o desejo se tornaria uma máquina de guerra contra as concepções teóricas que enxergam as sociedades formadas por estruturas históricas perenes e com indivíduos impossibilitados de realizar qualquer transformação radical. Levar o desejo a ser pensado como um componente de ruptura das cadeias de significantes constitutivas da realidade social era, provavelmente, o principal propósito político do pensador francês quando escreveu seu primeiro texto envolvendo o conceito de máquina.

II- 2. Desdobres conceituais: a ontologia maquínica

Depois de ser utilizado como um importante componente de crítica ao significante e à incapacidade de ruptura social, o conceito envolvendo a noção de máquina ganhou durante as décadas seguintes elementos que contribuíram para a sua complexificação. Dentre os diferentes desdobres conceituais, o que mais colaborou com uma leitura mais abrangente das relações institucionais e sociais foi aquele referente a sua funcionalidade ontológica. Por funcionalidade ontológica, o pensador francês compreendia o poder de enunciar das máquinas e sua capacidade de produzir subjetividade.

Guattari (1993, p.) percebeu que o conceito de máquina era um instrumento teórico capaz de atravessar a gigantesca cortina de ferro⁴⁹ teórica que separava o homem de um lado e, do outro, os objetos e os demais seres vivos. Essa nova forma de posicionar o conceito deixava claro que não havia nem homem⁵⁰, nem natureza e nem social em estado puro, mas apenas o processo que produz um no outro e os acopla de forma imanente. O homem, por essa perspectiva, apenas “forma máquina”, a partir de ações bem determinadas, com outros elementos de sua

⁴⁹ É contrariando determinadas visões epistemológicas dualistas e metafísicas que atribuem aos humanos à exclusividade da ação transformadora e aos animais, aos objetos a inércia, que o pensador francês desenvolveu e ampliou, ao longo de sua obra, o conceito de máquina.

⁵⁰ Quando a compartimentação e separação dos componentes ocorre, ela é feita de maneira artificial.

relação social. Não existe uma separação entre o econômico, o político, o desejo, o inconsciente, a natureza, os seres vivos, os objetos etc., o que existe são imanências, isto é, a coextensão de cada um destes componentes em relação aos outros. Os seres e os indivíduos que emergem ontologicamente⁵¹ dessas relações são um híbrido maquínico.

Por esse motivo, o pensador francês enxergava a necessidade de estender a tudo aquilo que não se compreende comumente como máquina, o sentido conceitual de máquina e a relação entre eles de maquinismo. Incluir-se-ia assim os mais variados objetos, funções e disfunções que se conectam aos seres humanos através de múltiplas relações, como por exemplo: os elementos relativos à pesquisa, à formação; à organização do trabalho; à ergonomia; à circulação e à distribuição de bens e serviços; à guerra; à burocracia, ao corpo humano e seus investimentos de desejo⁵²; às informações; às representações individuais e coletivas; aos animais; às instituições; aos textos; às palavras; às plantas etc.

Entre os inúmeros elementos que se ligam aos indivíduos proporcionando a formação de subjetividades, Guattari (2001, p. 08) procurou agrupá-los em três conjuntos e quatro segmentos e, ao mesmo tempo, separá-los em dois níveis. Os conjuntos⁵³ são formados pelos registros do meio ambiente, das relações sociais e das subjetividades humanas. Eles engendram o plano de imanência da realidade, na qual os segmentos maquínicos se agenciam. Os segmentos, por sua vez, abrigam as máquinas técnicas, sociais, abstratas e desejantes que podem ser divididas, basicamente, em concretas e abstratas. Elas organizam as relações sociais produzindo técnicas, tecnologias, objetos, fluxos semióticos significantes e a-significantes, agenciamentos, codificações, sobrecodificações e decodificações.

⁵¹ A ontologia maquínica de Guattari está dentro daquilo que ele denominou de paradigma ético-estético. Este último tema será trabalhado no último capítulo desta tese.

⁵² Apenas a título de marcar um posicionamento mínimo quanto ao vasto campo do desejo é interessante observar à seguinte citação: "O desejo não é estritamente humano, ele é produzido por meio de agenciamentos de fluxos humanos e não humanos, de uma multiplicidade de máquinas técnicas, sociais e abstratas. O desejo é máquina, síntese de máquinas, agenciamento maquínico. (...) o desejo é transbordamento; é da ordem da produção e não da falta" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 390).

⁵³ Chamados também de três ecologias.

Além disso, o plano de imanência pode ser dividido em dois níveis: o molar e o molecular⁵⁴. No primeiro nível estariam os elementos que são visíveis, como os conjuntos das máquinas técnicas, sociais e desejantes (máquinas concretas) e suas produtividades materiais. Neste nível se encontra também as relações sociais dos sujeitos, suas vivências enquanto classe, gênero, etnia, sexualidade, linguagens significantes etc. No segundo nível situam-se os elementos que operam molecularmente, como o conjunto das máquinas abstratas. Neste lugar se organiza o regime de produção de desejo, de organização dos afetos e de criação de sentidos, significações etc. O funcionamento dos conjuntos e dos segmentos maquínicos depende sempre das transições, em forma de agenciamentos, do nível molecular para o molar e vice-versa.

Não se trata, portanto, de conjuntos e níveis separados entre si, mas de uma mecanosfera⁵⁵, ou seja, de um entrelaçamento transversal no qual os quatro segmentos maquínicos interagem e operam em rede proporcionando a reprodutibilidade das máquinas técnicas, sociais e abstratas. Além disso, cria diferentes microdirecionamentos subjetivos e comportamentais das máquinas desejantes. Sobre os seguimentos maquínicos concretos e abstratos pode-se dizer mais especificamente que:

1º) por máquinas técnicas compreende-se as ferramentas e máquinas construídas pelo homem (alfinetes, martelos, celulares, canetas, carros, relógios, computadores, embarcações, videogames, televisores, instrumentos musicais, tanques de guerra etc.);

2º) por máquinas sociais entende-se os modos de produção históricos, os Estados, as cidades e as instituições públicas/privadas, estas também chamadas

⁵⁴ O molar se refere à realidade constituída, lugar de excelência do registro e controle dos corpos no social, local gerido preferencialmente pelas instituições reprodutoras das relações sociais dominantes. O molecular refere-se à realidade em vias de se constituir (territorialização) e, ao mesmo momento, em vias de se desmanchar (desterritorializar), lugar de produção onde os fluxos semióticos se relacionam através de inúmeras conexões.

⁵⁵ Em vez de biosfera, Guattari prefere recorrer ao termo mecanosfera, utilizado no texto *O inconsciente maquínico e a revolução molecular*, datado de 1977. Por mecanosfera o autor pretende expressar a ideia de um ambiente em que as máquinas técnicas, sociais, abstratas e orgânicas se relacionam planetariamente. O termo também é utilizado pelo pensador Pierre Lévy no livro *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*, e guardadas as devidas diferenças, com o mesmo objetivo.

por Guattari de equipamentos coletivos⁵⁶ (entre todos elas a escola, a universidade, o banco, as empresas/fábricas, o hospital, as Forças Armadas, o asilo, a igreja, a prisão, a máfia, as coletividades que desempenham funções específicas, como por exemplo, as ONGS etc.).

3º) por máquinas abstratas concebe-se os mais variados fluxos de semioses com suas semiologias da significação e da não significação subdivididas em semióticas significantes, simbólicas e a-significantes (as línguas, as enunciações, os desenhos, as leis, as horas, as músicas, emblemas, símbolos, logotipos, barulhos, o próprio silêncio, o valor monetário, gráficos, as linguagens informacionais, as expressões faciais e corporais, o desejo, as tonalidades da voz etc.) que atravessam transversalmente as mais variadas máquinas formando as subjetividades, as protosubjetividades, as enunciações coletivas e as protoenunciações.

4º) por máquinas desejanter admite-se os indivíduos e suas subjetividades, os mais diversos animais, as plantas, os insetos e os demais seres vivos.

Todas as máquinas têm características e produtividades próprias, contudo sua função básica (não a única) é a produção de subjetividade e/ou de protosubjetividade realizada a partir das mais variadas afetações mútuas. Ainda, à medida que são combinadas, as máquinas podem ser acionadas para desempenharem outras finalidades para as quais não foram projetadas inicialmente. É a partir do agenciamento/desagenciamento abstratos e acoplamento/desacoplamento concretos que uma série de novas funções aparecem e outras são esquecidas. A máquina nunca se reduz à sua própria organização interna, às suas peças, às suas engrenagens e aos seus fluxos, mas está sempre inserida no conjunto das forças e relações (re)produtivas e antiprodutivas específicas de um determinado contexto social, político, econômico, religioso, ambiental, geográfico, histórico etc.

⁵⁶ No texto, *Devir criança, malandro, bicha*, que faz parte do livro *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*, Félix Guattari adapta o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, do filósofo Louis Althusser, acrescentando a esse conceito o componente maquínico. A preocupação do pensador francês, portanto, não estava em superar ou negar o conceito utilizado por Althusser, mas em ampliá-lo. Dessa forma, cunhou o termo: equipamento coletivo de subjetivação.

Embora o pensador francês tenha desenvolvido em seus textos que as máquinas são ao mesmo tempo um hibridismo técnico/social/abstrato/desejante operando imanentemente nos níveis molares e moleculares, procurar-se-á, na sequência deste texto, separá-las em segmentos específicos e, em outros, combiná-las para uma melhor compreensão introdutória dos seus respectivos funcionamentos e dos diferentes processos constitutivos da produção de subjetividade.

II-2.1 As máquinas técnicas

As máquinas técnicas, segundo Guattari (2003, p. 41), sempre povoaram o imaginário humano e a vida cotidiana dos indivíduos, não apenas como simples ferramentas ou aparelhos que os auxiliam, mas como algo que seria para a subjetividade humana da ordem de uma protosubjetividade e de uma protoenunciação. Tais fluxos desprendidos pelas máquinas técnicas existem porque o objeto técnico não pode ser limitado à sua materialidade. A protosubjetividade, nesse sentido, seria formada pelos componentes imateriais – espécie de resíduos abstratos acumulados historicamente – que são depositados no corpo da máquina no momento de sua fabricação por meio de *phylum*⁵⁷maquínicos. Os *phulum* permitem o aperfeiçoamento, a remodelagem, a reutilização ou, em alguns casos, até mesmo o esquecimento⁵⁸ de determinadas peças e partes inteiras que compõem uma máquina técnica e sua memória imaterial.

Mais especificamente, os *phylum* se referem à memória das máquinas técnicas e o uso – codificação, sobrecodificação e descodificação⁵⁹ – que o

⁵⁷ Guattari utiliza o conceito não só para expressar a relação entre as máquinas técnicas, mas a relação que ocorre entre todas as máquinas que povoam a mecosfera. O conceito é utilizado ainda para agrupar as diferentes máquinas de acordo com sua origem e posicioná-las de acordo com seu tempo histórico.

⁵⁸ Guattari (1992, p.52) lembra que as diferenças tecnológicas entre as gerações de máquinas técnicas não se dão de forma exclusivamente linear e cronológica, mas rizomática. Isso significa que determinados maquinismos que foram utilizados no passado podem ser reapropriados no presente em inovações tecnológicas e, outros ainda, que são considerados ultramodernos, podem cair definitivamente no esquecimento. Exemplo: a “decolagem industrial das máquinas a vapor que ocorreu séculos após o império chinês tê-las utilizado como brinquedos de criança”.

⁵⁹ Os conceitos serão explicados no corpo da tese. Contudo é necessário dizer, por enquanto, que as mudanças e as permanências dos agenciamentos, enquanto fluxos, na subjetividade e na

capitalismo faz desse acervo referencial para projetá-las e torná-las operacionais para o sistema. Os *phylum* podem ser acessados pela subjetividade humana de duas formas diferentes, por meio ontogenético e filogenético. No entender de Guattari (2003, p. 41), o segmento ontogenético revela informações preciosas sobre a reprodução das máquinas, principalmente a vida útil de um equipamento, os erros, os aperfeiçoamentos das técnicas e das tecnologias empregadas em sua constituição. Já o segmento filogenético procura mostrar especificamente as relações históricas que permitiram o desenvolvimento das máquinas técnicas nas diferentes sociedades humanas.

Por essa perspectiva, a protosubjetividade maquínica não passa de uma máquina abstrata com sua carga histórica, simbólica e semiótica acopladas à máquina técnica. A subjetividade humana, à medida que entra em contato com os fluxos imateriais/abstratos⁶⁰ da máquina técnica, se modifica a partir das protoenunciações geradas pela protosubjetividade desse tipo de máquina. Em linhas gerais, a protosubjetividade possibilita que focos de subjetivação, em forma de protoenunciação, se desprendam e afetem as subjetividades humanas e vice-versa. Ou seja, o agenciamento de enunciados humanas e protoenunciações não humanas ajudam a compor novos territórios existências subjetivos dos seres humanos e a compor a protosubjetividade da máquina técnica alimentando, quase sempre, a reprodutibilidade do sistema capitalista.

Para elucidar melhor a relação entre a subjetividade, a protosubjetividade e a protoenunciação, Guattari (1992, p. 52) redimensionou conceitualmente duas noções desenvolvidas pelos biólogos Umberto Maturana e Francisco Varela. Pode-se dizer, resumidamente, que os pensadores chilenos distinguem dois tipos de conjuntos maquínicos: 1º) os “alopoiéticos” que produzem algo diferente deles mesmos, relacionados a tudo que não é ser vivo; 2º) os “autopoiéticos”, que geram continuamente sua própria organização e seus próprios limites, ou seja, produtores deles mesmos, conseqüentemente relacionados aos seres vivos.

protosubjetividade são materializados/cristalizados a partir das codificações, sobrecodificações e descodificações que são acometidos.

⁶⁰ Um exemplo dessa relação pode ser observado, atualmente, a partir do uso que um indivíduo faz de um *smartphone*.

Porém, para Guattari (1992, p. 52), ao fazer a distinção entre os dois grupos de máquinas, o conceito de “autopoiese”, exclusivamente relacionadas aos seres vivos (seres humanos, animais, plantas, insetos etc.) se opunha ao conceito de “alopoiese”, relacionada às máquinas sociais e técnicas (a tudo aquilo que não é um ser vivo). Essa oposição, no entanto, não permitia estabelecer uma relação entre os dois grupos de máquinas e derrubar a cortina de ferro ontológica que separa os seres vivos das máquinas. Seria preciso, portanto, ir além da perspectiva da dupla chilena e estabelecer uma ligação entre os distintos grupos.

Foi por esse motivo que Guattari (1992, p. 44) cunhou a noção de heterogênesse. Para o pensador francês, as máquinas alopoéticas, presentes no dia-a-dia dos seres humanos e de outros seres vivos, encontram-se na adjacência das máquinas autopoieticas, produzindo e se modificando conjuntamente. No lugar de ter uma oposição entre os seres vivos e a máquina, essa nova maneira de compreender a heterogênesse maquínica implica em perceber de forma otimista as potencialidades de subjetivação parcial abertas por essas relações. O que não implica, por sua vez, na autonomia vital de uma máquina alopoética, mas no seu poder singular, protoenunciativo, de oferecer uma multiplicidade de agenciamentos produtores de subjetividade.

Exemplificando: um notebook em uma escola é um acoplamento de uma máquina predominantemente técnica e abstrata, que também está em interação com uma máquina social. Assim, o objeto tecnológico e a escola, ambos com suas protosubjetividades e protoenunciações (alopoéticas), estão ao mesmo tempo abertos para o exterior e entretêm todo tipo de relações com o ambiente maquínico interno que os circunda, inclusive com as subjetividades humanas (autopoieticas) que são subjetivadas nessa interação. A subjetividade, por essa perspectiva, se torna uma espécie de máquina sintetizadora, pois os fluxos semióticos⁶¹ (heterogêneses) das protoenunciações advindos das máquinas técnicas são produtores de desejo e transformados em territórios existenciais.

⁶¹ Segundo Guattari e Rolnik (2000, p. 319), “os fluxos são materiais e semióticos e precedem os indivíduos e os objetos. O desejo, portanto, não é, de início, nem subjetivo, nem representativo: ele é economia de fluxos”.

Apesar de manter a raiz etimológica (*téchne*), a perspectiva da heterogênesse da máquina técnica pensada por Guattari expande as noções de máquina ou ferramenta empregadas no sentido convencional. Isso ocorre porque esses tipos de máquinas são capazes de alterar o espaço social que as circunda, de transformar as subjetividades humanas pelos saberes e práticas por elas transmitidas, como ainda, aperfeiçoar as técnicas usadas em seu próprio desenvolvimento.

II-2.2 As máquinas sociais

Se as máquinas técnicas são usadas pelos seres humanos, ao mesmo tempo que os subjetivam, as máquinas sociais usam os seres humanos como peças para a produção, reprodução e antiprodução das relações de produção. Elas organizam topologicamente os fluxos desejantes em diferentes níveis sociais, uma vez que planejam em qual momento e quais circuitos os fluxos devem passar, o que contribui para (re)produzir ou até mesmo, em alguns casos, transformar as relações sociais onde funcionam.

As máquinas sociais, pela perspectiva de Guattari (2003, pp. 42-43), funcionam conectadas, mas variam de tamanho, poder econômico, gestão política e força militar. Algumas são megamáquinas como, por exemplo, o modo de produção feudal ou capitalista. Outras têm um tamanho mais reduzido, como os blocos econômicos continentais (União Europeia – UE, Mercado Comum do Sul – Mercosul, Acordo Estados Unidos, México e Canadá – USMCA e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico – APEC), os Estados-nações, os estados federativos de um país, as megalópoles, as metrópoles e as cidades. As demais, tal como as instituições sociais, nomeadas também por Guattari de equipamentos coletivos (escolas, universidades, asilos, prisões, casernas etc.), são ainda menores. Todas elas se relacionam e contribuem para a produção de subjetividade.

A função (re)produtiva e antiprodutiva que acaba imperando nesse último grupo de máquinas sociais são de importância cabal na modelagem do corpo e da subjetividade. Enquanto o corpo ganha determinadas formas expressivas, dependendo do tipo de instituição que se encontra inserido, a subjetividade é

inundada por enunciados humanos e não humanos, sobrecodificados pelos axiomas do capital. As semioses mobilizadas coletivamente nessas pequenas máquinas assujeitam e servilizam a produção desejante dos indivíduos levando-os, quase sempre, a terem condutas molares e moleculares favoráveis aos interesses do mercado e das classes sociais economicamente dominantes⁶².

II-2.3 As máquinas abstratas

Da mesma forma que as máquinas técnicas e sociais colaboram com a consolidação das relações sociais, as máquinas abstratas são molecularmente indispensáveis e de suma importância para a atualização protossubjetiva e subjetiva das diferentes máquinas do campo social. São elas que colocam as máquinas concretas de diferentes e distantes lugares em constante agenciamento. As máquinas abstratas por serem fluxos de semioses são, em si mesmas investimentos das máquinas molares e de suas diferentes configurações. Na verdade, elas são as mesmas máquinas técnicas, sociais, orgânicas em condições determinadas, mas de modo algum operando no mesmo regime, no mesmo nível do plano de imanência, nas mesmas relações e nos mesmos usos.

Guattari (1992, pp. 48-49) mostrou que as máquinas abstratas podem ser divididas em duas categorias gerais⁶³ de produtividade: as semiologias da significação e as semiologias da não-significação. No primeiro grupo se encontram as semióticas significantes e simbólicas e no segundo grupo as semióticas a-significantes e as codificações a-semióticas naturais (DNA, RNA). Na verdade, todas elas operam de forma mista no coração das atividades humanas criando consistências subjetivas conscientes e inconscientes que fazem a passagem direta entre os estados de signos e os estados de coisas. Para o pensador francês esse

⁶² Guattari utilizava-se do termo classe dominante, grupo dominante, poder dominante e subjetividade dominante como sinônimos para designar os grupos sociais, hegemônicos ou não, que controlam o processo econômico e político no capitalismo a partir da organização da produção, do sistema financeiro e do exercício profissional da política. Os termos aproximam-se da tradição marxista.

⁶³ Esses grupos gerais se subdividem em subcategorias. Essas últimas serão trabalhadas nos próximos capítulos.

“*start*” realizado pela mescla de semiologias coloca em funcionamento determinadas configurações econômicas e políticas da organização pessoal e interpessoal dos indivíduos, das máquinas e dos demais seres vivos de uma determinada formação social. De acordo com as palavras do pensador francês:

Impõe-se aqui estabelecer uma distinção entre semiologias produtoras de significações – moeda corrente dos grupos sociais -, como a enunciação humana de gente que trabalha em torno da máquina, e, por outro lado, as [semiologias] semióticas a-significantes, que independentemente da quantidade de significações que veiculam, manipulam figuras de expressão que se poderia qualificar de “não humanas; são equações e planos que enunciam máquina e fazem-na agir de forma diagramática sobre os dispositivos técnicos e experimentais (Guattari, 1992, p. 48-49).

Os fluxos de não-significação são percebidos, sobretudo, por meio dos índices da bolsa de valores, valor do Dólar e do Euro, gráficos de desemprego, combinações de cores e sons em propagandas, conjuntos arquitetônicos etc. Todas eles não realizam discursos, mas induzem ações, determinam investimentos e desinvestimentos econômicos, estimulam os empregos e o desemprego, além de possibilitar o surgimento de migrações e guerras. Não agem como os signos simbólicos e significantes que necessitam de outros signos referentes para se propagar em forma de discurso, eles funcionam imediatamente sobre o comportamento e o desejo dos indivíduos. Principalmente, por meio das semiologias de não-significação, as máquinas falam, se expressam e se comunicam com o homem (máquina desejante) e com as outras máquinas.

As semiologias significantes sobrecodificam as semiologias de não-significação na produção de sentidos, significações, interpretações, discursos, representações e gramaticalidades dominantes. Até mesmo as sensações que emergem das relações a-significantes passam a ser traduzidas, interpretadas, compreendidas e reativadas por um discurso de normalidade que ajuda a manter o sistema capitalista estabilizado. A junção entre as semiologias significantes e as

semiologias não-significantes produzidas pelos diferentes maquinismos sociais, geram agenciamentos coletivos de enunciação que se acumulam e povoam as subjetividades humanas criando, sobretudo, consensos. Elas passam a preceder os novos enunciados realizando a função, na maioria das vezes, de um agenciamento conservador entre a subjetividade humana e o campo social mais vasto.

No caso da instituição escolar, por exemplo, o agenciamento coletivo de enunciação advindo de outros momentos históricos – como os métodos e procedimentos pedagógicos –, somados com as semiologias da significação e da não-significação permitem aos enunciados modular com maior facilidade a personalização e a hierarquização das subjetividades inseridas nesta instituição formativa e concentracionária. Na maior parte das vezes, um conteúdo não aprendido, uma regra que nunca pode ser questionada ou um olhar de reprovação dos amigos e da professora não marcam apenas a compreensão de uma lógica, de uma regra, de um comportamento, mas indica, sobretudo, o lugar de poder que o estudante passará a ocupar na classe, na escola e, provavelmente, nas relações de trabalho.

Dessa forma, o sistema de poder da língua, enquanto uma máquina abstrata, não está apenas a serviço do aprendizado em uma escola, mas também de semioses que buscam unificar todos os meios de interação social em valores fundamentais para a perpetuação das relações de exploração postas pelo capitalismo. É assim que o respeito pela propriedade privada, pelas hierarquias sexuais e étnicas e pelas diferenças de classe são subjetivadas como se fossem procedimentos naturais para se comunicar. Questionar o funcionamento das máquinas abstratas para reconfigurá-las pode servir como um novo modo de resistir e de destruir os investimentos de dominação subjetiva presentes na atualidade.

II-2.4 As máquinas desejanter

Por sua vez, as máquinas desejanter – formadas pelos seres humanos, animais, insetos, espécies vegetais, bactérias etc., – estão em relação constante entre si e com as outras máquinas e são, por excelência, máquinas (re)produtoras

e sintetizadoras movidas pelo desejo. Os seres humanos (re)produzem as relações de manutenção do capitalismo, como ainda, fazem com que os animais e outros seres vivos também sirvam a esses fins. Os processos de síntese desenvolvidos por eles garantem a (re)produção da subjetividade e nos outros seres vivos, as mais diferentes operações de sobrevivência⁶⁴.

A disposição de se subjetivar, ou seja, o processo de subjetivação só ocorre porque as máquinas desejanter são assubjetivas, isto é, a subjetividade é um predicado forjado constantemente nas relações sociais por inúmeros investimentos materiais e abstratos sobre a libido produzindo desejo. Não há dessa maneira, nem desejo, nem subjetividade inatas, ambos não são naturais, mas um constructo artificial de agenciamentos heterogêneos e de territórios existenciais tramados pelas diferentes relações e dinâmicas das maquinarias abstratas e concretas do campo social.

Apesar da perspectiva guattariana de uma subjetividade produzida na imanência das relações sociais ganhar espaço em algumas áreas do conhecimento, a concepção filosófica moderna, que atribuiu ao sujeito uma “essência” ou uma “natureza humana”, permanece hegemônica em vários meios. Nessa direção duas posturas são ainda fortemente difundidas e aceitas. A primeira concepção de subjetividade advém de uma perspectiva de sujeito iluminista, fruto do cartesianismo, baseado numa concepção de ser humano como um sujeito totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ações completamente independentes. Esse sujeito possuiria, ao nascer, um núcleo interior (subjetividade) que iria se desenvolver mantendo, no entanto, a essência ao longo da sua existência.

Contribuindo com essa postura, mas de forma um pouco diferente, se tem a noção de sujeito sociológico e, conseqüentemente, de sua subjetividade. Foi incorporada a essa perspectiva a crescente complexidade do mundo moderno e o entendimento de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente. Ele seria formado na relação com outras pessoas a partir da

⁶⁴ Por exemplo, uma árvore que verdeja ou um cão que desvia seu trajeto por causa de um cheiro estão sintetizando seus agenciamentos e os transformando em ação.

mediação de valores, sentidos e símbolos. O sujeito, de acordo com essa perspectiva, continuava a possuir o núcleo ou a essência interior herdada do iluminismo, mas se diferenciava dessa concepção por possuir o elemento de mudança, adquirido a partir do contato contínuo e progressivo com o exterior. Esse elemento de mudança dependeria de certas relações psíquicas para ser realizado.

Em que medida a perspectiva de subjetividade desenvolvida pelo pensador francês se diferenciavam dessas tradições que por séculos balizaram o pensamento ocidental? Retomando os conceitos de Guattari (1992, p.11), observa-se que a produção de subjetividade é compreendida como um processo maquínico de produção desejante no qual participam múltiplos componentes da realidade sem, contudo, existir “uma instância dominante de determinação que guie outras instâncias segundo uma casualidade unívoca”.

Dessa forma, os valores, as ideias e os sentidos ganham um contorno revolucionário, tornando-se elementos que podem acionar rupturas sociais através de agenciamentos maquinados coletivamente. As trocas subjetivas não ocorrem no vazio, os sujeitos que as intercambiam sempre pertencem a uma classe social, a uma etnia, a um gênero, moram em uma cidade, em um país, frequentam instituições, fazem uso de linguagens e das tecnologias no decorrer de suas vidas. Tudo depende dos agenciamentos que podem ser gerados dessas relações. É desse plano de imanência que uma série de elementos interagem com os indivíduos gerando efeitos que podem se acumular formando cristalizações massificantes ou atualizações singularizantes dos territórios subjetivos existenciais. Por essa razão, a subjetividade pode conter territórios cristalizados, modificados, reinventados ou até mesmo descartados. Tudo depende das conexões, dos agenciamentos e dos sentidos que são produzidas nas relações maquinicas.

Para o pensador francês, os múltiplos componentes de subjetivação que interferem na composição desejante são elementos que estão em disputa política e por esse motivo podem, se considerados apenas os posicionamentos mais extremos, ser capturados e transformados em novas referências para a reprodução do capitalismo ou podem também se tornar uma espécie de desvio, uma linha de fuga frente as tentativas de caracterizar a existência como algo imutável e amarrado

a lógica do sistema. Diversas são as tentativas e as formas que buscam direcionar a subjetividade para a defesa dos posicionamentos dominantes, mas também ocorre uma luta de cunho micropolítico e político para a construção de processos de singularização subjetiva antissistêmicas.

O indivíduo, por essa perspectiva, deixa de ser pensado como um sujeito que porta um núcleo ou essência interior imóvel ou móvel e passa a ser entendido, como aquele que os territórios subjetivos são incessantemente transformados por uma multiplicidade de componentes abstratos – fluxos semióticos significantes e a-significantes – de subjetivação a partir de movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização⁶⁵ dos processos históricos e sociais. O indivíduo e sua subjetividade, enquanto uma máquina desejante, não são mais exclusivamente definidos pela sua condição epistemológica e biológica, mas também por meio de suas múltiplas conexões maquínicas.

II- 3. O conceito de máquina e o mito da máquina

Se, por um lado, o conceito de máquina criado por Guattari no final da década de 1960 impressionava pelo seu poder de crítica dirigido ao estruturalismo, por outro fazia emergir, mesmo sem querer, a velha imagem da racionalidade e da eficiência que quase levou o mundo à destruição total durante a Segunda Guerra Mundial. Como lembra David Harvey (2016, p.39), o tema máquina esteve presente em diferentes meios culturais durante toda a primeira metade do século passado. Era exaltado por inúmeros artistas e literatos consagrados, como, por exemplo, Ezra Pound quando afirmou que a linguagem devia ter a eficiência da máquina, por

⁶⁵ Segundo Guattari e Rolnik (2000, pp. 317-323) a noção de territorialidade ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem. A reterritorialização consiste em uma tentativa de recompor um território que passou por um processo de desterritorialização.

William Carlos Williams que pensava o poema como uma máquina feita de palavras e pelo muralista Diego Rivera que pintou sua admiração pelas máquinas nos famosos murais de Detroit.

Para o pensador estadunidense, no período entreguerras a valorização da máquina fez uso de uma forte tendência positivista e, graças aos intensos esforços do Círculo de Viena, foi estabelecido um novo estilo de filosofia que viria a ter posição central no pensamento social pós Segunda Guerra Mundial. Nesse espírito positivo e lógico, também foi formulada a “Carta de Atenas de 1933” que definiria, nos trinta anos seguintes, o rumo da arquitetura modernista. As casas e as cidades puderam ser concebidas como máquinas nas quais se poderia viver de forma eficiente e produtiva. Apenas no cinema, como no caso dos filmes *Metrópolis* e *Tempos Modernos*, as máquinas foram retratadas com certo pessimismo.

Fortalecia-se, segundo Harvey (2016, p.38), nesse momento da história, o mito da máquina que traria a redenção. Ela teria a obrigação de reparar os erros do passado e livrar da contingência o mundo ou mais programaticamente, fornecer o ímpeto para um novo projeto de ação humana. Seria possível naquele momento histórico desmitificar a máquina? Sim, mas o grande problema em fazer esse movimento era que qualquer mito poderia alojar-se na posição central de verdade eterna. No período entreguerras havia algo de desesperado na busca de uma mitologia que pudesse de algum modo apurar a sociedade conturbada pela Primeira Guerra Mundial. Foi por meio do deslocamento do mito da máquina e a estetização da política, levado às últimas consequências, que o fascismo e o nazismo criaram seus mitos de referência que substituíram o mito da máquina.

Depois do final da guerra, como aponta Harvey (2016, p. 39), a contestada busca de um mito pareceu perder sua urgência, em parte porque o sistema de poder internacional se tornou relativamente estável. Havia uma celebração subterrânea do poder e da racionalidade burocráticas corporativos, sob o disfarce de um retorno ao culto superficial da máquina capaz de encarnar todas as aspirações humanas e realizá-las pela roupagem tecnicista.

Teria Guattari se aproveitado de alguma maneira do mito da máquina para forjar o seu conceito? Sem dúvida nenhuma o jovem psicanalista foi influenciado

por sua época, apesar disso ele não fez um uso ingênuo do termo máquina. Primeiro, porque ele transformou a noção desgastada em um conceito que se distinguia do mito, uma vez que o conceito de máquina seria uma espécie de dispositivo para desarmar a armadilha do mito. Enquanto o mito da máquina funcionava como significante universal de dominação capaz de unificar diferentes grupos econômicos e políticos para manter a dinâmica da exploração do sistema capitalista, seja na sua versão totalitária ou liberal, o conceito guattariano, por sua vez, forneceu elementos para desconstruir as formas hegemônicas de pensar e vivenciar as relações institucionais e sociais.

Segundo, porque o conceito de máquina buscou institucionalmente e via relações sociais desalienar o sujeito ou grupo, algo muito diferente da alienação criada pelo mito. Se a radicalização da estetização da política levou ao nazifascismo como modelo político e permitiu que o liberalismo de bem-estar social também criasse seus mitos tecnocráticos, Guattari, fazendo certo uso de Walter Benjamin, respondeu com a politização da estética via seu conceito de máquina. Por isso criou nos anos 1990 o paradigma ético-estético e político. Politizar a estética e transformar a noção de máquina em uma poderosa ferramenta contra os principais mitos alienantes da sociedade capitalista foi um dos seus mais importantes legados.

Dessa forma, a economia, a política, a linguística, a psicanálise e a filosofia estruturalistas não poderiam abrigar tranquilamente os seus mitos de estimação sem ser incomodadas pelo conceito guattariano de máquina. Ele conseguiu transformar os sentidos dados à máquina, uma vez que ela não poderia mais ser entendida apenas pela perspectiva mecanicista e/ou por meio do mito do progresso, mas como um instrumento de crítica das instituições e das relações sociais a partir dos agenciamentos e linhas de forças que as compõem. Em outras palavras, o conceito de máquina colaborou decisivamente para a ultrapassagem da leitura estruturalista das relações sociais, como ainda possibilitou a criação novas processualidades de singularização coletivas em meio as distopias do final do século XX.

Capítulo III - A importância da produção de subjetividade no Capitalismo Mundial Integrado (CMI)

III- 1. Subjetividade e capitalismo

Félix Guattari (1992, p.34) propôs em seu livro *Caosmose: um novo paradigma estético* “(...) uma refundação da problemática da subjetividade”. Para o pensador francês, o negligenciamento e/ou a minimização da importância da subjetividade e de sua produção por algumas das principais correntes filosóficas de meados do século XX – como foi o caso do positivismo e do estruturalismo – levou à criação de análises mecanicistas e/ou empobrecidas a respeito da (re)produção do capitalismo. Era prova de cientificidade concentrar as investigações na objetividade e manter os estudos da subjetividade em segundo plano quando o assunto abordado era economia e política.

Quando se tentava relacionar aspectos econômicos e políticos com os subjetivos se produzia quase sempre uma compreensão reducionista do papel da subjetividade na economia capitalista. Ela era qualificada exclusivamente como um elemento de mediação interna do indivíduo, formada pelas relações familiares e fonte de equívocos e erros. A refundação do seu entendimento passaria, sobretudo, pela sua redefinição como uma dobra exterior do corpo do indivíduo, um elemento antinatural provocado pelos investimentos sociais geradores de libido⁶⁶ e uma potência produtiva. A proposta guattariana originou-se, portanto, da necessidade de mostrar a importância da economia subjetiva para compreender a economia política nas sociedades atuais.

Para tanto, Guattari (1992, p. 20) sugeriu uma subjetividade⁶⁷ de natureza industrial: fabricada, modelada, recebida e consumida na própria esfera social de

⁶⁶ Para Guattari a libido é formada por investimentos sociais que se transfiguram em desejos /vontades e não se refere, simplesmente, a uma energia primordial que sustenta a pulsão de vida como na psicanálise.

⁶⁷ Em cada país ou região continental, o capital realiza investimentos particulares na produção de subjetividade. O objetivo não é criar uma subjetividade universal, mas continuar a reproduzir as diferenciações e hierarquizações que fazem do capitalismo um poder global.

acordo com a faixa etária de cada pessoa, classe social, gênero, sexualidade, etnia etc. Ela deveria ser considerada um componente fundamental para a reprodução das relações de produção e das forças produtivas no capitalismo contemporâneo. Sua fabricação se daria por meio da conexão de diferentes agenciamentos coletivos de enunciação, regimes de semiologias significantes/não-significantes e seus fluxos semióticos de cunho enunciativo (humano) e protoenunciativo (não humano) agenciados por múltiplos maquinismos sociais.

Essa forma de pensar a subjetividade e sua produção – humana e não humana – retratava, de certa maneira, as mudanças ocorridas no regime de acumulação de capital iniciadas no final da década de 1960⁶⁸ em todo o mundo capitalista. Elas tornaram as atividades produtivas uma nítida mistura de trabalho material e trabalho imaterial/subjetivo⁶⁹. A produção de um bem industrializado (mercadoria) não se restringia apenas à esfera da fábrica, mas dependeria cada vez mais da combinação de diferentes fluxos semióticos advindos das máquinas técnicas, sociais, abstratas e desejanças para organizar e estimular determinados signos⁷⁰ tornando-os favoráveis ao aperfeiçoamento de um determinado produto e de seu consumo.

As classes dominantes do capitalismo perceberam que a produção de subjetividade havia se tornado, conforme mostraram Guattari e Rolnik (2000, p.28), a “matéria-prima de toda e qualquer produção”. Ela passou a ser necessária para organizar os fluxos maquínicos e transmiti-los de maneira que pudessem operar como executores de tarefas produtivas para o sistema. O novo cenário político-econômico que se desenhara a partir de então, não era apenas de uma simples reorganização da grande indústria de base fordista em escala global, mas o início da construção de uma nova ordem planetária multipolar forjada pelo poder quase

⁶⁸ Segundo Guattari (1977), “Maio de 1968” foi uma das primeiras mobilizações, senão a primeira, que percebeu as mudanças ocorridas na reorganização do capitalismo. O capitalismo liberal de bem-estar social estava começando a ser alterado pelo capitalismo neoliberal. Com a Guerra dos seis dias em 1967, o fim do padrão ouro para o dólar, a moeda tornou-se fiduciária, isto é, destituída de lastro e a Guerra do Yom Kipur em 1973, o preço do petróleo disparou desestabilizando a economia capitalista e abrindo espaço para as reformas econômicas e sociais do neoliberalismo.

⁶⁹ A diferenciação entre trabalho material e subjetivo será desenvolvida nas páginas seguintes.

⁷⁰ Nas chamadas teorias da linguagem, comumente o signo é entendido como algo que se refere, representa ou indica alguma coisa.

ilimitado do capital. Guattari (1987, p. 2011) denominou essa nova forma de rearticulação do sistema econômico internacional pós-fordista de Capitalismo Mundial Integrado (CMI).

Segundo Guattari (1987, p. 196), essas transformações não fizeram que a nova ordem econômica substituísse completamente a antiga, mas que uma coexistência e interação entre as duas configurações de acumulação de capital pudessem se realizar. De um lado, o capitalismo tradicional (fordista) de produção de massa, monetário e financeiro, tendo a fabricação de bens materiais, o assujeitamento social, a extração de mais-valia humana⁷¹ e a alienação conscientes como bases de sua sustentação. Do outro lado, o capitalismo mundial integrado (pós-fordista) de modelo de produção material e imaterial flexível (*just-in-time*), adaptando e impulsionando os antigos recursos financeiros sobre um conjunto de procedimentos servomaquínicos. Eles possibilitaram semioticamente, sobretudo, a exploração econômica da subjetividade por meio do inconsciente para a apropriação da mais-valia maquínica.

A recomposição das forças econômicas baseada na ascensão das multinacionais, no crescimento do poder político dos bancos, na revolução cibernética e nas novas tecnologias de informação ampliaram a capacidade do mercado em unificar espaços nacionais, culturas, religiões e sistemas político-econômicos em função de suas necessidades de produção, reprodução e antiprodução. Hábitos, comportamentos e os valores éticos, estéticos e políticos foram modificados radicalmente nas últimas décadas do século passado por meio de processos de semiotização ancorados nos axiomas⁷² capitalistas.

⁷¹ Diferentemente de outros modos de produção que a relação econômica era expressa, como observou Karl Marx, pela relação M-D-M, as relações de produção no capitalismo tradicional são caracterizadas pela fórmula D-M-D+.

⁷² O axioma é uma premissa que não é provada ou demonstrada, entretanto, é considerada como óbvia ou como consenso necessário para a aceitação de uma teoria. Por essa razão, é aceito como verdade e serve de ponto inicial para dedução de outras verdades. As axiomáticas capitalistas baseiam-se em premissas que organizam a forma como o sistema desempenha a gestão dos agenciamentos dos fluxos semióticos, criando processos de codificação, descodificação e sobre-codificação do desejo, o que torna a subjetividade um campo a ser explorado para a acumulação de capital.

Apesar dos axiomas⁷³ partirem do mesmo princípio geral estruturado na acumulação de capital, eles se diferenciam de acordo com as necessidades das burguesias nacionais, regionais e continentais para enfrentarem as lutas dos trabalhadores⁷⁴. Além disso, eles servem para remanejar as formas de exploração e dominação do campo social. Como lembrou Guattari (1987, 2011), o Capitalismo Mundial Integrado: “não possui um programa definido de uma vez por todas; face a uma crise ou a uma dificuldade imprevista sempre é capaz de inventar novos axiomas funcionais ou de suprimi-los”. Não foi sem motivo, portanto, que os operários e trabalhadores viram proliferar, nas últimas décadas do século XX, os axiomas pós-fordistas de base neoliberal em oposição aos axiomas fordistas do *Welfare State*.

A partir desse momento, o “mercado mundial” – gerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, multinacionais, indústrias bélicas, megaempresas de informação, Estados economicamente hiperdesenvolvidos (G7) e conglomerados industriais de tecnologia – tornou-se uma espécie de “Estado-supra-nacional”. Ele desenvolveu instrumentos de planificação produtiva baseados no controle monetário e em sugestões políticas destinadas às nações menos abastadas do planeta. Até mesmo os países do antigo bloco soviético e os alguns países ditos socialistas, como a China, foram absorvidos e cooptados. Outros por resistirem, como Cuba e Coréia do Norte, acabaram entrando em um processo de amoldamento e se tornaram reféns da nova ordem mundial e dos condicionantes de aumento da pobreza e da escassez de mercadorias.

Nesse novo contexto, as semiologias e suas semióticas significantes e a-significantes passaram a interagir mais rápido com a sociedade, notadamente por

⁷³ Os postulados dos axiomas não são empregados apenas pelo poder econômico-político do Estado ou do setor privado, mas também são aproveitados pelo poder de mando de um pai sobre o filho, de um médico sobre o paciente e de um professor sobre o aluno. Eles penetram, via subjetividade, nos poros das relações mais cotidianas das pessoas, acionando eficazmente pequenas ações, como por exemplo, os gestos, as falas, os olhares e os toques para obstaculizar qualquer ruptura molar e molecular. Muitas dessas ações, quase sempre, calcificadas de preconceitos de classe, racismos, sexismos, etarismos etc. acabam minando a solidariedade e impondo a competição como referente universal de toda ação humana.

⁷⁴ Para Guattari e Negri (1999, p. 201), o capitalismo não se desenvolve apenas pela luta de classes, mas, sobretudo, pela composição de classe. Isso significa que o capitalismo depende da organização produtiva das lutas dos trabalhadores para se reorganizar, ampliar e explorar as formas de mais-valia.

meio das tecnologias informacionais, da disponibilidade de crédito para o consumo, da expansão da educação formal nos países periféricos e da popularização dos meios de comunicação de massa. Todos os poros da sociedade, em diferentes países do mundo, foram inundados sutilmente por diferentes formas de signos que consistiam em fazer com que tanto os opressores, quanto os oprimidos assumissem os valores da ordem dominante. Com quase toda sociedade mundial absorvida por tais referenciais, os altos níveis de produtividade e os vários graus de exploração do trabalho puderam ser articulados, como jamais se viu antes, em benefício do acúmulo de riqueza das classes mais abastadas.

Para Guattari (1987, p. 201), uma imensa engrenagem formada por diversas máquinas de produção de subjetividade⁷⁵ se organizou criando sistemas de regulação serializada das subjetivas. As diferentes ações humanas passaram a ser traduzidas em termos empresariais, de operações de quantificação econômica e de obediência quase que cega aos valores da ordem estabelecida. Por meio de uma grande variação de estímulos, as relações sociais e o desejo passaram a convergir, quase sempre, para uma mesma política de dependência e afirmação de uma postura individualista, concorrencial e cínica frente aos problemas sociais. Nessas condições, os investimentos em produção de subjetividade tornaram-se tão importantes quanto o controle de parques de matéria-prima e reservas de mão-de-obra.

Nessa era do Capitalismo Mundial Integrado, os saberes científico-tecnológicos e os saberes socialmente difundidos, aquilo que Karl Marx (2011, pp. 578 - 596) chamou nos *Grundrisse*⁷⁶ de *General Intellect*⁷⁷, tornaram-se definitivamente forças produtivas e meios de sustentação das relações de produção. Molaramente esses saberes ampliaram as inovações industriais acelerando o ritmo produtivo das máquinas (trabalho morto), como, ainda,

⁷⁵ Mesmo que nesse processo as subjetividades incorporem as linguagens, os signos e os códigos de referência em uma relação de nítido sujeitamento, a possibilidade de o indivíduo escapar a partir das linhas de fuga existentes nessas relações sempre existe.

⁷⁶ Os *Grundrisse* (2011) são textos de preparação para o livro I e II d'O Capital (2013) que formam um todo coeso.

⁷⁷ A importância do *General Intellect* para o capitalismo contemporâneo não reside apenas no desenvolvimento das técnicas produtivas associadas ao trabalho morto, mas, principalmente, ao trabalho vivo gerado pela subjetividade dos trabalhadores.

molecularmente foram utilizados para estimular diferentes processos subjetivos (trabalho vivo) que balizaram as mudanças nos circuitos de circulação e de consumo.

Nesse novo momento, a interação entre homem, máquina, sociedade e capital tornaram-se ainda mais estreitas. O trabalho assalariado e quantificável perdeu sua força tornando-se miserável perto da exploração das potências intelectuais e científicas que alicerçaram a produção de riquezas no novo capitalismo. O desejo do indivíduo (máquina desejanse) constituiu-se como uma nova força produtiva, muito mais rentável e fácil de ser controlado e explorado pelos poderes dominantes.

De acordo com Guattari (1987, p. 212), para chegar neste nível de exploração, o capitalismo conseguiu articular o econômico, o político, o social, o religioso, a linguagem, os saberes e o libidinal, uns nos outros. Isso tornou possível uma série de operações semióticas e manipulações de poder de toda espécie a partir, sobretudo, de suas máquinas sociais de menor porte (a escola, a universidade, o banco, as empresas/fábricas, o hospital, grupos de comunicação de massa, as Forças Armadas, o asilo, a igreja, a prisão etc.). A utilização cada vez mais rápidas de diferentes semioses serviram para expandir a serialização subjetiva dos indivíduos de forma diversificada. Elas penetravam profundamente em todas as classes sociais, faixas etárias, gêneros, opções sexuais, religiosidades, grupos étnicos etc. com o intuito de estimular o desejo para se agenciar proativamente com as situações postas pelo capitalismo.

No Capitalismo Mundial Integrado, os meios de comunicação de massa – jornais, revistas, emissoras televisivas, emissoras de rádio, redes sociais conectadas pela *internet* etc. – passaram a lançar previamente componentes semióticos significantes e a-significantes de subjetivação em grande quantidade e com inúmeras variações para servir como instrumentos interpretantes para “traduzir”, a partir de referentes universais, determinados signos presentes nas mercadorias, nos comerciais, nas propagandas, nos telejornais e nas mais banais e corriqueiras situações do cotidiano. Segundo Guattari e Rolnik 2000, p. 32), a imagem do indivíduo racional e ativo que analisava criticamente os signos de uma

informação e realizava suas escolhas conscientemente não fazia mais sentido, pois em seu lugar, havia emergido a figura de um indivíduo passivo que funcionava, sobretudo, como um “terminal de circulação semiótica” que colocava em movimento o sistema produtivo.

Nessa nova etapa do acúmulo de capital, segundo Guattari (2012, p. 464), não se procurava apenas despertar o interesse do indivíduo para o consumo, como ocorria em outros momentos desse modo de produção, mas, principalmente, criar uma espécie de convertibilidade geral dos desejos, tornando os valores morais, éticos e estéticos procedimentos de capitalização das experiências e vivências pessoais para a manutenção das relações de produção. O indivíduo deixou de ser para o mercado apenas um consumidor e se tornou ainda um “microgestor”, um trabalhador subjetivo, que retroalimentaria o sistema com informações a respeito de suas necessidades, de suas vontades, de suas preferências, de suas insatisfações etc.

Todas as relações sociais começaram a ser encaradas socialmente como processos voltados exclusivamente para a produtividade econômica. Um professor, um médico, uma veterinária, um engenheiro, uma dona de casa, um aposentado, um estudante, um banqueiro e um entregador de lanches, por exemplo, passaram a ser estimulados a se posicionar subjetivamente frente às diferentes demandas da vida de modo muito semelhante: como uma pessoa assujeitada socialmente e serva do maquinismo capitalista. Essas duas formas de submissão produziam nos indivíduos comportamentos nos quais Guattari (1987, p. 212) chamou de performances máqunicas, isto é, a capacidade consciente e inconsciente de executar diferentes funções produtivas para o sistema a partir de escalas de valores estruturadas pelos poderes dominantes.

Esse modo de operar do capitalismo, de acordo com Guattari (1987, p. 199) transformou os campos não produtivos da sociedade adjacentes aos campos produtivos. Tudo passou a ser planejado e calculado para controlar e bloquear o que poderia acelerar ou lentificar demasiadamente o ciclo produtivo (produção, distribuição e consumo). Por este motivo, não ocorreu apenas a reorganização produtiva das atividades economicamente tradicionais, como também das que

formalmente escapavam da definição clássica de trabalho, como por exemplo, a maioria das atividades produtivas não assalariadas realizadas pelas donas de casa, estudantes, aposentados, desempregados etc. A aproximação do campo considerado até então como improdutivo com o produtivo não só transformou o primeiro campo em sua extensão produtiva capitalizada como confundiu a distinção entre eles.

Em poucas décadas, os principais obstáculos que impediam a circulação plena do capital foram quase que completamente diluídos e as relações de entrelaçamento do campo econômico e semiótico começaram a investir pesadamente na preparação das subjetividades para a produção de mais-valia maquínica. Diferentemente da mais-valia desvelada por Marx no século XIX, a analisada pelo pensador francês não podia ser calculada quantitativamente pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, mas inferida qualitativamente de qualquer atividade formativa e comunicativa que colaborasse com a produtividade econômica do sistema baseado no *General Intellect*.

Frente a este panorama geral do papel da subjetividade no capitalismo mundial integrado, três perguntas mais específicas precisam ser respondidas. 1º) Como as transformações do *General Intellect* se tornaram hegemônicas na organização produtiva do capitalismo? 2º) Como funciona a produção de mais-valia maquínica no capitalismo mundial integrado? 3º) A refundação da problemática da subjetiva proposta por Guattari colabora com uma leitura mais abrangente das relações político-econômicas atuais?

Na sequência, as questões levantadas acima serão desenvolvidas em três momentos distintos deste capítulo. No primeiro, com o propósito de se compreender introdutoriamente as transformações que levaram o capitalismo, das últimas décadas do século XX, a reorganizar sua produção, realizar-se-á uma pequena análise da constituição dos processos de trabalho – da construção do trabalho social e colaborativo ao trabalho de saber social (*General Intellect*) – apresentados por Karl Marx nos *Grundrisse* e n' *O Capital*. Em seguida, a partir da interpretação guattariana, analisar-se-á a função do *General Intellect* na produção da mais-valia maquínica e como essa nova roupagem do capitalismo faz uso da subjetividade

para organizar a produção, a reprodução e a antiprodução do sistema. Por fim, verificar-se-á se os estudos sobre a produção de subjetividade, realizadas pelo pensador francês, contribuíram para a problematização das relações político-econômicas do capitalismo atual.

III- 2. As transformações históricas na organização da produção capitalista: da construção do trabalho social e colaborativo ao trabalho de saber social⁷⁸

As análises apresentadas por Karl Marx nos *Grundrisse* (2011, pp. 578-596) e *n'O Capital* (2013, pp. 397-574) mostraram que mudanças importantes ocorreram na organização do trabalho durante o artesanato (o final da Idade Média até meados do século XVI), a manufatura (meados do século XVI até a década de 70 do século XVIII) e a grande indústria (da década de 70 do século XVIII em diante). A partir deste período, após a Primeira Revolução Industrial, a produção industrial tornou-se dominante e tendencialmente conduziria às mudanças na organização da produção capitalista.

No processo artesanal, as leis das guildas limitavam o número de ajudantes que um mestre poderia contratar, o que dificultava o crescimento das oficinas. Estas leis foram eficazes porque organizaram a produção de bens de acordo com as exigências dos consumidores locais e, no máximo, regionais. Naquela época, os comerciantes (burgueses) podiam comprar todas as mercadorias, exceto a força de trabalho como mercadoria. Ele só era aceito como revendedor de produtos artesanais, nunca como dono da mão-de-obra que fabricava o produto e como dono das ferramentas que ajudavam a produzir o bem.

Os mestres e os aprendizes da guilda dominavam as ferramentas do trabalho e eram responsáveis especificamente por todo o processo produtivo, ou seja, a obtenção da matéria-prima, o controle do tempo da fabricação e a venda dos produtos aos comerciantes. Mesmo com a expansão da produção de bens e o crescimento das guildas durante o final da Idade Média, os mestres não

⁷⁸ Os temas aqui retrabalhados a respeito do artesanato, da manufatura e da grande indústria foram inicialmente trabalhados no meu texto que se encontra no e-book: *Itinerários Aberrantes: sujeição e resistência na recente ordem capitalista*. 1ª ed. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018. 101p.

concentravam os trabalhadores na mesma guilda, o que acabou por dificultar o crescimento da produção e impediu a adoção do trabalho social.

O capitalismo manufatureiro desenvolveu-se com os mercados expandidos criados pelas grandes viagens de conquista. Paralelamente aos mercados locais e regionais, surgiu um mercado intercontinental em rápida evolução, produzindo a mais diversificada gama de produtos manufaturados. Com o capital comercial acumulado, sobretudo, nas mãos dos grandes comerciantes, estes passaram a controlar todo o processo produtivo, tornando-o social e colaborativo. Em algumas nações europeias, especialmente na Grã-Bretanha, os comerciantes mais ricos passaram a adquirir ferramentas e mão-de-obra para fabricar os seus produtos.

Na oficina desse antigo comerciante, que se tornou capitalista, cada artesão (convertido em operário) ainda produzia os bens e realizava todas as operações de produção de acordo com o modelo artesanal; no entanto, à medida que o ambiente externo mudou e a procura de bens aumentou ainda mais, esses comerciantes (a partir de então donos dos meios de produção) passaram a utilizar simultaneamente o trabalho desses artesões de outra forma. Como era necessário entregar uma grande quantidade de produtos acabados, o trabalho começou a ser dividido. Em vez dos operários realizarem diversas operações, eles foram separados para executarem manualmente ações específicas em cooperação simultânea.

À medida que as vantagens surgiram, foi introduzida uma divisão sistemática do trabalho na produção. Isso acarretou a perda gradual da capacidade dos trabalhadores manuais em produzir um bem por inteiro, essa atividade laboral coletiva, mas limitadora, tornou o trabalhador uma peça de uma engrenagem que devia funcionar regularmente.

Portanto, ao comparar a forma de produção das organizações artesanais e o processo produtivo das manufaturas, constata-se que no primeiro modo de organização os produtos eram produzidos integralmente pelos artesões, e no segundo modo, os produtos eram produzidos à proporção que esforços parciais eram combinados. Cada vez mais, o trabalho realizado na produção de mercadorias tornava-se coletivo e social, em vez de manter-se como trabalho individual e parcial.

O desenvolvimento da organização manufatureira criou o que Marx chamou de “produtos sociais”. Isso significava que de um produto individual de um artesão independente, o produto acabou por se tornar social, isto é, realizado através de combinação parcial do trabalho. Os trabalhadores em regime coletivo passaram a produzir mais em menos tempo do que os trabalhadores das guildas. A mais perfeita máquina produtiva do período manufatureiro continuou sendo por muito tempo o trabalhador social.

Ao passo que as atividades pastoris foram incorporadas no mercado, com a ascensão dos “cerceamentos”, muitos camponeses foram expulsos das terras onde viviam e trabalhavam e, depois de se mudarem para as cidades, começaram a vender o seu trabalho para as manufaturas. A integração destes indivíduos, anteriormente excluídos pelo artesanato, criou uma classe de trabalhadores não qualificados. Para os proprietários das manufaturas, o custo da formação destes funcionários era mais rentável do que o valor pago aos profissionais especializados (antigos mestres) devido à simplificação de funções.

A desvalorização da força de trabalho especializada significava, de uma única vez, uma valorização crescente do capital, pois se produzia pagando menos, e, ainda, a introdução de pessoas que antes estavam excluídas do mercado consumidor. Se anteriormente os trabalhadores especializados vendiam a sua força de trabalho para os donos das manufaturas porque não tinham condições para produzir bens, isto é, não podiam se tornar donos dos meios de produção, com a divisão do trabalho, além de não ter meios econômicos, sua força de trabalho se tornou insatisfatória, restando-lhe apenas vendê-la para o capitalista. O que os trabalhadores perderam (salários mais baixos, desemprego, qualificação profissional), os proprietários das fábricas ganharam através da redução de custos, da expansão da produção e do aumento da acumulação de capital.

Segundo Marx (2013, p. 450), como as manufaturas não conseguiam produzir o suficiente para acompanhar a demanda dos mercados coloniais, elas tiveram que reinventar novas formas de produção. As primeiras máquinas utilizadas na grande indústria surgiram nas oficinas das manufaturas a partir de dispositivos manuais mais complexos. Se a transformação do mestre de ofício e de seus

aprendizes em trabalhadores sociais permitiu a ultrapassagem da produção artesanal pela manufatura, foi, a transformação das ferramentas do trabalhador social em componentes das máquinas que possibilitou o surgimento da grande indústria.

As máquinas do final do século XVIII possuíam as ferramentas utilizadas pelos trabalhadores das manufaturas, mas não como ferramentas pessoais, mas como elementos de um mecanismo complexo. As máquinas começaram a realizar as mesmas tarefas utilizando ferramentas anteriormente executadas pelos trabalhadores na produção. Com o tempo, quando impulsionadas por seus próprios motores, elas começam a atingir maior independência e velocidade. Os trabalhadores em vez de produzirem com as próprias mãos, como acontecia no artesanato e na manufatura, passaram a ajustar, carregar e desligar os novos equipamentos automatizados.

Desde que as ferramentas foram consideradas órgãos das máquinas e as próprias máquinas passaram a atuar como membros, junto com os trabalhadores, de um processo que movimentava dezenas de pessoas em uma enorme fábrica ao mesmo tempo, a cooperação e o trabalho social típicos da manufatura reapareceram, mas através da combinação de máquinas de trabalho parcial. Mais uma vez, o trabalho foi reorganizado, mas sob o controle da produção social mecanizada.

Nessa organização fortemente mecanizada surgiu uma diferença importante. Enquanto os trabalhadores na manufatura eram preparados para executar cada processo parcial específico em momentos diferentes, na grande indústria, cada máquina parcial fornecia a matéria-prima para a próxima máquina completar o processo. Com a evidência do êxito da produção mecanizada, ocupando fábricas inteiras e empregando centenas de trabalhadores num só local, a industrialização tornou-se um modelo de desenvolvimento económico para as nações europeias.

Enquanto no artesanato e na manufatura os trabalhadores eram supridos por ferramentas, na grande indústria eles passaram a suprir as máquinas. Nas duas primeiras organizações do modo de produção capitalista, o movimento do trabalho

vinha dos trabalhadores; enquanto que, na grande indústria era o trabalhador que devia seguir os movimentos das maquinarias. No setor manufatureiro, os trabalhadores se viam como membros de um organismo vivo e na grande indústria, como disse Marx (2013, p. 494): “tem-se um mecanismo morto, independente deles e ao qual são incorporados como apêndices vivos”. O trabalho se tornava regulado pelas dinâmicas das máquinas industriais.

Embora Marx tenha observado o aprimoramento da automação e o uso de novos materiais para produzir máquinas, ele não testemunhou as mudanças trazidas pelo fordismo e pelo pós-fordismo na grande indústria. Ele não pôde imaginar mudanças associadas à criação de propaganda, computadores, redes de informação (a Internet), inteligência artificial e biotecnologia. Apesar de Marx não ter apresentado previsões específicas e detalhadas a respeito da superação da grande indústria n’*O Capital* (2013), ele mostrou a possibilidade de mudança na organização da produtividade capitalista para além da grande indústria nos *Grundrisse* (2011, pp. 578-596).

Por essa perspectiva, o desenvolvimento da grande indústria e dos processos de produção mecanizados faria com que os trabalhadores deixassem de ser os principais agentes de produção, passando a aparecer mais como supervisores e reguladores. Portanto, a produção de riqueza nos países de capitalismo avançado não seria realizada apenas pelo trabalho imediato que o próprio trabalhador executaria, mas sobretudo pela produtividade criada pelos saberes científicos e sociais (*General Intellect*) geradas pelo corpo social (ou indivíduo social) em cooperação.

Por isso, a burguesia dependeria cada vez menos do tempo de trabalho humano – rebaixado a um simples aparato auxiliar – e cada vez mais do estado geral da ciência e do progresso tecnológico. Assim, o excedente de tempo extraído do trabalhador, no qual a riqueza da grande indústria se baseava, se tornaria empobrecida em comparação com a nova organização do capitalismo baseado nas forças gerais do cérebro humano.

(...) o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O trabalho excedente da massa deixa de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. (Marx, 2013, p. 588).

Devido ao incremento técnico da maquinaria, o capitalista conseguiria, por um lado, reduzir cada vez mais a necessidade de trabalho manual realizado pelo operário e, por outro, aumentar o trabalho coletivo (*General Intellect*) gerador de diferentes saberes capazes de contribuir com o aumento da riqueza e, conseqüentemente, com a reprodução do capital. Nesse estágio a apropriação pelo capitalista da produtividade da vida social seria completa, pois, a produção e a criação de riquezas não estariam localizadas apenas na fábrica, mas em toda as esferas da sociedade. Não seria mais o trabalho imediato a principal fonte de criação de valor e riqueza, mas sim os saberes científicos e socialmente dispersos gerados pelas relações sociais. De acordo com Marx (2011, p. 589):

“Por um lado, portanto, ele [capital] traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independentemente do tempo de trabalho nela empregado”.

Para Marx (2011, p. 587), além do conhecimento humano – dimensão coletiva e social da atividade intelectual – ser convertido em uma fonte de produção de riqueza, ele se transformaria também no controle dos processos da vida social, pois uma dimensão desse saber social geral (*General Intellect*) não se aplicaria diretamente à produção e se converteria em uma força de domínio gerenciada pelos Estados e suas instituições para ajudar a organizar a reprodução das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, o poder do intelecto geral controlaria tanto os governantes quanto os governados para que ambos pudessem trabalhar imprescindivelmente para a reprodução do sistema.

A Natureza não constrói máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são *órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana*; força do saber objetivado. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio *força produtiva imediata*, e, portanto, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só sob forma de saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida (Marx, 2011, p. 589).

Com o Intelecto geral tornando-se a principal força produtiva e a balizadora das relações de produção, a concentrações de poder político e econômico nas mãos dos Estados e das burguesias atingiria níveis nunca alcançados. Esse movimento lançaria parcelas inteiras da população mundial – mesmo colaborando a produtividade do sistema – à completa exclusão social e miséria. Para impedir que

o capital dominasse completamente a produtividade de saber geral, seria necessário que essas pessoas impusessem sua própria hegemonia sobre o *General Intellect* controlando-o. Nos próprios dizeres de Marx:

Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente (Marx 2011, pp. 590 -591).

Para Marx, o trabalho de saber geral (*General Intellect*) tendencialmente se tornaria uma força produtiva que o diferenciaria das formas de trabalho desenvolvidos em outros períodos históricos. Nessa possível reorganização do regime de acumulação, o capital passaria a controlar os saberes em forma de conhecimento-informação e o trabalho humano cada vez mais intelectualizado e comunicativo para produzir riquezas. Algo bastante diferente do que ocorrera nas outras formas de organização produtiva do capitalismo – como, por exemplo, nas corporações de ofício, na manufatura e na grande indústria – que não manejavam o conhecimento e a informação de forma rápida e colaborativa.

Deve-se lembrar que na corporação de ofício, os conhecimentos do artesão e do aprendiz eram restritos a um grupo diminuto e utilizados como uma força produtiva manual para a confecção do produto em sua totalidade. Nesse momento a burguesia não detinha o controle sobre esse conhecimento. Na manufatura, por conseguinte, o conhecimento total sobre a produção de uma mercadoria começou a ser perdido e o pouco que restou nas mãos desses trabalhadores se tornou subordinado a uma organização hierárquica rígida da oficina. A burguesia começou a controlar rigidamente a distribuição do conhecimento. Na grande indústria a situação era ainda mais estranha, os trabalhadores da linha de produção perderam completamente sua capacidade de deter conhecimentos necessários à fabricação de uma mercadoria, mesmo que parcial, pois eles eram controlados por um

pequeno núcleo da gestão. A burguesia passou a dominar completamente os grupos e núcleos que possibilitavam a utilização do conhecimento na produção.

No caso do *General Intellect*, o conhecimento utilizado para a produção e distribuição de uma mercadoria assumiria uma forma completamente fragmentária, pois ele derivaria da cooperação direta e indireta de inúmeras pessoas de diferentes níveis de formação intelectual, situadas em múltiplos lugares e pertencentes a vários grupos sociais. Nesse novo processo produtivo seria apropriada a produtividade do intelecto geral da sociedade, todas as capacidades produzidas colaborativamente tornar-se-iam forças produtivas absorvidas por determinados setores econômicos. No entanto, esses conhecimentos que formariam a grande fonte de riqueza do capitalismo seriam modulados pelo Estado e pelas burguesias nacionais, regionais e internacionais. Restaria à massa geradora desses conhecimentos um único caminho para reverter essa forma de exploração: tomarem os meios-de-produção que se apropriam do intelecto geral da sociedade para gerar riquezas.

As possíveis consequências da reorganização produtiva a partir do *General Intellect* não foram desenvolvidas por Marx e por seus herdeiros críticos imediatos de forma mais ampla. Foi apenas em meados do século XX que Roman Rosdolsky (2001, pp. 343-361) dedicou-se a examiná-lo nos *Grundrisse*. Mesmo assim, quando jogou luz sobre o misterioso conceito de Intelecto Geral, enxergou nele apenas “as condições para suprimir total e definitivamente o roubo do tempo de trabalho alheio” o que possibilitaria alcançar uma sociedade comunista global não dependente da exploração da mão de obra de um operário em uma indústria.

Coube, inicialmente, aos pensadores Paul Sweezy, Félix Guattari, Antonio Negri⁷⁹, Paolo Virno e Maurizio Lazzarato explorarem a noção criada pelo pensador alemão para pensar a reestruturação produtiva, a crise do fordismo, as

⁷⁹ Antônio Negri (2016) fez uso das análises do economista marxista Paul Sweezy e das investigações do psicanalista Félix Guattari para compor seus trabalhos sobre *General Intellect*. O interesse de Negri por tal tema reporta-se aos anos de 1977, quando aceitou o convite de Louis Althusser para proferir um curso sobre os *Grundrisse* na École Normale Supérieure (Rue D’Ulm-Paris). Dois anos depois, como resultado do curso, um livro intitulado *Marx além de Marx* foi publicado. Desde o início dos anos 70, Guattari se dedicou ao estudo do tema. Em um texto do livro *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo* e nos rascunhos para a preparação do *Anti-Édipo* e no próprio livro o assunto é abordado.

transformações no trabalho e a produção de subjetividade. Na sequência, serão abordadas as principais análises de Guattari a respeito da função do *General Intellect* no capitalismo atual.

III- 2.1 Para além de Marx: o funcionamento da economia desejan

Inúmeras mudanças ocorridas nos decênios subsequentes a 1968 colaboraram para a ultrapassagem da grande indústria nos países economicamente mais desenvolvidos do Capitalismo Mundial Integrado⁸⁰. Dentre elas, há cinco mudanças essenciais analisadas por Guattari – de forma fragmentária – ao longo de sua obra: 1º) o avanço de saberes ligados a ciência e da técnica como forças produtivas; 2º) a utilização de saberes difundidos socialmente para a valorização de mercadorias; 3º) a importância da subjetividade para a regulação dos processos produtivos, reprodutivos e antiprodutivos; 4º) A exploração da mais-valia maquínica; 5º) a indistinção entre tempo de trabalho (produtivo) e tempo de lazer (improdutivo). Na sequência comentar-se-á, resumidamente, as correlações mais importantes entre as transformações enumeradas acima.

Desde meados do século XIX, o crescimento da economia por meio da aplicação do progresso das ciências nas atividades industriais era realidade nos países centrais do capitalismo. Com a chegada do novo século, tais empreendimentos envolvendo o acúmulo desses saberes tornaram-se política de Estado e passaram a contar com gigantescos orçamentos governamentais, investimentos de bancos e doações privadas⁸¹ como forma de financiamento. O fomento técnico-científico e a aplicação de seus resultados – fruto da universalização da educação escolar e a ligação dos laboratórios das universidades

⁸⁰ Para Guattari, as formas pré-capitalistas são a pré-história do capital. Muitas de suas relações organizacionais, objetos e disposições políticas estão presentes ainda hoje no capitalismo. O dinheiro, o Estado, as hierarquias são exemplos dessa permanência. Contudo, não há teleologia ou evolucionismo, o capitalismo não estava para acontecer, não havia um destino manifesto, inclusive, ele poderia ser evitado. Foi uma contingência ele ter acontecido. Mas, uma vez que passou a existir, ele pode ser destruído.

⁸¹ As doações privadas eram estimuladas, quase sempre, pelas isenções fiscais.

com as fábricas – foram modificando lentamente a forma de se produzir mercadorias e, conseqüentemente, de se relacionar socialmente.

Com esse processo em andamento, a ciência e a técnica ultrapassaram a condição de simples suporte do desenvolvimento econômico e se constituíram como agentes de acumulação de capital. Essa mudança na organização da força produtiva tornou possível que um outro grupo de saberes, isto é, os saberes difundidos socialmente⁸²– performance linguística, interação comunicativa, disposição para o aprendizado continuado, capacidade de gerir informações, compartilhamento de habilidades técnicas etc. – passassem a contribuir significativamente para a incorporação de preço⁸³ ou valor de mercado às mercadorias por meio de processos de subjetivação.

Para que os saberes técnico-científicos e socialmente difundidos fossem operacionalizados com maior eficiência, a descodificação e a sobrecodificação dos fluxos semióticos tornaram-se essenciais para a nova produtividade do sistema. Diferentemente dos outros modos-de-produção que necessitaram, principalmente, codificar os fluxos semióticos, o capitalismo do fim do século XX, ao contrário, precisou descodificá-los e sobrecodificá-los de forma interrupta. Enquanto a descodificação dos fluxos implodia os antigos códigos sociais, a sobrecodificação os reagrupava e os formatava para que formassem significantes universais que permitissem a traduzibilidade geral de outras semióticas em um padrão linguístico dominante.

Com a descodificação semiótica tornando-se cada vez mais rápida, a subjetividade começou a despertar o interesse dos grupos dominantes, deixando de ser qualificada como um elemento de indeterminação e relativismo. Ela passou a ser compreendida tanto como uma “caixa de ferramentas” essencial para dinamizar a economia a partir da criação, da ligação e da ativação de saberes técnico-científicos e de saberes socialmente difundidos, quanto um suporte de

⁸² Os fluxos de saberes difundidos socialmente não são inócuos, mas são capazes de atribuir qualidades, distinguir, inserir, empoderar, modelar, ampliar e valorizar uma mercadoria baseadas nas axiomáticas capitalistas.

⁸³ Nos *Grundrisse* de Marx (2011) o preço oscilaria em torno do valor.

controle político⁸⁴. A força do novo capitalismo residia no modo de produzir subjetividade em ritmo industrial a partir de operações políticas de comunicação e linguagem que reorganizavam os fluxos semióticos (significantes e a-significantes) para participar da cooperação social mantenedora do *General Intellect*.

O processo de subjetivação capitalista passou a fazer uso de dois condensadores semióticos para integrar a subjetividade ao processo produtivo: 1º) o servomaquinismo (*asservissement*)/ assujeitamento social (*assujétissement*) e 2º) a antiprodução. Os agenciamentos produzidos nessas relações criaram estímulos capazes de ampliar a exploração dos territórios subjetivos do indivíduo na forma de cooperação social.

No primeiro grupo de procedimentos, o condensador servomaquínico conseguiu reunir e dar consistência as semioses a-significantes para a subjetivação capitalista. Elas, à primeira vista, não têm nenhum significado, porém agem a partir das cadeias sintagmáticas⁸⁵, como, por exemplo, os índices da bolsa de valores, gráficos matemáticos, conjuntos arquitetônicos, fluxos monetários etc., criando sentidos⁸⁶. Tal processo permitiu o agenciamento subjetivo das potencialidades individuais não manifestas na interação significativa da linguagem interagirem diretamente com o inconsciente. Nessa junção molecular eram acionadas as forças pré-pessoais, pré-cognitivas, pré-verbais ligadas ao desejo. Os signos a-significantes aglutinados nesse plano de agenciamento não representavam algo, mas antecipadamente formavam, modelavam e potencializavam os afetos e as percepções que agiam na organização dos sentidos. Mesmo tendo as funções de denotação e significação dissolvidas, o indivíduo nessas condições se tornava um servo dos agenciamentos maquínicos, um componente adjacente ao funcionamento dos maquinismos produtivos.

⁸⁴ A produção de subjetividade pode ser direcionada também para processos de ruptura com as relações de produção fabricadas pelo capitalismo. Em seu lugar pode emergir a criação de subjetividades alternativas.

⁸⁵ Em cada cadeia sintagmática não se combinam quaisquer elementos aleatórios pois eles obedecem a um padrão definido pelo sistema.

⁸⁶ O sentido, pela perspectiva guattariana, é uma produção subjetiva que não se define a partir de um único evento consciente ou inconsciente, mas por uma somatória de múltiplos agenciamentos semióticos que emergem como uma expressão do indivíduo frente a uma situação.

Os efeitos do segundo condensador eram mais visíveis no plano molar, pois eles permitiam aos fluxos de investidos subjetivos aderirem diretamente sobre o corpo e a consciência do indivíduo. As semioses trabalhadas, neste caso, eram significantes, ou seja, produziam significações, interpretações, discursos e representações unívocas. Em meio a tantos estímulos, o indivíduo se individua pois acreditava que tudo deve ser remetido a um referente universal. Assim ele assumia facilmente, sem muitos questionamentos, uma identidade, uma classe social, um padrão linguístico, um sexo, uma profissão, uma nacionalidade etc. O assujeitamento também desempenhava um papel essencial na organização do trabalho tradicional, pois permitia ao indivíduo estabelecer representações conscientes organizadas a partir de dualismos – empregado/desempregado, apto/inapto, rico/pobre etc. – e realizar escolhas a partir deles.

Desse modo, com os condensadores semióticos em funcionamento, a subjetividade passou a realizar performances máqunicas altamente produtivas para o sistema. Enquanto o primeiro atuava, principalmente, por meio da modulação do desejo criando a disposição para cooperação por meio da servidão à medida que mobilizava toda uma economia molecular baseada em funções perceptivas dos sentidos, afetos, medos, faltas e comportamentos inconscientes; o segundo extraía ao máximo a energia produtiva do indivíduo através da alienação social⁸⁷, produzindo significações conscientes que permitiam facilmente o assujeitamento das pessoas ao poderes locais, regionais, internacionais etc.

O segundo processo de integração da subjetividade à produção econômica ocorreu por meio do estímulo dado a antiprodução⁸⁸. De acordo com Guattari (1977, p. 61-62), o Estado, a polícia, o exército, conglomerados comunicacionais, as escolas e outras instituições sociais formam um grande empreendimento

⁸⁷ A alienação, pensada por Guattari, ocorre na esfera da produção de subjetividade e não na esfera representacional da ideologia.

⁸⁸ Apesar de Marx (2011, p. 578-596) ter averiguado que a partir da interação entre as forças produtivas e as relações de produção, o saber social geral (*General Intellect*) tendencialmente contribuiria para o aumento do acúmulo de riquezas e para o controle dos processos da vida social, foi Guattari (1977, p.61; 2019, pp. 33-71) que conseguiu, introduzindo em meio aos conceitos marxistas as noções de forças de antiprodução e relações de antiprodução, analisar como as classes dominantes na atualidade controlam as subjetividades e exploram a libido sem colocar em risco a reprodução do sistema capitalista.

antiprodutivo que faz parte do próprio processo produtivo do capitalismo. O antiprodutivismo não se opõe à produção, ao contrário, ele é altamente produtivo, ajudando na manutenção das relações produtivas e interferindo diretamente no desejo para aumentar a produtividade sem que a ordem social cristalizada seja abalada.

Como no Capitalismo Mundial Integrado as relações de produção são a todo momento descodificadas para promover o consumo, a antiprodução passou a ter uma importância decisiva. Ela tinha como objetivos principais impedir que o desejo se convertesse em um estímulo de subversão das massas, que se desterritorializasse completamente na loucura e que perdesse sua potência agenciativa na repressão. Para evitar que tais processos ocorressem, os poderes dominantes do capitalismo passaram a sobrecodificar o desejo desacelerando a descodificação à medida que inseriam a falta como balizas emocionais formadoras de sentido. De acordo com Guattari (2004, p. 314):

A antiprodução realiza uma espécie de reequilíbrio imaginário, não necessariamente no sentido da inércia e do conservadorismo, porém ela também pode levar à generalização, no âmbito de uma dada atmosfera social, de um novo modo dominante de relações de produção, de acumulação, de circulação, de distribuição ou de qualquer outra expressão superestrutural de um novo tipo de máquina econômica.

Historicamente, a inserção completa da subjetividade no processo produtivo por meio do servomaquinismo, do assujeitamento social e da antiprodução possibilitou a maior mobilização econômica dos saberes sociais (*General Intellect*) para transformar radicalmente o universo fordista⁸⁹. Desde a produção de mercadorias, passando pela prestação de serviços e chegando as formas de

⁸⁹ Contudo, em ambas as formas de organização produtiva – fordista e pós-fordista – ocorreram o domínio sobre os mecanismos produtivos e a exploração do trabalho tradicional pelas classes dominantes.

trabalho, todas elas foram modificadas significativamente. A participação ativa da subjetividade tornou a cooperação social do trabalho mais ampla e heterogênea.

Enquanto o trabalho fordista baseava-se, sobretudo, na mobilização de massas de operários, no manejo de informações restritas e na rígida divisão técnico-hierárquica da produção em uma fábrica; o trabalho pós-fordista passou a utilizar investimentos constantes em tecnologia, descentralização produtiva, participação de inúmeras pessoas no processo produtivo e compartilhando de habilidades/informações (técnicas, científicas, comunicativas e informacionais) que transformaram as forças produtivas e as relações de produção⁹⁰.

Desse momento em diante a exploração do trabalho e o acúmulo de capital não dependeriam unicamente da apropriação do acréscimo de tempo do trabalho do operário e das máquinas em uma fábrica na forma de mais-valia absoluta e a mais-valia relativa⁹¹, mas, sobretudo, na extração de mais-valia maquínica, isto é, na capitalização por parte de uma empresa de um processo qualitativo complexo de agenciamentos baseados, especialmente, na exploração da subjetividade, do desejo e dos saberes gerais da sociedade. Nos dizeres de Guattari (1987, p. 206):

Mas, precisamente em razão de ele intervir ao nível mais funcional – sensitivo, afetivo, prático – o servomecanismo maquínico capitalista é suscetível de inverter seus efeitos e de levar a revelação de um novo tipo de mais-valia maquínica perfeitamente percebida por Marx. (Desdobramento do possível da raça humana, renovação constante do horizonte de seus desejos e de sua criatividade.) O capitalismo pretende se apoderar das cargas de desejo que a espécie humana traz

⁹⁰ No livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (2008) mostra que as forças produtivas são a combinação entre a força de trabalho humana com os meios de produção, isto é, os instrumentos de trabalho, matérias-primas, energias, técnicas etc. As relações de produção, por sua vez, são as formas que os seres-humanos se relacionam socialmente para produzir. A junção entre forças produtivas e relações de produção constituem o modo de produção, que, por sua vez, se modifica historicamente (escravagista, feudal, capitalista).

⁹¹ Ambas proporcionam lucro aos donos dos meios-de-produção, a primeira através do aumento do ritmo de trabalho (mantendo o mesmo salário) e a outra é obtida pela melhoria tecnológica da maquinaria para acelerar o processo de produção.

em si. É por intermédio do servomecanismo maquínico que ele se instala no coração dos indivíduos.

Diferentemente da mais-valia⁹² desvelada por Marx, que ainda guarda certa importância, principalmente nos países periféricos, a analisada pelo pensador francês não pode ser calculada quantitativamente pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, mas inferida qualitativamente de qualquer trabalho subjetivo individual, coletivo e institucional que demande altas doses de atividade intelectual e comunicação. O capitalismo, por esse ponto de vista, extrai a mais-valia maquínica se apoderando das cargas de desejo, pois são elas que estimulam as ações dos indivíduos que envolvem a criação de saberes e as escolhas para o consumo. Por isso, a atual configuração do modo de produção necessita (re)produzir modelos de subjetividade que sejam alinhadas aos axiomas do capital, eles fornecem componentes subjetivos que naturalizam as novas relações produtivas que engendram dois tipos de trabalho (tradicional e subjetivo) e dois tipos de mais-valia (humana e maquínica).

Dessa forma, o que garante, segundo Guattari (1987, p. 194), a elevação de lucros de uma empresa por meio da mais-valia maquínica é a maneira como uma fração do fluxo de saber social (*General Intellect*), gera novas máquinas (saberes técnico-científicos) e estimula o consumo de mercadorias (saberes socialmente dispersos). É justamente esse desejo transfigurado em produtividade e credibilidade que possibilita o crescimento qualitativo e quantitativo da empresa nas suas

⁹² Karl Marx (2013, p. 179) distinguiu a forma simples de circulação de mercadoria (M-D-M) que tinha a mercadoria e o dinheiro como intermediário do processo de troca, da forma de produção capitalista industrial (D-M-D+) que tem o dinheiro como ponto de partida e meta final do movimento de troca, tornando a mercadoria o intermediário para se obter mais dinheiro. O crescimento do capitalismo industrial não implicou numa diferença qualitativa entre mercadorias e seus diversos valores de uso, como na circulação simples, mas na diferença puramente quantitativa representada pela expansão do dinheiro. O objetivo da relação capitalista é que o dinheiro que compra a mercadoria quando ela é vendida aumente e que o capital resultante deste excedente possa ser reinvestido em um novo ciclo de valorização.

A mais-valia, segundo Marx (2013, p. 253), é gerada por um processo tendencialmente infinito de valorização do dinheiro, e revela o caráter da exploração realizada pelo capital. A força de trabalho é a única mercadoria capaz de gerar o valor excedente ao final do processo de circulação. O proprietário dos meios de produção paga aos trabalhadores apenas o tempo de trabalho necessário à sua subsistência, retirando o excedente produtivo, o mais valor gerado pelo processo de trabalho. A mais-valia é a apropriação privada, pelo capitalista, da riqueza gerada socialmente pela produção.

relações com o mercado e o capital financeiro. O acúmulo de capital qualitativo ou de confiança de uma empresa se realiza pela extração de mais-valia maquínica. Isso explica, por exemplo, porque um único pronunciamento equivocado de um diretor executivo de uma multinacional pode levar uma empresa a perder capital econômico e reduzir o seu capital maquínico.

Nesse cenário pós-fordista⁹³, os saberes gerais (*General Intellect*) entraram em articulação imediata à própria libido conferindo uma sinergia entre os fluxos para a produção e a valorização das mercadorias materiais (objetos físicos) e imateriais (de fácil reprodução numérica, como por exemplo, softwares, aplicativos, jogos eletrônicos, música etc.). A libido transformada em desejo fora impulsionada objetivamente de tal forma pelas máquinas sociais que não se produz apenas mercadorias para o consumidor, mas também um padrão de subjetividade voltada para o consumidor que ajuda e permite ao mercado extrair informações a respeito de suas preferências e de suas rejeições. Essa configuração tornou-se uma das molas propulsoras da nova economia.

Importantes amostras desse processo foram constatadas ainda na década de 1990 por alguns estudos⁹⁴ desenvolvidos em países economicamente avançados. Em um desses estudos foi mostrado que a introdução de leitores óticos nos caixas para ler o “código de barra” dos produtos, a utilização de cartões de crédito para pagamento e o acúmulo de informações estava transformando a organização produtiva do capitalismo. Os leitores óticos coletavam dados relativos à quantidade de mercadorias vendidas no varejo, a quantidade que ficou no estoque, o período em dias e horas que foram vendidas, o lucro dado por cada unidade etc. Os cartões de crédito, por sua vez, permitiam recolher informações pessoais e sobre os seus hábitos de compra e o poder aquisitivo do “consumidor”. Com os dados coletados no varejo, o empresário estabeleceria as metas de produção sob medida (*just-in-time*).

⁹³ As mudanças no Brasil foram sentidas com maior vigor apenas na primeira década do século XXI devido as dimensões organizativas do mercado de trabalho e da pauperização das classes trabalhadoras.

⁹⁴ Entre eles, destaca-se livro *O lugar da meias*, escrito por Christian Marazzi.

Depois de trinta anos, além das informações coletadas pelos códigos de barras e cartões de crédito, passaram a existir também uma série de aplicativos de empresas conectados pela rede mundial em tempo integral com o consumidor recolhendo inúmeras informações e transmitindo outras tantas – a partir do cruzamento e análise de algoritmos – para estimular o consumo e a interação subjetiva com a empresa e o mercado varejista. Tais relações construídas por meio da tecnologia variam desde uma simples escolha de compra baseada nas preferências particulares, até o envio de sugestões de melhoria e aperfeiçoamento da mercadoria. É exatamente essa gama de conteúdo pessoal extraída de operações informacionais que retroalimentam o sistema produtivo.

Segundo Guattari (1987, p. 195), as inúmeras transformações na ordem capitalista criaram também uma nova concepção de temporalidade. O tempo deixava de ser vivenciado pela sua duração cronológica ou aiônica e passava a ser concebido pela sua duração maquínica. Isso significava que a ação produtiva, o lazer e a formação do indivíduo se confundiram e passaram a ser controlados integralmente pelo capital. A partir dessas novas relações, o indivíduo submetido, sobretudo, ao servomaquinismo e ao assujeitamento social não concebia e dividia mais o seu tempo⁹⁵ em tempo de lazer e de trabalho, mas o agrupava como um tempo processual e contínuo voltado completamente para a produção e o consumo.

Em outros termos, o indivíduo passou a ser estimulado pelo capital para prolongar o seu tempo produtivo à organização total do seu modo de vida. Esse tempo de não trabalho tradicional, cada vez mais generalizado, foi completamente convertido em tempo de trabalho desenvolvido pelo indivíduo social cuja finalidade era produzir a mais valia maquínica. Os possuidores desse “tempo livre⁹⁶” tornaram-se, sem perceber, uma máquina desejanse que dispunham da própria subjetividade e do corpo para um processo contínuo de produção para o sistema.

Se a riqueza real, assim como apontou Marx (2011, p.597) nos *Grundrisse*, é a produtividade desenvolvida por todos os indivíduos, então não é mais o tempo

⁹⁵ Chama a atenção a proximidade das conclusões de Foucault, Negri e Guattari sobre a indistinção entre o tempo de produção e o tempo de lazer.

⁹⁶ A importância do tempo de trabalho tradicional do operário na fábrica passou a perder terreno para o tempo “livre” que o indivíduo social passou a ter.

de trabalho em uma fábrica o principal gerador de riqueza, mas o tempo disponível de todas as pessoas voltados para a produção, compartilhamento e divulgação de conhecimentos que se tornaram a principal fonte de riqueza. O capitalismo pós-fordista baseado no *General Intellect*, no assujeitamento social, no servomaquinismo e na extração da mais-valia maquínica apoderou-se completamente das temporalidades para transformá-las num tempo de uso exclusivo do capital. O indivíduo do século XXI tornou-se um operário – em espaço aberto – que produz interruptamente para o novo capitalismo.

III- 3. A necessidade da refundação do conceito e das práticas de produção de subjetividade para se construir as heterogêneses subjetivas

Em seu último livro,⁹⁷ *Caosmose*, Félix Guattari reafirmou sua postura contrária às representações reducionistas da subjetividade efetivadas por algumas correntes filosóficas de meados do século XX. Ao assumir tal posicionamento, o pensador francês mostrou que as composições subjetivas de um indivíduo não são unicamente forjadas por complexos psicológicos universais e nem por fases estruturantes que mantêm relações fixas no decorrer da vida, mas por inúmeros maquinismos sociais.

Esse novo olhar permitiu uma compreensão da subjetividade⁹⁸ humana como um efeito provisório decorrente dos cruzamentos dos fluxos protoenunciativos (não humano) e enunciativos (humano) produzidos a partir de experiências individuais, coletivas e institucionais. O modo como esses fluxos circulam revelam os

⁹⁷ Foi o último livro solo publicado em vida. Postumamente outros livros foram editados e publicados.

⁹⁸ A noção de subjetividade de Guattari é subversiva, primeiro, porque desnaturaliza a compreensão do social, apresentando a subjetividade como uma produção maquínica deriva de relações transversais entre máquinas técnicas, sociais e abstratas por meio de agenciamentos coletivos de enunciação; segundo, a subjetividade é produzida como peça adjacente à máquina capitalista; terceiro; porque rompe com a visão da subjetividade apenas como entidade interna individual; quarto, a subjetividade é sempre mais ou menos atividade de meta-modelização; quinto, subjetividade é produzida a todo momento, contudo as instituições são lugares privilegiados de certos tipos de subjetivação. Os processos de subjetivação podem singularizar e/ou universalizar determinadas condutas. Sexto, a micropolítica pode se tornar um instrumento de decifração das pragmáticas de modelização da subjetividade em diferentes domínios institucionais, inclusive o escolar.

deslocamentos transversais que ocorrem entre o plano molar e o molecular e vice-versa.

A produção de subjetividade, por essa perspectiva, não se ancora em aspectos mitológicos, biológicos ou matemáticos, mas em montagens semiológicas de significação e de não-significação realizadas por meio de enunciados advindos de vários contextos sociais. A subjetividade, como afirmou Guattari, é um uma fábrica cuja matéria-prima são os fluxos semióticos e não um teatro onde são encenados monólogos baseados nos mitos. O que de certa maneira afirma a condição ontológica da subjetividade, uma vez que ela não é considerada uma produção exclusivamente individual e sim um constructo vivo e coletivo do indivíduo.

A subjetividade é produzida coletivamente, não como resultado da somatória de todas as subjetividades individuais, mas a partir de agenciamentos de fluxos advindos dos inúmeros maquinismos sociais que podem psiquicamente se individualizar ou singularizar. A individuação se realiza a partir de processos que levam as subjetividades a se organizar segundo padrões dominantes, já a singularização permite ao indivíduo escapar desses padrões.

A concepção ontológica/coletiva da formação subjetiva chama a atenção para as implicações das modulações axiomáticas do modo de produção capitalista nos processos de subjetivação. Esse ponto, provavelmente seja a contribuição mais importante do pensador francês para se pensar as relações político-econômicas do capitalismo atual. Isso ocorre porque os territórios subjetivos de uma pessoa vão recebendo, com o passar do tempo, inúmeros investimentos decalcados das velhas relações sociais que asseguram a ordem social.

Esse processo leva os signos de um enunciado se comportarem como “palavras-chave” ou balizes significantes no núcleo da subjetividade. Eles modelam sutilmente as memórias, as inteligências, as racionalidades, as sensibilidades, os afetos etc. realizando uma espécie de hierarquização dos sentidos a partir de escalas de valores condizentes para o funcionamento do sistema. O indivíduo nessas circunstâncias passa a atribuir sentidos unívocos para cada situação particular a partir da crença na existência de referentes universais de poder tais como, por exemplo, o padrão de beleza, a roupa da moda, a heterossexualidade, a

riqueza promovida pelo dinheiro, a religião verdadeira etc. Eles atuam como modelos de equivalência geral na qual todas as coisas seriam comparadas, medidas, avaliadas e valoradas.

Nessas condições, a heterogeneidade subjetiva passa a ser substituída por uma homogeneização que lâmina e serializa as subjetividades. Isto é, a produção de subjetividade se torna um processo semiótico agressivo de encadeamentos metamodelizadores de territórios existenciais. Para a consumação desses processos homogeneizantes, certos condensadores semióticos – assujeitamento social, servomaquinismo e antiprodução – funcionam como muros subjetivos que circundam determinados territórios subjetivos⁹⁹ limitando seus agenciamentos.

Por esse motivo, uma pessoa pode ser aberta a novas ideias – desde que não se choque com os referentes de poder ou ameace diretamente o sistema – em uma determinada área e completamente fechada em outra. Geralmente quando alguns territórios subjetivos estão sob o domínio dos referenciais dominantes, os agenciamentos semióticos heterogênicos que promovem as desterritorializações e as decodificações subjetivas não conseguem alterar facilmente a topografia desses lugares. Eles se tornam aptos a receber apenas as camadas sobrecodificadas e reterritorializados compatíveis com as sedimentações pré-existentes.

Para criar rupturas com os condensadores semióticos de homogeneização, não só a maneira de compreender os processos de subjetivação (relações pelas quais os indivíduos são constituídos como sujeitos) deve ser refundada, como também certas práticas – coletivas, familiares e institucionais – de produção de subjetividade necessitam ser radicalmente alteradas.

⁹⁹ Essa composição dos territórios subjetivos é confirmada quando Guattari (1993, p. 23) afirma que a subjetividade é formada por “múltiplos estratos heterogêneos de subjetivações que se superpõe e se relacionam uns com os outros, alguns de extensão e de consistência maiores ou menores”.

Capítulo IV – O funcionamento das semioses na produção de subjetividade capitalista: as semiologias de significação e as semiologias de não-significação

IV- 1. F. Saussure, L. Hjelmslev e F. Guattari

Nos livros *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizoanálise e Lignes de Fuite: pour un autre monde de possibles*¹⁰⁰, Félix Guattari procurou escrutinar criticamente¹⁰¹ os estudos estruturalistas mais relevantes na área da linguagem. Para tanto, estabeleceu uma análise que partia, sobretudo, da ampliação realizada pelo linguista dinamarquês Louis Trolle Hjelmslev¹⁰² a respeito da noção de signo formulada por Ferdinand de Saussure. Enquanto o linguista suíço entendia o signo como portador de significações integrais, Hjelmslev mostrou que os signos possuem figuras constituídas por elementos com mais de uma significação ou sem significação alguma. Guattari adotou e extrapolou essa última perceptiva para desenvolver as bases de um novo pragmatismo¹⁰³ linguístico cuja importância das semióticas sem significação (a-significantes) mostraram-se fundamentais para se entender o funcionamento da subjetividade no Capitalismo Mundial Integrado.

Para se compreender cuidadosamente a apropriação e o uso conceitual que Guattari fez de algumas noções do linguista dinamarquês, este capítulo abordará

¹⁰⁰ A obra, escrita no final da década de 1970 e publicada apenas postumamente, ainda não foi traduzida no Brasil. O livro chama a atenção, sobretudo, pelo modo como Guattari (2014) explica a função das semiologias de significação e de não-significação nos processos de produção de subjetividade do Capitalismo Mundial Integrado.

¹⁰¹ Guattari elaborou uma crítica política e econômica da linguagem se afastando das compreensões que apresentam o sujeito como um simples efeito da linguagem verbal ou entendem o inconsciente como uma estrutura formada exclusivamente pela linguagem.

¹⁰² Para Hjelmslev (2013, p. 113), a linguagem verbal podia traduzir todos os objetos semióticos em seus mínimos detalhes e o mesmo não ocorria com outros elementos semióticos quando tentavam traduzir a linguagem. A língua humana, pela perspectiva do linguista dinamarquês ultra-estruturalista, seria superior aos outros sistemas de signos. A língua seria uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas.

¹⁰³ A pragmática é uma área da linguística que estuda a linguagem no contexto de seu uso na comunicação. Apesar disso, Guattari mostra que ela estava presa ao velho humanismo estruturalista centrado na consciência, na crítica ideológica dos significados, na língua como um sistema, isto é, nas semióticas da significação e dava pouquíssima atenção às semióticas da não-significação e ao seu uso político. Por esse motivo, o pensador francês procurou elaborar uma nova pragmática - um "pragmatismo micropolítico" - que trabalharia a consciência e o inconsciente, a crítica dos Significantes do poder dominante e o uso das semióticas a-significantes.

os temas mais relevantes dessas análises dividindo-as em três partes complementares. Na primeira, logo abaixo, realizar-se-á uma pequena introdução a respeito do modelo teórico de Hjelmslev e como ele se diferencia do modelo de Saussure; depois, na segunda parte, analisar-se-ão os conceitos-chave guattarianos ligados ao funcionamento das semioses¹⁰⁴ sobre a subjetividade humana. Nesta etapa as semiologias¹⁰⁵ da significação e da não-significação, serão explicadas separadamente; na terceira parte, já no final, contrapor-se-ão as apreciações do pensador francês a respeito da linguagem às principais posturas defendidas por Hjelmslev e pelo estruturalismo linguístico em voga na década de 1970 do século XX.

Apesar de se incluir na tradição linguística de F. de Saussure (2012;), Hjelmslev¹⁰⁶ (1991, p. 50) não partiu do jogo de oposições entre os planos do significante/significado e da forma/substância para pensar o signo e seu uso na fala, mas os concebeu como indissociáveis e se relacionando a partir de uma combinação de planos e de estratificações¹⁰⁷. Substituindo, inicialmente, as noções saussurianas de significado por plano de conteúdo e significante por plano de expressão, como ainda mantendo os planos de forma e de substância, o teórico dinamarquês acrescentou ainda o plano da matéria para compor seu sistema de análise estrutural da língua.

Complexificando ainda mais os conceitos saussurianos, Hjelmslev (2013, p. 54) afirmou que existe uma solidariedade entre o plano de expressão e o plano de conteúdo à medida que eles contraem as semióticas e delimitam os signos. Não pode haver qualquer produção da linguagem sem a presença simultânea desses dois planos. “Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo,

¹⁰⁴ Entende-se por esta palavra um conjunto de operações através da qual é possível produzir significações pelo uso das semiologias de significação e de não-significação.

¹⁰⁵ Guattari (2011, p. 199) compreende a semiologia como um estudo de signos presentes nas mais variadas linguagens, sejam eles escritos, falados, gestuais, artísticos, musicais etc. em relação à língua.

¹⁰⁶ Para Guattari e Rolnik (2000, p. 273), Hjelmslev era mais que um linguista, era um filósofo da linguagem que se interessava pela problemática da expressão. Foi o primeiro a colocar a questão das semioses numa concepção tão aberta que, de algum modo, perturbou os sistemas de análises que reduziam tudo ao significante linguístico sem criticá-lo adequadamente.

¹⁰⁷ Segundo Hjelmslev (1991, p. 50), os planos são dois: 1) de conteúdo e expressão e 2) de forma e substância. Os estratos são quatro combinações alternantes: 1) substância do conteúdo, 2) substância da expressão, 3) forma ou matéria do conteúdo e 4) forma ou matéria da expressão.

e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão”. No plano de expressão, para o linguista dinamarquês, um signo pode ganhar diversas consistências. Eles são capazes de se revestir, por exemplo, a partir de uma fala, de uma escrita, de algum código telegráfico, de palavras de outra língua etc. Já no plano do conteúdo encontram-se os significados do signo e, também, a maneira pela qual a linguagem os articula. Pois, para a realização dessa articulação, se vai da expressão ao conteúdo e do conteúdo à expressão.

Em vista disso, para Hjelmslev (2013, pp. 61), a linguagem é sempre um sistema de elementos de expressão que emite conteúdos sempre juntos. O signo não exprime nenhum conteúdo que esteja fora de sua expressão. É impossível, portanto, existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e vice-versa; assim como não se pode atribuir uma existência independente da substância para a forma. A substância depende exclusivamente da forma e a forma da substância. A forma faz com que a objetos semióticos extralinguísticos do campo social se estruture e se torne perceptível ao receptor, enquanto a substância assume a forma para constituir os signos verbais de uma língua.

De acordo com Hjelmslev (2013, pp. 60-64), essas combinações são possíveis porque a matéria¹⁰⁸ transfigura-se em substância e forma. No plano de substância, a matéria aparece como um componente em vias de se tornar linguisticamente formado, articulando os planos e se transformando em substância de conteúdo e substância de expressão. Algo semelhante ocorre no plano de forma, pois a matéria emerge a partir da articulação dos planos de conteúdo e expressão transformando-se em forma de expressão e forma de conteúdo ou se poderia dizer também: matéria de expressão e matéria de conteúdo. Assim, “seria possível falar de uma matéria de expressão e matéria de conteúdo” porque ela colaboraria com o processo criativo no ato da composição e associação linguística deste plano.

Por forma de expressão ou matéria de expressão, Hjelmslev (2013, pp. 56-58), entende as articulações fonéticas possíveis, ainda não articuladas, sem

¹⁰⁸ Por esta perspectiva, a matéria seria o mundo das coisas (semióticas não linguísticas) em vias de se tornar linguisticamente formadas.

formação completa, realizada pela língua. Por forma de conteúdo ou matéria de conteúdo, compreende-se o mundo dos componentes semióticos não estruturados linguisticamente, isto é, amorfos¹⁰⁹. Esse processo é observável quando se examina as cores. O espectro cromático só adquire matéria quando um vocabulário de uma língua, enquanto expressão, dá forma ao conteúdo semiótico. Dependendo da língua, a expressão pode se realizar de diferentes maneiras, por exemplo, a expressão *purple* em inglês e roxo e anilado em português.

Cada signo expresso pela linguagem, para Hjelmslev (2013, pp. 56-57), possui, portanto, um componente particular que não pode ser confundido com a moral e com a ideologia, nem mesmo entendido como algo que antecede ou precede a linguagem. Tal componente é a matéria, pois ela não existe independentemente da linguagem – enquanto jogo entre plano de expressão/contéudo e substância/forma – e a linguagem também não existe sem este elemento. A plasticidade da linguagem em articular os signos aparece por meio da matéria que emerge da combinação entre os planos e os estratos articulados pela palavra.

Em resumo, pode-se dizer que qualquer signo de uma língua, para Hjelmslev (2013, pp. 53-64), combinaria os planos de conteúdo/expressão, de forma/substância e matéria. Eles, por sua vez, coexistiriam estratificados no signo em: 1) substância de expressão, 2) forma ou matéria de expressão, 3) substância de conteúdo e 4) forma ou matéria de conteúdo. A primeira combinação é a estruturação da língua na fala e na escrita, isto é, o seu efeito sonoro verbal e escrito contínuo, percebido pelos sujeitos falantes; a segunda combinação é produzida pela sua diferenciação em significantes através do sistema linguístico, a terceira combinação é o universo conceitual percebido por uma sociedade, ou seja, é o pensamento, a ideia e a significação; a quarta combinação é o produto da diferenciação do sistema linguístico em significados.

A relação dessas combinações hjelmslevianas pode ser melhor compreendida com um exemplo. Quando um indivíduo, em determinada situação,

¹⁰⁹ Esse mundo não é completamente amorfo como em Saussure, pois, do ponto de vista de Hjelmslev, conta com sua própria organização estrutural. Porém a linguagem verbal é capaz de dar uma forma fonética a ele.

ouve um enunciado formado por diferentes signos verbais, ele parte inicialmente da substância de expressão e da forma da expressão. O efeito sonoro e as significações de ambas fornecem, imediatamente, contornos nítidos do que está sendo dito naquela situação. Em uma fração de segundos, a substância de conteúdo e a forma de conteúdo juntamente com a matéria (matéria ainda amorfa da qual os signos verbais emergem, algo que advém do campo social) começam a se misturar mobilizando todas as operações cognitivas, como, por exemplo, a memória, os sentimentos, os sentidos e a racionalidade para ajudar no processo de seleção de significados e na constituição da significação¹¹⁰. A significação, pelo ponto de vista do linguista dinamarquês, é dada no final da articulação linguística dos planos e estratos.

Pelo que foi apresentado até este ponto, de maneira resumida e simplificada, a teoria hjelmsleviana não se diferencia muito do modelo diático desenvolvido por Saussure. Porém quando se explora mais detalhadamente suas análises, percebe-se que os signos não veiculam apenas significações, mas podem conter elementos sem significação ou com mais de uma significação, portanto elementos que não são simples signos, mas figuras. Essa maneira de entender os signos levou Hjelmslev (2013, pp. 47-52) afirmar que a língua não pode ser descrita como um simples sistema de signos, mas como um “sistema de figuras que podem servir para formar signos”.

Pela compreensão do linguista dinamarquês, as figuras não são signos, mas elementos mínimos que constituem os signos, podendo ter mais de uma significação ou não conter nenhuma. Essas figuras podem ser encontradas tanto nos planos de expressão quanto no de conteúdo de um signo. Dentre os diferentes sistemas de figuras estudadas por Hjelmslev, três chamam a atenção:

1º) as formas flexionadas, pois elas podem conter mais de um signo que tem significação. Por esse entendimento, o signo “brincavam”, por exemplo, contém “brinca”, ou seja, uma ação de entreter-se e, ainda, o “vam”, isto é, a figura que transmite significação de passado e plural;

¹¹⁰ Os componentes semióticos não linguísticos, pela perspectiva de Hjelmslev, ficam de fora da formação de significação.

2º) os fonemas de uso oral e os grafemas de uso escrito que Hjelmslev os denominou genericamente de cenemas. Eles não significam nada e apesar de estarem presentes nos signos para distingui-los não são signos. Por exemplo: nos signos “crente” e “frente”, a figura “c” de “crente” distingue-se da figura “f” presente no signo “frente”. A função do cenema é distinguir um signo do outro;

3º) os pleremas que são elementos do plano do conteúdo. Eles possuem significado próprio. Por exemplo, os signos jovem e masculino são figuras cujo signo menino é composto no seu plano de conteúdo (significado).

Segundo Canizãl e Lopes (2013, p. 10), quanto mais se adentra ao campo teórico da linguagem pensada por Hjelmslev, aquilo que foi denominada de glossemática, mais se afasta do modelo de língua desenvolvido por Saussure estruturado unicamente no signo e suas significações integrais. Esse tipo de movimento revela, por um lado, a principal diferença entre as concepções de Hjelmslev e o conjunto teórico de Saussure, e por outro, deixa visível a concepção hjelmsleviana da língua e dos signos como uma unidade de configuração¹¹¹.

Foi provavelmente por conta da perspectiva do caráter ambivalente do signo (em Saussure isso não ocorre), por ele conter elementos que podem evitar ou ampliar a significação, que Guattari (2019, p. 187) se interessou pela linguística de Hjelmslev incorporando-a com certas extrapolações e críticas em sua análise micropolítica das relações sociais. O que mais lhe chamava a atenção era a possibilidade de existir formas semiológicas de não-significação que fizessem parte dos processos de subjetivação. Ele enxergava nelas meios que poderiam colaborar tanto com o processo de dominação capitalista (como o servomaquinismo), quanto instrumentos para desestabilizar os enunciados linguísticos produzindo significações que enriqueceriam a subjetividade humana (singularização).

¹¹¹ De acordo com Hjelmslev (2013, pp. 51) a “linguagem, portanto, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir um número ilimitado de signos. Essa criação se realizaria por meio de combinações da própria estrutura do sistema linguístico, onde as figuras e os signos emergiriam como uma configuração imanente.

IV- 2. A constituição de uma nova pragmática: a individuação e a singularização como produtos do entrecruzamento das semiologias da significação e da não-significação

Para Guattari (1988, p.16), durante a segunda metade do século XX, a linguística e a semiologia estruturais procuraram evitar qualquer transbordamento de suas respectivas problemáticas nos domínios políticos, sociais e econômicos. Quando as análises da linguística gerativa¹¹² e a linguística da enunciação¹¹³ procuravam quebrar as amarras estruturalistas e avançavam além dos seus campos de investigação, acabavam apresentando saídas pouco convincentes para os impasses encontrados. Além disso, não davam a devida importância para os agenciamentos coletivos de enunciação¹¹⁴, para as semiologias de não-significação e para as protoenunciações (enunciados não humanos) que sobrecodificavam¹¹⁵ os enunciados¹¹⁶.

¹¹² Segundo Guattari (2014, p. 202), a linguística gerativa é uma corrente de estudos da linguagem que teve início nos EUA, no final da década de 1950, a partir das análises de Noam Chomsky. Os gerativistas assumiram os conteúdos semânticos, mas sem estudarem os agenciamentos coletivos de enunciação e a operacionalização semiótica advinda dessas conexões.

¹¹³ De acordo com Guattari (2014, pp. 200-202), a teoria da enunciação teve um grande desenvolvimento na França a partir dos anos 50 com os trabalhos de Émile Benveniste e Roman Jakobson e, posteriormente, com Algirdas-Julien Greimas. Para o pensador francês, a linguística da enunciação se inclina sobre a pragmática e suas questões políticas e sociais de modo restritivo para tratá-los apenas como componentes significantes.

¹¹⁴ Segundo Guattari e Deleuze (2003, p. 143): “A enunciação precede o enunciado, não em função de um sujeito que poderá produzir este último, mas em função de um agenciamento que faz daquele a sua primeira engrenagem, com outras engrenagens que vêm a seguir e que ao mesmo tempo se posicionam”.

¹¹⁵ Para que a sobrecodificação ocorra, outros dois movimentos são necessários: a codificação e a descodificação. A codificação no sistema capitalista é a inscrição de um código de poder que é atribuído inicialmente a um signo territorializando-o socialmente. Ele deve corresponder sempre ao signifiante dominante que gera sentidos alinhados ao capital. São as relações sociais mediadas pelos axiomas do capitalismo que atribuem valores codificados para o signo e não é o signo em si que tem um valor. Na verdade, o que ocorre é a seleção de conteúdo (significados) para que apenas alguns deles possam representar a expressão (signifiante) e criar um sentido alinhado ao axioma do capital. A sobrecodificação, segundo Guattari e Rolnik (2000, pp. 317-318) é uma codificação em segundo grau que os signos recebem dos significantes dominantes nas relações sociais, uma espécie de reterritorialização que reorganiza os conteúdos (significados) advindos dos phylums maquímicos, das máquinas técnicas e sociais para atender as necessidades da conjuntura. A sobrecodificação multiplica os códigos significantes em redundâncias semiológicas aumentando sua força de afetação. Elas ajudam a constituir a subjetividade do sujeito por meio da linguagem significante. A descodificação é o movimento de desterritorialização acelerada das codificações e das sobrecodificações permitindo que o signo possa receber novas sobrecodificações dominantes ou, ainda, que ele seja ressignificado ou seja, possa servir como componente de singularização.

¹¹⁶ O enunciado, seja ele humano ou não humano, é entendido aqui como uma cadeia de signos que, dependendo da configuração formada em determinada situação, se agrupa podendo levar à produção de significações atreladas aos poderes dominantes e/ou de significações “menores” que

Caberia a uma nova teoria pragmática da linguagem implodir os tabus estruturalizantes que impediam a abertura completa da linguística e de semiologia para os campos do conhecimento ligados às questões sociais, as transformações sociais e a produção de subjetividade no capitalismo mundial integrado. Pela perspectiva de Guattari, os desenhos cartográficos dessa nova pragmática revelariam os caminhos mais usados pelos poderes dominantes para a normatização e padronização dos significantes (expressão) e significados (conteúdo), como ainda apresentariam outras direções – linhas de fuga – para a tomada de condutas desviantes. Só assim se escaparia das leituras reducionistas apresentadas pelos estruturalismos linguísticos em voga entre as décadas de 1960 a 1980.

Para dar início a construção dessa nova pragmática, Guattari (2008, p. 05) analisou as transformações provocadas pelo novo capitalismo que aceleraram o aperfeiçoamento e a modernização das máquinas técnicas nas últimas décadas do século XX. Ele constatou que tais mudanças reorganizaram a produção, o armazenamento e a difusão de diferentes formas de enunciados em procedimentos tecnológicos extremamente rápidos e eficazes. A antiga sociedade fordista de cunho logocêntrica, na qual o principal alvo comunicacional era a consciência do sujeito racional, foi fortemente abalada por uma sociedade maquinocêntrica, onde a subjetividade, o inconsciente e o desejo tornaram-se campos que deveriam ser explorados financeiramente e de forma interrupta pelos enunciados sobrecodificados pelo sistema.

Nessa nova disposição do capitalismo em se comunicar, os enunciados e suas semióticas passam a ser difundidos tanto pelas máquinas técnicas e sociais com suas protosubjetividades, protoenunciações e *phylums* maquínicos, quanto tradicionalmente pelos seres humanos e seus componentes subjetivos no ato da fala, como, por exemplo, a memória, a atenção, a percepção, o entendimento, o sentimento etc. Por essa perceptiva, o poder de enunciar e levar o outro a se

não hierarquizam os sentidos em favor do capital. Qualquer tipo de enunciado descreve, estabelece ou restabelece relações de poder através da fala e da escrita. Alguns prendem outros libertam, mas todos subjetivam e levam o indivíduo a se posicionar e, dependendo da situação, a agir.

posicionar deixava de ser apenas uma exclusividade humana e passa a ser também não humana em escala acelerada.

Conforme os enunciados humanos e não humanos se agenciam¹¹⁷ e circulam, os agenciamentos coletivos de enunciação¹¹⁸ retrabalham esses fluxos proporcionando mais “matérias opcionais de coagenciamentos”. As enunciações coletivas, por sua vez, têm a capacidade de dizer algo à subjetividade antes mesmo da fala existir e, até, depois que ela é dita. Com esse emaranhado de enunciados e enunciações coletivas se conectando, distintos processos de subjetivação de cunho individual, coletivo e institucional são realizados. Eles podem ser separados politicamente em dois grupos gerais, os buscam a manutenção da ordem social e os que procuram promover a transformação radical da ordem social instituída.

No primeiro caso, a subjetividade humana acolhe os enunciados e adere facilmente as enunciações coletivas dominantes, tal como os recebe do plano molar ou molecular. Esses processos semióticos ajudam a constituir os territórios existenciais fixos que formam uma identidade (individuação) compatível com os valores dominantes. Em vez de o indivíduo se abrir para outros enunciados e se desconstruir gramaticalmente, sua subjetividade acaba permanecendo cristalizada pelos significantes capitalistas. Essa postura pode levar o indivíduo a se expressar e atribuir significados que defendam posicionamentos políticos conservadores e, até mesmo, fascistas e microfascistas, como por exemplo, o racismo, a xenofobia, o fundamentalismo religioso, a militarização da sociedade civil, a opressão das mulheres e de grupos LGBT etc.

No segundo caso, a subjetividade humana aprende a duvidar das enunciações coletivas conservadoras e a desconstruir os enunciados dominantes produzindo assim singularizações. Tal processo caracteriza-se pela dissolução dos valores dominantes cristalizados na subjetividade. O rompimento criaria outras maneiras de existir, de sentir, de perceber e de se relacionar coletivamente. Por

¹¹⁷ François Zourabichvili (2004, p. 09) mostra que podemos detectar um agenciamento toda vez que identificarmos e descrevermos um acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos que colabora para a produção de subjetividade.

¹¹⁸ Pode-se dizer que os agenciamentos coletivos de enunciação são enunciados impessoais humanos e não humanos que precedem os enunciados. Eles influenciam o que é dito a uma pessoa ou a uma coletividade em um determinado lugar.

essa perspectiva, a singularização tornar-se uma força de resistência política, um ato microrrevolucionário que, se somadas a outras ações micropolíticas, poderia levar a uma revolução molecular e, até mesmo, a uma revolução molar de grande porte.

Para Guattari (2012, pp. 451-462), os enunciados produtores de subjetividade – tanto em sua dinâmica de individuação capitalista, quanto em sua disposição de singularização – se constituem por meio dos entrecruzamentos das semiologias de significação e de não significação. O primeiro grupo semiológico é formado pelas semióticas significantes e simbólicas. O segundo grupo, pelas semióticas a-significantes e a-significantes de codificação natural. Todas essas semióticas, exceto a de codificação natural, desempenham um papel fundamental nos processos de desterritorialização/reterritorialização¹¹⁹ e de descodificação/sobrecodificação da subjetividade humana e da protosubjetividade das máquinas técnicas e sociais no sistema capitalista.

Pesquisar as semiologias da significação e de não-significação à contrapelo dos estudos estruturalistas da linguagem e dar a devida importância para as enunciações coletivas proporcionaria, pela perspectiva de Guattari (2014, p. 203), uma compreensão pragmática do funcionamento dos enunciados alinhados à gramaticalidade do poder dominante. O que permite mostrar a necessidade de se adotar posturas de contrapoder que desconstruíssem os sentidos, as significações e as conotações¹²⁰ dos enunciados sobrecodificadas pelos axiomas capitalistas. Examinar-se-á abaixo, separadamente, cada uma das semióticas que compõem as semiologias da significação e da não-significação e, depois, como elas funcionam juntas nos enunciados produtores de subjetividade e de ações objetivas.

¹¹⁹ Segundo Guattari e Rolnik (2000, pp. 317-323), o território subjetivo humano, quando territorializado, é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de investimentos molares. O território também pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. Os indivíduos estão mergulhados num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem. A reterritorialização, por sua vez, consiste em uma tentativa de recompor um território que passou por um processo de desterritorialização.

¹²⁰ A conotação é um significado adicional de um signo e denotação é o significado essencial de um signo.

IV- 2.1. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de significação: as semióticas significantes

Para Guattari (2014, p. 205), as semióticas significantes – com seus signos¹²¹ verbais/ escritos e humanos/não humanos – desempenham um papel de suma importante, pois são elas que, preponderantemente, fornecem componentes para a produção de subjetividade. Contudo, quando são sobrecodificadas pelos axiomas capitalistas, sua função significativa parece duplicar, criando uma espécie de potencialização dos significantes. Todos os outros fluxos semióticos, acabam, nessa situação, caindo sobre sua dependência. Esse processo torna o significativo um elemento semiótico produtor de diferentes efeitos de assujeitamento social (*assujettissement*).

Não é por acaso que todo Estado¹²² necessita de diferentes máquinas sociais ou equipamentos coletivos para produzir “(...) uma língua nacional vinculadora das leis e dos valores do sistema dominante, reduzindo a uma situação marginal os dialetos, as línguas especiais, os modos de expressão infantis ou, simplesmente, invalidando cada um deles”. Os enunciados de uma língua, com suas semióticas significantes, não são separados do campo social e político antes de transmitirem informações e realizarem a comunicação. Eles servem, sobretudo, como instrumentos de individuação¹²³ do sujeito.

A sobrecodificação do signo e de seu significativo para transformá-lo em um significativo dominante é na verdade a instauração de redundâncias linguísticas – de sentidos únicos – que são acopladas aos significados (conteúdos) do signo para reduzir as significações e provocar uma diminuição drástica dos sentidos que dele

¹²¹ Deleuze e Guattari (2010, p. 59) afirmam: “Produzir desejo é a única vocação do signo, em todos os sentidos em que isto se maquina”. Os signos, para os autores nunca são signos de alguma coisa, mas são signos de processos maquínicos diversos.

¹²² Apesar dos enunciados linguísticos ditos por uma comunidade linguística terem uma aparência homogênea, os membros dela não falam a mesma língua. As línguas nacionais, segundo Guattari (1988, p. 37), que são faladas nas universidades, nas escolas, na academia de letras, na televisão são sempre “metalínguas”. Isso ocorre porque há sempre uma distância em relação as línguas do dia-a-dia.

¹²³ Para Guattari e Rolnik (2000, p. 38), uma coisa é a individuação da subjetividade, outra é a instalação de processos de individualização. A individuação não é necessariamente um processo de individualização, pois nela pode nascer processos de singularização, por outro lado, a individualização, nasce da individuação, mas a partir de processos que levam os seres humanos a se organizar segundo padrões dominantes que os serializam e os individualizam.

pode advir. Em vez dos signos de um enunciado se abrirem para a multiplicidade de agenciamentos, eles se fecham em diminutas representações alinhados aos valores dominantes. A subjetividade nessas condições mergulha em representações que instauram um certo tipo de ditadura do significante.

Nessas condições, com os significantes funcionando, os enunciados buscam sobrecodificar todos os componentes semióticos que encontram, sejam eles simbólicos ou a-significantes. De acordo com Guattari (2014, p. 206), nessa situação, todas as semióticas são reagrupadas e reterritorializados nos planos de expressão (significante) e conteúdo (significado) para produzirem julgamentos dicotômicos que “traduzem o mundo” de forma maniqueísta a partir de significantes esvaziados de toda polivocidade. Com o significante dominante em destaque, os enunciados podem ser rapidamente assimilados pelos indivíduos.

Em outras palavras, as semióticas significantes quando sobrecodificadas geram o esquadramento subjetivo no nível da expressão (significante), principalmente no que diz respeito às questões paradigmáticas (associações lexicais) e sintagmáticas (combinações lexicais), como, ainda, no nível do conteúdo (significado). No caso da expressão, mais particularmente na relação paradigmática e sintagmática, a sobrecodificação coloca em funcionamento uma série de Significantes que estabelecem como as palavras ditas devem ser organizadas para melhor compreensão. O ato de falar despertará sempre um imenso maquinismo linguístico que balizará por meio de uma série de redundâncias e hierarquizações os enunciados verbais. No caso do conteúdo, a sobrecodificação ocorre por meio de redundâncias de sentidos e significações reproduzidos no tocante a um determinado signo do enunciado.

Em ambos os casos acima, o significante¹²⁴ dominante provoca um colapso semiótico que instaura uma semiótica significante que sujeita a expressão e o conteúdo aos referências universalizantes do poder. Em cada contexto histórico e em diferentes situações, os grupos dominantes reformulam os significantes atribuindo-lhes certos conteúdos que produzem as redundâncias capitalistas para

¹²⁴ Guattari (2014, p. 26) mostra que há modos de semiotização nas sociedades ocidentais que escapam, mesmo que parcialmente, da ditadura do significante. Elas são vivenciadas pelas crianças, pelos loucos, pelos drogados etc.

legitimar seus mandos e desmandos. Eles procuram controlar e interpretar tudo, sempre sinalizando os caminhos autorizados, os sentidos proibidos e as variações toleradas. Por isso, não existe para o pensador francês competências linguísticas inatas, como acreditavam os gramáticos gerativistas, mas adquiridas pelo indivíduo em meio as relações de poder de uma determinada situação política, econômica e social.

O significante dominante, como mostrou Guattari (2014, p. 26), é qualquer coisa que se vive na existência cotidiana que assujeita o indivíduo a uma determinada convicção e/ou a um referente universal impondo-lhe uma ordem, hierarquia e crença necessária das coisas. Ele é um processo fundamental de ocultação do modo de funcionamento real das formações de poder, podendo ocorrer em um jantar familiar, um culto religioso, em um programa televisivo, em um debate de candidatos à presidência, em uma aula etc. O sentido gestado pelos significantes nesses meios produz a naturalização e o conformismo generalizados que sustentam o modo de funcionamento de diferentes dinâmicas coletivas das sociedades capitalistas.

Em uma escola, por exemplo, à medida que uma criança percorre as séries iniciais, ela não aprende apenas a ler e a falar a língua materna, mas é capacitada a usar, manipular e atribuir valores com maior eficiência aos processos sociais que interagem com ela. A expressividade da criança vai perdendo a riqueza de associações subjetivas conforme adquire padrões interpretativos. A absorção subjetiva de significantes dominantes para traduzir o mundo reduz as multiplicidades de agenciamentos semiológicos de significação e não significação criando o efeito denotativo, isto é, de vínculo direto de sentido que um signo (palavra) estabelece com um objeto da realidade (referente). Apenas uma única realidade deve ser reconhecida pela subjetividade da criança que está se individuando e individualizando a partir de tais significantes. É neste momento que ela passa a afirmar, a entender e a sentir o que significa dizer: “Eu”, “você” e “Ele”.

Depois da cristalização desses processos forjados, sobretudo, de forma institucional, a criança que enuncia o “eu”, em uma frase, acaba sobrecodificando – sem perceber – todos os outros agenciamentos que funcionam ao seu redor. O

enunciado tendo como foco as distinções entre “eu”, “você” e “ele” serve para impor uma expressividade individuada e excludente do coletivo. O “nós” é deixado em segundo plano na fala e na percepção que constitui suas vivências. O mundo passa a ser dividido por sistemas de valores maniqueístas como, por exemplo, masculino-feminino, feio-bonito, verdadeiro ou falso, bem ou mal etc. no qual apenas os sentidos positivos e o “eu” são valorizados. A alteridade e aquilo que é diferente são minorados subjetivamente.

É fato, para Guattari (2014, pp. 214-216), que a introdução de diversos modos de assujeitamentos econômicos, políticos, educacionais e sociais tornam-se impossíveis se não estivessem sob a égide do significante. Eles colocam em movimento diferentes processos que mobilizam a energia desejante do indivíduo e estabilizam o campo social capitalista. A base dessa operação linguística se encontra no triângulo semiológico (significante-significado-referente) que sobrecodifica a própria linguagem e maior parte das alternativas das semiologias a-significantes postas em uma circunstância específica, fazendo com que elas percam a função de singularização e se tornem mecanismos de individuação. A partir desse ponto, toda e qualquer postura racionalizada do sujeito acaba renunciando às conexões que se estabeleceriam por fora da lógica dos sentidos e das significações dominantes. Os signos sobrecodificados mobilizam os componentes subjetivos para a constituição de territórios existenciais no indivíduo.

IV- 2.2. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de significação: as semióticas simbólicas

Dentre as semióticas de significação encontram-se também as semióticas simbólicas, como por exemplo, símbolos, memes, gestos, posturas, rituais, cânticos, emblemas, bandeiras, marcas de publicidade, *slogan* etc. Elas realizam uma função didática e lúdica nos processos de subjetivação, uma vez que o seu significante foge do domínio exclusivo da língua, ele ganha uma força expressiva capaz de atingir de forma mais rápida e eficiente a subjetividade. O principal objetivo

desse tipo de semiose, quando sobrecodificada, é de expandir as ações dos significantes com o mínimo possível de signos linguísticos ou sem nenhum.

Um semáforo, por exemplo, não tem nenhuma frase, contudo suas cores expõem muitas informações ao observador. Elas condensam informações, sentidos, significações que acionam o simbólico na subjetividade humana. Tanto o pedestre quanto o motorista agirão a partir dos sinais luminosos. Uma música e um gesto também operam subjetivamente da mesma forma.

IV- 2.3. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de não-significação: as semióticas a-significantes

No caso das semiologias de não-significação, em específico das semióticas a-significantes, quando agenciadas a partir de concepções de contrapoder, podem criar e quebrar o conformismo das significações linguísticas dominantes. Apesar disso, quando são estimuladas e organizadas de forma a servir ao capital, assumem o papel de reguladoras de agenciamentos advindos de diferentes maquinismos sociais com o intuito de ativar operadores inconscientes de servomaquinismo (*asservisement*).

As semióticas a-significantes – algoritmos, equações matemáticas, músicas, obras de arte, conjuntos arquitetônicos etc. – manipulam componentes de expressão humanas e não humanas por meio de diferentes maquinismos. Elas não agem diretamente sobre a consciência e a linguagem do indivíduo, mas, sobretudo, no inconsciente e na fabricação do desejo em um constante processo de desterritorialização e reterritorialização. Em certo sentido, todas as semióticas a-significantes se mantêm tributárias, em um segundo momento, dos significantes para interligar de forma instantânea homens e máquinas.

As semióticas a-significantes¹²⁵ são, para Guattari (2014, p. 211), pontos de potencialização de agenciamentos. Por não passarem, inicialmente, pela

¹²⁵ Apoiado nas análises de Daniel Stern sobre as formações subjetivas pré-verbais da criança, Guattari (1992, p. 16) afirma que os processos de subjetivação têm início nos meses finais de gestação a partir das semióticas a-significantes que, por sua vez, se mantêm paralelas às

representação e pela traduzibilidade da linguagem, suas formas de enunciar e se reterritorializar ficam fora do controle consciente dos indivíduos afetados por tais signos semióticos. Eles atingem lugares que a linguagem tem dificuldade de alcançar. Sua maneira de operar é por meio da traduzibilidade maquínica e não-significante das relações sociais, o que permite marcar e moldar o indivíduo a partir de comportamentos e posturas que não são verbais. Esse tipo de semiótica pode servir tanto para capturar e normatizar a subjetividade, quanto para desprendê-la dos valores dominantes do capitalismo.

Segundo Guattari (1992, pp. 57-58), quando as semióticas a-significantes são geralmente empregadas para exercer uma função diagramática favorável as relações capitalistas, elas agem a partir de uma relação direta entre coisas, signos e subjetividades ou, ainda, completam as semiologias significantes independentemente de uma representação consciente. Elas possibilitam, pelo seu funcionamento, estabilizar ou acelerar as desterritorializações e reterritorializações de um plano existencial qualquer ou de um contexto histórico mais amplo. As semióticas a-significantes diagramáticas¹²⁶, operando nesta função, buscam estratificar e submeter o desejo a um sistema de redundâncias de expressão e de conteúdo que tornam a subjetividade do indivíduo cada vez mais dependente das opções dadas pelas máquinas sociais e técnicas que operam a favor das classes dominantes. O objetivo principal desse tipo de disposição diagramática, quando organizado para favorecer o capital, é aumentar o campo de extração de mais-valia maquínica.

semiologias significantes ao longo da vida. Para o pensador francês, o núcleo a-significante inicial é responsável pelo desenvolvimento da significação e da linguagem.

¹²⁶ A eficiência de um diagrama depende, segundo Guattari (1988, pp. 34-35), do modo como o processo de semiotização é exercido em determinados contextos, sejam eles religiosos, políticos, econômicos, educacionais etc. O conceito de diagramatismo, de acordo com Guattari (1988, p. 266), se antepõe a toda noção universal e metafísica que procura representar as relações sociais. Frente a um enunciado universal deve-se procurar nele o coeficiente que o agencia para se tornar universal. Ao se fazer isso, teria que se ver o quanto de especificidade ele tem como enunciação coletiva, isto é, porque ele se agencia as situações particulares criando um efeito universalizante. Se chega, depois de realizar essa operação, a uma particularidade singular e diferenciadora de uma determinada situação que se pretende universal. Quando se analisa a questão hierárquica de uma instituição, por exemplo, a hierarquia é um coeficiente universal e a partir desse ponto começa a se ver as especificidades operacionais de cada relação baseada na hierarquia entre os indivíduos antes de serem representativas. O diagrama fornece com rigor linhas de possibilidade para o funcionamento de uma situação dada.

Dessa forma, para Guattari (2014, pp. 212-214), dependendo da atualização, as semióticas a-significantes postas em jogo têm a condição de assumir três consistências gerais: 1) podem ser sobrecodificadas pela linguagem tornando-se significantes, 2) podem agir como potencializadoras das operações servomaquínicas; 3) podem proporcionar singularizações subjetivas. As duas primeiras consistências, quando combinadas, ajudam a perpetuar o poder dominante produzindo individuamentos, individualizações, redundâncias significantes, assujeitamentos e servomaquinismos. A terceira possibilita a criação de linhas de fuga e novas posturas emancipatórias.

IV- 2.4. Aspectos gerais do funcionamento das semiologias de não-significação: as semióticas a-significantes de codificação natural

As semióticas a-significantes de codificação natural, por sua vez, são códigos genéticos ou qualquer outro código considerado natural que funcione e se reproduza independentemente da hierarquização e da medição linguística ou semiótica humanas, como, por exemplo, o funcionamento do DNA e do RNA.

IV- 2.5. Aspectos gerais da interação das semiologias de significação e de não-significação: as semióticas mistas

Apesar das análises acima apresentarem as semiologias de significação e as semiologias de não-significação separadamente, os enunciados produtores de subjetividade e de ações objetivas são sempre formados pela fusão dessas semioses. Dependendo das circunstâncias postas em determinada situação, elas acessam, instantaneamente, a consciência e o inconsciente em processos que podem variar desde um assujeitamento social e servomaquinismo à uma singularização da subjetividade. Trata-se, como mostram Guattari e Rolnik (2000, p. 31), “(...) de conexão direta entre grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”.

A crença idealista em um indivíduo plenamente consciente e senhor de suas escolhas e juízos construídos durante a modernidade logocêntrica é, na verdade, dissolvida por uma constatação realista de uma modernidade-tardia maquinocêntrica, em que o indivíduo se transformou em uma máquina desejanter inteiramente dependente e limitado pelas opções apresentadas pelos maquinismos sociais e técnicos que o cercam. Nesse entrelaçamento de forças repressivas e de práticas de liberdade, o que ainda resta de poder sobre si mesmo acaba, muitas vezes, tendo que lidar com inúmeros problemas psíquicos, como por exemplo, as somatizações, as neuroses, as ansiedades, as síndromes de pânico, os desejos de suicídio etc.

As escolhas que o indivíduo pode tomar não estão aquém e além das semioses, mas enganchados nelas indistintamente em um emaranhado de fios¹²⁷ – a-significantes, *phylums* maquínicos, protosubjetivos, protoenunciativos, simbólicos, significantes e agenciamentos coletivos de enunciação – produzidos pelas mais diferentes máquinas abstratas sobrecodificadas pelo sistema.

Dependendo das configurações semióticas dos enunciados e como os agenciamentos coletivos de enunciação operam sobre elas, o modo como os enunciados funcionam muda. Na maior parte das vezes, as semióticas significantes submetem as semióticas a-significantes e simbólicas à sobrecodificação. Em outras situações, são as semióticas a-significantes que predominam deixando as outras em segundo plano. Mesmo com essas diferentes articulações, elas se combinam e se completam em uma determinada situação produzindo territórios existências subjetivos alinhados quase sempre aos axiomas do capital.

Uma criança, segundo Guattari (2014, p. 221), sabe muito bem maquinar as palavras e as coisas sem cortá-las das intensidades semióticas que produzem desejos, mas à medida que o poder adulto, familiar, televisivo e escolar se instalam,

¹²⁷ Provavelmente, não foi por acaso que Guattari e Deleuze (2010, p. 19) inseriram no *O Anti-Édipo* a imagem do quadro *Boy With Machine*, do artista plástico Richard Lindner. No livro aparece um menino túrgido, em idade escolar, com um semblante tranquilo, ao mesmo tempo em que segura em sua mão direita, como se estivesse brincando com um mecanismo de metal envolto em fios metálicos. A imagem sugere, provavelmente, que a subjetividade do garoto estaria maquinada pelos processos de agenciamento coletivo de enunciação e pelas semiologias significação e de não-significação presentes naquela situação.

com suas semioses, seu território existencial muda radicalmente. A energia desejante acaba sendo investida sobre a sintetização dos enunciados para identificar e atribuir determinados valores para os objetos, as classes, as hierarquias etc. A criança, nessa situação, é levada a renunciar aos seus maquinismos e aceitar as mensurações prefixadas das coisas, sem poder entender muito bem o motivo ou, quase sempre, sem poder questioná-los.

Para Guattari (2014, pp. 232-233) essa operação individuadora é visível, por exemplo, quando a criança passa a usar os verbos da língua no modo infinitivo. As primeiras expressões verbais de uma criança são para o particípio passado, e, só depois, incorporaram outros modos. O modo infinitivo – com seu caráter de comando e de ação – deve ser interiorizado para ser colocado a serviço dos significantes dominantes. Quanto mais inseridas nas normas gramaticais, mais eficaz será o enquadramento do desejo e da racionalidade no sistema vigente.

O poder econômico e político do capitalismo é inconcebível sem a sobrecodificação axiomática das enunciações coletivas, das semiologias de significação e das semiologias de não-significação. O Estado, as instituições e os meios de comunicação conduzidos pelas classes sociais dominantes operam uma verdadeira manipulação das semioses. São, justamente, os enunciados em sua consistência mista que tornam a subjetividade e o desejo compatíveis com o assujeitamento social e o servomaquinismo.

IV- 3. A pragmática micropolítica de Félix Guattari

Ambicionando compor um novo pragmatismo linguístico, Guattari (1992, p. 75) aprofundou o questionamento feito por Hjelmslev¹²⁸ a respeito da compreensão que Saussure tinha do signo. Não bastava torná-los indissociáveis e relacionais como eram apresentados na obra do linguista dinamarquês, mas pensá-los como sendo articulados por inúmeros maquinismos sociais envoltos em problemáticas

¹²⁸ Guattari (1988, p. 38) lança a pergunta: “Retorno ou desvio por Hjelmslev?”. Para o pensador francês não se trata absolutamente de retomar o projeto do linguista dinamarquês, mas partir de certas categorias suas sem, contudo, recair no conjunto na dependência da linguística fechada em um sistema estrutural.

sociais. Os enunciados produzidos por essas relações sgnicas não podiam ser limitados ao seu teor informativo, nem estudados apenas por sua relação visível com o poder dominante – em sua análise ideológica –, mas compreendidos, sobretudo, por ajudar a organizar a economia desejante dos indivíduos.

O interesse analítico de Guattari (1988, p.34) a respeito da linguagem e os processos comunicativos estavam concentrados na forma como os signos de um enunciado eram sobrecodificados nas relações capitalistas. Cada situação particular deveria ser analisada para conseguir compreender como ocorre a subordinação e a cristalização dos significados aos significantes dominantes de uma classe social, grupo ou instituição. O significante não deveria, assim como faziam os estruturalistas, ser tratado como um objeto acrítico, por ser apenas a representação denotativa (sentido essencial) do signo no imaginário, mas estudado como antigas cristalizações de significados conotados (sentidos adicionais) produzidos historicamente.

Além disso, qualquer trabalho nesta área que deixasse em segundo plano as semióticas a-significantes e os agenciamentos coletivos de enunciação para se concentrarem exclusivamente no campo das semióticas significantes, estariam encobrando as complexas relações de poder que formam os enunciados nas relações sociais capitalistas. Essa atitude, como mostrou Guattari (1988, p. 17), construía dogmatismos que mais atrapalhavam do que ajudavam as pesquisas nos diferentes campos das ciências humanas. A forma de pensar e de proceder desses pesquisadores gerava um corte artificial entre o “mundo das coisas” e o “mundo da língua”.

Esse posicionamento crítico de Guattari (2014, 2017), em relação a linguística e a semiologia estruturalista, se justificava porque os linguistas dessa corrente epistemológica destacavam, sobremaneira, os processos de formalização da língua entre o conteúdo (significado) e a expressão (significante), sem que fossem levados em consideração inúmeras semióticas contingentes. Os enunciados, como dizia o pensador francês, “não caiam do cu¹²⁹!”, mas resultavam

¹²⁹ Segundo Guattari (1988, p. 41), “o conteúdo e a expressão não são ligados um no outro por virtude do Espírito Santo: no início dos agenciamentos de enunciação, não se encontravam nem o

de uma composição sígnica operada por um conjunto de formações de poder. Não havia unidade de forma, nem unidade de substância, senão uma multiplicidade de intensidades dos maquinismos sem distinção de expressão/conteúdo e de forma/substância que se tornam significantes dominantes.

Mesmo que muitos linguistas e semiólogos afirmassem o contrário, o formalismo estrutural nessas áreas impedia a exploração micropolítica do plano de consistência social, onde eram formados os signos e os enunciados. Por isso, o pensador francês propôs que se incluísse além dos estudos do grupo das semióticas significantes e simbólicas, o grupo das semióticas a-significantes e os agenciamentos coletivos de enunciação nas análises que compunham a formação da linguagem. Para o pensador francês, esse procedimento era necessário porque o poder dominante não falava e agia apenas ativando o primeiro grupo via consciente, mas também o segundo grupo via inconsciente. Segundo Guattari (2014, p.24):

O paradoxo é que são precisamente as cadeias a-significantes envolvidas nas formações capitalísticas, que os estruturalistas qualificam de significantes. Eles querem fazer uma espécie de elemento universal das estruturas. Em todo lugar, onde há estrutura, deve-se, de acordo com eles, encontrar certo tipo de matéria significante: é assim que se tem casos, nos mesmos sistemas de articulações, no nível da linguagem e do inconsciente, no nível das cadeias de codificação genéticas, no nível das relações elementares do parentesco nas sociedades primitivas, ao nível da retórica, da estilística e da poética, no nível do modo de funcionamento da sociedade de consumo e no nível da moda, do cinema, talvez nos discursos das ciências, etc.

Enquanto os linguistas estruturalistas se preocupavam estritamente com a formalização da língua, desenvolvendo sistemas linguísticos que deveriam ler o

verbo, nem o sujeito, nem o sistema, nem a sintaxe... mas componentes de semiotização, de subjetivação, de conscientização, de diagramatismo e maquinismos abstratos”.

mundo pelo prisma exclusivo dos significantes, as investigações de Guattari (2014, p. 219) partiam de qualquer enunciado linguístico para compreender como as semióticas a-significantes e os agenciamentos coletivos de enunciação – extralinguísticos – que entravam em ação para formar o enunciado. Desse ponto de vista, o funcionamento da linguagem não deveria ser buscado unicamente na formalização e universalização das operações internas do sistema linguístico, mas na sua configuração pelos múltiplos agenciamentos maquínicos produtores de subjetividade.

Além disso, como afirmou Guattari (2014, p. 258), para se construir uma pragmática não se deve apenas libertar-se dos valores dominantes, dos universais e de certa concepção de independência da língua, mas, sobretudo, voltar-se atentamente para a constituição das formações de poder. Não adiantaria buscar um rigor lógico impecável, uma organização matemática e uma estruturação sistêmica da língua independente das dinâmicas coletivas. Elas só podem demonstrar certa coerência formalmente, mas quando são examinadas fazendo parte do campo performático das relações sociais, logo, perdem sua sustentação. Não se pode realizar uma separação artificial entre o exercício da fala individual e a sobrecodificação da língua na sociedade.

Para Guattari (1988, p. 13; 2014, pp. 208-209;) havia duas atitudes políticas possíveis para quem analisa a questão dos enunciados e a composição semiótica dos signos como fatores importantes para a produção de subjetividade: 1º) pode-se assumir uma posição formalista herdado dos pais da linguística, que parte das formas transcendentais e universalistas separadas da história; ou 2º) pode-se partir de uma posição das formações de poder, dos agenciamentos coletivos de enunciação, dos componentes semióticos significantes e a-significantes não apartados da história.

Optar pelo primeiro seria legitimar o poder significativo manifestado pelas gramaticalidades dominantes. É concordar que a pragmática só pode ser um domínio adjacente a linguística, como ainda, aceitar cair prisioneiro das redundâncias e dos decalques significantes. Optar pelo segundo, por sua vez, seria se opor as estruturas fechadas de certas concepções da linguagem, seria produzir

um mapa aberto e conectado a todas as dimensões sociais para determinar em que agenciamento particular de enunciação um traço inovador, de uma dada performance, modifica ou não uma situação. É compreender que um mapa que serve de ponto de referência para uma ação coletiva em um determinado lugar, talvez sirva para outro lugar, mas não deverá ser tomado como único caminho a ser seguido. Até mesmo porque é necessário estudar as mudanças e (re)trabalhar o mapa ajustando as análises.

Guattari (2014, p. 294) justifica a criação de uma nova pragmática dizendo que fora, justamente, essa atitude que os leninistas tomaram quando romperam com os sociais-democratas para formar o partido revolucionário bolchevique. Eles entenderam que havia chegado a hora de constituir um outro partido, separando a vanguarda proletária e as massas para transformar de maneira radical as atitudes de passividade e de espontaneísmo. Os leninistas surgiram no campo social com novos agenciamentos coletivos de enunciação, com novos enunciados, com uma nova matéria de expressão e um inédito mapa do inconsciente político. Até mesmo os movimentos burgueses foram obrigados a manejá-los devido ao seu teor enunciativo revolucionário.

A função dessa nova pragmática micropolítica seria analisar as conexões entre as diferentes semióticas produtoras de enunciados para gerar subsídios capazes anular os efeitos sobrecodificadores que ajudam a compor a manutenção da ordem instituída. Em cada situação de engendramento enunciativo, seja de indivíduos, de grupos sociais ou de instituições, o objetivo desse tipo de análise da linguagem consistiria em desmanchar as cristalizações de poder, levando à derrocada os agenciamentos subjetivos que resultam em investimentos de desejo ligados aos significantes das classes sociais dominantes. Talvez esse trabalho seja possível pelo manejo ético e estético das semióticas significantes e, sobretudo, das semióticas de não-significação presentes nos enunciados que constituem os territórios existências dos indivíduos.

Capítulo V- A máquina escolar capitalista: antiprodução e mais-valia maquínica

V. 1 – A máquina escolar capitalista

A escola moderna nunca foi um instrumento para a transformação da realidade social, mas, sobretudo, um importante mecanismo de estabilidade política dos Estados e de preparação para o mundo do trabalho. Nascida na antiguidade greco-romana, remodelada pelas mãos da Igreja Católica durante a Idade média e impulsionada pelos protestantes para consolidar o caráter cristão, a escola de modelo ocidental foi lentamente reorganizada para favorecer objetivamente a sociedade capitalista a partir de um ciclo de transformações político-econômicas que se consolidaram, principalmente, após a Revolução Francesa de 1789.

A sua universalização nos países mais ricos da Europa, no século seguinte, ajudou a dissolver a influência das antigas classes nobiliárquicas agrárias, enquanto fortalecia os grupos burgueses ligados à indústria e às cidades. Se as revoluções, como afirmava Guattari (2004, p. 206), produzem¹³⁰ e/ou reconfiguram as instituições para a perpetuação de seus valores, a escola enquanto uma instituição formativa de cunho iluminista, por esse ponto de vista, nasceu e permaneceu, até os dias atuais, como um subconjunto da produtividade burguesa.

Desde então, a escola¹³¹ nunca deixou de contribuir com a manutenção da ordem social estabelecida. Sua organização baseada no liberalismo criou os padrões daquilo que se entende habitualmente por educação institucionalizada. Esse formato de escola, sempre exaltou a necessidade de desenvolver nos estudantes a competitividade. Porém, ela nunca mostrou claramente que, dependendo da classe social, da etnia, do gênero, da sexualidade e das necessidades especiais, os estudantes não participavam em “situação-de-

¹³⁰ Os soviets russos foram, segundo Guattari, uma invenção institucional revolucionária dos bolcheviques.

¹³¹ Os Estados Nacionais sempre tentaram desfigurar e dissuadir qualquer processo singular de uma pedagogia dissidente e “radical”. As escolas anarquistas e socialistas são exemplos dessas tentativas, tanto no Brasil, quanto em outros países.

igualdade” dessa competição. Essa postura elitista promoveu, durante quase todo o século XX, altos índices de reprovações, evasões, destruição da autoestima e analfabetismo.

Por isso, as transformações desta instituição formativa tendem a se sincronizar diretamente e indiretamente com o poder do Estado, com as demandas do capital internacional e os desmandos das burguesias nacionais que organizam direta/indiretamente o seu funcionamento. Dessa forma, não se pode dissociar as mudanças estratégicas e táticas do capitalismo da regulação dos sistemas nacionais de educação¹³².

Desde a transição do capitalismo mercantilista, baseado no comércio (XV ao XVIII), para o capitalismo liberal, estruturado a partir da grande indústria (final do século XVIII às últimas décadas do século XX), e desse para o capitalismo mundialmente integrado, organizado principalmente a partir das relações financistas neoliberais (últimas décadas do século XX até o momento), os burocratas pressionados pelos lóbis das classes dominantes¹³³ esforçaram-se em criar diferentes modelos de educação formal comprometidas com os ideias burgueses.

Da transição do modelo liberal, baseado na grande indústria, para o modelo neoliberal, do capitalismo mundial integrado, as escolas buscaram, em diferentes países ocidentais, integrar quantitativamente os grupos de estudantes historicamente excluídos do sistema. Se, por um lado, atendia as reivindicações progressistas de associações de pais, de partidos políticos de esquerda, de sindicatos e de especialistas, por outro, esses grupos eram capturados e adaptados aos mecanismos de serialização e homogeneização da subjetividade. Nessa inclusão lenta e controlada, as antigas táticas de assujeitamento social permaneciam presentes e outras foram implementadas, como o servomaquinismo. O que estava em jogo, na verdade, era não só produzir uma educação formal

¹³² Existe uma rica bibliografia sobre o tema. Entre as inúmeros autores e obras destacam-se: Mariano Enguita, *A face oculta da escola*, Henry Giroux, *Pedagogia Radical*, Christian Laval, *A escola não é uma empresa*. Michel Foucault, *Vigiar e punir* e Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*.

¹³³ Utiliza-se o termo classe dominante, grupo dominante, poder dominante e subjetividade dominante da mesma forma que Guattari (2000) utilizava, como sinônimos para designar os grupos sociais que controlam o processo econômico e político no capitalismo a partir da organização da produção, do sistema financeiro e do exercício profissional da política. Os termos aproximam-se da tradição marxista.

voltada para a constituição de indivíduos preparados para produzir excedentes materiais, mas, principalmente, excedentes subjetivos.

Embasado nas análises de Félix Guattari, o objetivo principal deste capítulo é identificar como, no capitalismo pós-fordista organizado pelo *General Intellect*, as relações escolares articulam-se às funções do poder do Estado, aos interesses econômicos e às formações coletivas de desejo dominantes para criar subjetividades, quase sempre, comprometidas com uma educação legitimadora do poder das classes mais abastadas. Esse trajeto analítico permitirá compreender introdutoriamente como a escola, enquanto uma máquina social, realiza a antiprodução pedagógica para impedir que o desejo se converta em estímulo de subversão das massas e prepare a subjetividade para a extração da mais-valia maquínica.

Para demonstrar o funcionamento micropolítico da máquina escolar capitalista, o texto buscará responder as seguintes perguntas: Há semelhanças organizacionais entre as instituições formativas do Estado? Como a escola sobrecodifica as relações pedagógicas a partir da antiprodução capitalista? Em que medida a antiprodução pedagógica faz ressoar – por meio dos componentes linguísticos – as produções de sentido e de significações axiomatizadas pelo capital? Como a instituição escolar torna apta a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica? De que forma os condensadores de assujeitamento social e de servomaquinismo são acionados no interior da máquina escolar para preparar a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica? Por que em alguns casos a subjetivação capitalista que incide sobre as relações pedagógicas falha? A organização da instituição escolar pode ir em direção à fabricação molecular de novas subjetividades e a reconfiguração molar das experiências escolares ou, por seu caráter específico, ela se manterá a serviço do capitalismo?

V. 2 – Há semelhanças organizacionais entre as instituições formativas do Estado?

Na obra de Félix Guattari pode-se encontrar explicitamente uma problematização da organização institucional realizada a partir de sua crítica às

teorias funcionais do Estado ligadas às instituições formativas. Para tanto, o pensador francês trabalhou com diferentes conceitos e noções emprestadas de distintas linhagens teóricas. A problematização de referenciais conceituais de Karl Marx, Sigmund Freud, Fernand Deligny, Jacques Lacan, Louis Althusser, Célestin Freinet, Gilles Deleuze, Jean Oury, Aïda Vasquez, Fernand Oury, Georges Friedmann, Lewis Mumford etc. proporcionou a Guattari desenvolver uma contribuição teórica importante sobre o funcionamento econômico, político e libidinal das instituições.

O Estado contemporâneo, na obra de Guattari (1977, p.86), é concebido como uma gigantesca máquina que necessita de outras máquinas menores, chamadas também de equipamentos coletivos, para ajustar o funcionamento da megamáquina capitalista. As empresas, os bancos, o capital financeiro e o mercado não poderiam lidar sozinhos com os efeitos sociais da descodificação dos fluxos de desejo. Para realizar essa tarefa organizativa, o Estado foi obrigado a ajustar as máquinas de menor porte a partir de axiomas que se desdobram em um conjunto interpenetrado de práticas necessárias para a produção reprodução e antiprodução das relações de produção. As práticas de domínio estatal condensam um emaranhado complexo de ações pedagógicas, tecnológicas, midiáticas, militares, econômicas, políticas, semióticas, linguísticas, culturais etc. buscando realizar, principalmente, duas funções metamodelizadoras básicas: disciplinar os corpos e produzir subjetividade. Por essa perspectiva, as instituições formativas são máquinas sociais molares (concretas) de normatização dos corpos e, ao mesmo momento, máquinas moleculares (abstratas) de produção de subjetividade.

Embora as instituições formativas (igreja, escola, caserna, sindicato, hospital, asilo, prisão etc.) sejam distintas em suas funções sociais, suas práticas organizacionais se assemelham na forma de conduzir o funcionamento das relações sociais. As práticas podem ser divididas, para efeito de análise, em dois grupos de procedimentos: os formais e os informais. Os procedimentos formais são baseados nas leis escritas, nas normas, nos registros técnicos/ econômicos/ tecnológicos, nos códigos éticos de conduta etc. Na maior parte das vezes, tais procedimentos são produzidos por outras instituições especializadas em criar esse

tipo de conduta, como, por exemplo, a câmara de senadores, de deputados federais, de deputados estaduais e de vereadores.

Os procedimentos informais, por sua vez, sustentam-se por meio de códigos baseados em costumes e/ou artifícios de improvisação que se perpetuam no decorrer do tempo, mas que não estão expressos em nenhum documento oficial. Eles são gestados e transmitidos verbalmente e não verbalmente nos próprios espaços institucionais de modo que buscam atender as peculiaridades de cada demanda local. Os dois procedimentos, de forma geral, podem se integrar ou se separar conforme a situação específica que são convocados a operar, colaborando assim com a constituição subjetiva dos indivíduos que vivenciam o processo de institucionalização.

São os agentes dos grupos sujeitos e sujeitados e as diferentes máquinas técnicas que colocam em funcionamento as misturas de procedimentos (formal e informal) com a materialidade concreta dos conjuntos arquitetônicos¹³⁴ dessas instituições. Eles todos se agenciam molar e molecularmente formando um grande campo instituinte¹³⁵ maquínico que fornece elementos que ajudam na regulação de práticas que interferem diretamente na vida de todas as pessoas que interagem nesses espaços.

Com o tempo, os procedimentos instituídos como ações práticas se tornam naturalizados e cristalizam-se como padrões que devem ser seguidos por todos os agentes institucionalizados. Por isso, quando um professor, um advogado, um militar ou um médico dizem: “eu compreendo o que se passa, mas não posso fazer diferente, essa é a regra, a norma, a lei”, eles estão instituindo padrões subjetivos cristalizados de comportamento.

Apesar da naturalização do instituído, os processos de desterritorialização e descodificação acabam, com o passar do tempo, tornando parte dessas práticas

¹³⁴ Segundo Guattari (1992, p. 158), “os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras. Elas produzem subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação”.

¹³⁵ Os termos usados nessa parte do texto dialogam com a fase institucionalista de Félix Guattari, em especial com seu livro *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*, assim como autores que enriqueceram a reflexão nessa área. Entre eles, destacam-se: Gregório Barenblitt e o seu *Compêndio de Análise Institucional*; Jean Oury e a obra *O coletivo*; e, por fim, Aida Vasquez e Fernand Oury com a publicação *Da classe cooperativa à pedagogia institucional*.

organizativas algo não funcional e esclerosado. Essa dissolução moderada do instituído, força todos os agentes a reorganizarem suas práticas e, conseqüentemente, as relações de força existentes no interior da instituição. Nesse processo, dois grupos se destacam: o grupo sujeito e o assujeitado. Eles, de certa forma, se digladiam por meio de gestos, palavras e posturas políticas/éticas/estéticas, mas, como na parábola dos porcos-espinhos¹³⁶ de Arthur Schopenhauer, citada por Guattari (1987, p. 96), são obrigados a se tolerar.

Enquanto o primeiro grupo procura conduzir as desterritorializações para forjar rupturas e criar novas condutas mais participativas e auto-organizativas; o segundo grupo procura reterritorializar as mudanças causadas pela desterritorialização para que elas não escapem do seu controle e se conservem com o mínimo de alterações possíveis.

Às vezes, e dependendo do momento histórico, um dos grupos acaba mantendo a hegemonia por um período determinado dentro da instituição, em outros, acontece um revezamento. Ocorrem também traições, laços de amizade, paixões, alianças temporárias, intimidações, jogos de interesses pessoais, etc. entre os agentes de ambos os grupos, o que leva à cooptação de um ou vários membros de um grupo pelo outro. Existem também os grupelhos (*groupuscule*), para usar uma expressão de Guattari (1987, p. 12), que são apáticos aos acontecimentos institucionais, contudo acabam seguindo, quase sempre, as diretrizes do grupo mais influente.

Apesar das diferenças dos dois grupos principais, suas ações práticas acabam se mantendo paralelas à medida que produzem, reproduzem e antiproduzem o funcionamento da instituição. As ações realizadas pelo grupo assujeitado constituem-se como um tipo de afetação de atravessamento e as efetuadas pelo grupo sujeito são caracterizadas como uma afetação de

¹³⁶ Guattari (1987, p. 96) cita o pensador alemão: “Um dia de inverno glacial, os porcos-espinhos de um rebanho apinharam-se a fim de se proteger contra o frio pelo calor recíproco, salvando-se assim do congelamento. Porém, dolorosamente incomodados pelos espinhos, eles não tardaram em voltar a se afastar uns dos outros. Obrigados a reaproximar-se, por causa do frio persistente, sentiram novamente a ação desagradável dos espinhos; estas alternâncias de aproximação e afastamento duraram até que eles encontraram uma distância conveniente onde puderam melhor tolerar os males”.

transversalidade. O atravessamento conduzido pelo grupo sujeito opera funções de reprodução e antiprodução organizadas em torno de relações baseadas, quase sempre, na submissão, na hierarquia e na exploração. A transversalidade realizada pelo grupo sujeito, por sua vez, procura quebrar a organização piramidal da instituição não respeitando, até certo ponto, os limites instituídos. Tal operação produz montagens alternativas éticas e estéticas marginais e clandestinas dentro das instituições oficiais do Estado ou, até mesmo, em instituições/empresas de cunho privado ou misto.

A produção é aquilo que processa e transforma uma série de elementos e/ou objetos modificando constantemente suas características para gerar novas, a reprodução torna possível a manutenção das relações de produção e a antiprodução garante o gerenciamento da produção e da reprodução para que tudo funcione conforme os interesses dos grupos economicamente poderosos ligados às instituições. Neste último caso, parte das relações de produção são voltadas contra si mesmas de maneira que aquilo que é produzido como algo novo não fuja do controle nem ameace o que está funcionando. Mesmo que ameaças surjam, rapidamente são destruídas ou controladas para a manutenção da ordem dominante. A antiprodução também ocorre fora das instituições, como nas guerras, nas destruições de produtos para que o preço aumente no mercado internacional, na burocratização excessiva do Estado, na marginalidade que determinados grupos sociais são jogados etc. Em resumo, tal mecanismo não se opõe à produção capitalista¹³⁷, muito pelo contrário, acaba moderando a produtividade e a reprodução a partir de axiomas favoráveis ao sistema.

Para Guattari (2014, p. 33), muito mais que simples elementos de uma superestrutura ideológica e política, a produção de subjetividade ocorrida nas instituições deve ser considerada como um elemento que permite a efetivação das condições de (re/anti)produção da sociedade capitalista. Tal posicionamento

¹³⁷ A antiprodução realizada pelas sociedades primitivas era vista por Pierre Clastres (2014, p. 183) como aquilo que conjurava o aparecimento da desigualdade e da exploração do homem pelo homem. No capitalismo, do ponto de vista de Guattari (1977), a antiprodução serve para regular e equilibrar o imaginário do indivíduo a partir dos valores capitalistas e garantir uma produtividade que perpetue as desigualdades sociais.

desenvolvido pelo pensador francês não pode ser confundido com um determinismo mecânico baseado em causa e consequência, mas compreendido como uma análise complexa que discute os efeitos micropolíticos da organização institucional para a condução econômica e política da sociedade.

V. 3 – De que modo a escola sobrecodifica as relações pedagógicas a partir da antiprodução capitalista?

Atrás das fachadas arquitetônicas supostamente neutras da instituição escolar, o processo de antiprodução capitalista toma posse dos desejos mais íntimos dos estudantes por meio da produção de subjetividade. O Estado contemporâneo através de suas políticas educacionais – Plano Nacional de Educação, Base Comum Curricular, Parâmetros Curriculares, Exames Nacionais, programas de livros didáticos – quase sempre faz o papel de estimular a antiprodução fazendo uso de diferentes processos semióticos voltados para as relações pedagógicas.

Quanto mais tempo o estudante vivencia a antiprodução pedagógica, mais seus territórios subjetivos são povoados por fluxos semióticos significantes a-significantes. Tanto o comportamento corporal e sua potência de agir, quanto as formas de expressão linguísticas acabam se tornando componentes importantes para a manutenção do poder político e econômico das classes mais abastadas. Por isso, até mesmo os mínimos gestos e as frases dos estudantes devem ser modeladas para estimular certos modos de falar, de agir, de trabalhar, de lidar com as hierarquias, de sonhar, de sentir etc.

A eficácia antiprodutiva da instituição escolar é medida pelo modo como seus aparatos técnicos e humanos conseguem suggestionar molarmente e molecularmente o maior número de estudantes a se comportar e a “pensar” a partir de referentes universais padronizadas pelos axiomas do capital. Por esse motivo não se pode dizer, por exemplo, que a escola esteja unicamente a serviço do aprendizado da língua, da escrita, do cálculo, da transmissão de conhecimentos úteis aos estudantes, mas ainda, pode-se afirmar que a maior parte das ações pedagógicas são voltadas para o estímulo da competição, do consumo, da vigilância

mutua e do aprendizado de rituais de submissão aos valores das classes dominantes.

As redes nacionais de educação mobilizam milhões de estudantes todos os dias e formam sistemas de interação subjetivos que não só desempenham a função de ajudar a qualificar a força de trabalho que manterá a (re)produção econômica em seu país¹³⁸, mas também auxiliará no disciplinamento corporal e subjetivo que estabilizam o funcionamento do modo de produção capitalista. É dentro da maquinaria escolar que são manufaturados conscientemente e inconscientemente os processos de semioses trazidas de diferentes lugares do campo social. Elas precisam ganhar certas formas, sentidos, significações e expressividades que não ameacem as relações dominantes.

O processo de antiprodução ajuda a naturalizar na subjetividade dos estudantes os esquemas essenciais da divisão do trabalho, da divisão de classes, das segregações sexuais, étnicas etc. Na verdade, são instalados subjetivamente os *modus operandi* que possibilitam a preparação do corpo social como força de produção e força de antiprodução para as explorações de mais-valia convencional e maquínica. É por esse motivo que as crianças devem, cada vez mais cedo, participar do ciclo formativo da máquina escolar.

Ao se comparar, por exemplo, o que se passa nas sociedades industrializadas do capitalismo mundial integrado baseado no *General Intellect* com o que existe nas sociedades autóctones, constata-se, segundo Guattari (1987, p. 54), que nestas últimas sociedades, a entrada da criança nos papéis especificados do campo social adulto situa-se aproximadamente em torno de 9-12 anos. Durante esse período, a criança não precisa respeitar rigorosamente as proibições do grupo. Só quando é promovida ao título de “pessoa por inteiro”, de membro do clã, é que ela deve se dobrar às normas da comunidade, o que faz com que se beneficie, em contrapartida, do prestígio e das vantagens materiais próprias da idade daquela comunidade.

¹³⁸ Os países são diferentes economicamente, alguns se encontram na periferia e outros no centro do capitalismo mundial integrado.

Nas sociedades capitalistas industriais mais recentes, de acordo com Guattari (1987, p. 55), toda a organização das faixas etárias e as vantagens de pertencer a um grupo não inserido completamente no mundo adulto parecem ter desaparecido: “é como se a iniciação começasse desde o primeiro choro do bebê”, diz o pensador francês. A entrada da criança no mundo adulto não está mais circunscrita a um período preciso, a certas etapas, mas funciona em tempo “integral” desde o seu nascimento. Antes de adentrar à escola a criança recebe geralmente dos meios de comunicação, da família e da igreja uma carga subjetiva antiprodutiva, em forma de conhecimento “informal”, que será retrabalhada formalmente pela escola.

É justamente depois de sua incorporação nos ciclos da “maquinaria educacional” – creche, ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio – que a criança se insere completamente nos códigos perceptivos, nos códigos de linguagem, nos modos de relações interpessoais, nas relações de autoridade e nas relações de hierarquia. É durante o longo processo formativo que as semioses próprias do campo educacional entram em funcionamento realizando a sobrecodificação antiprodutiva.

Se uma professora, como mostram Guattari e Deleuze (2008, p. 11), “não se questiona quando interroga um aluno, assim como não se questiona quando ensina uma regra de gramática ou cálculo. Ela “ensina”, dá ordens, comanda”; é porque as relações de sobrecodificação dominantes entre a professora e estudante foram naturalizadas pelas práticas pedagógicas. Se a professora reproduz e antiproduz, por meio da interação ensino-aprendizagem, é porque foi assim que seus territórios subjetivos vinculados a experiência educativa foram constituídos e cristalizados.

O resultado desse processo de “ensinamento”, como mostram Guattari e Rolnik (2000, p. 19), é visível quando as crianças, em seus primeiros anos de escola, começam a demonstrar que: “Agora é hora de brincar, agora é hora de produzir para a escola, agora é hora de sonhar, e assim por diante.” Se, antes de frequentar as séries iniciais do ensino fundamental a criança, mesmo se relacionando com outras máquinas sociais e máquinas técnicas, articulava todas as dimensões de suas vivências de maneira mais ou menos conjunta, após sua

integração à máquina escolar capitalista ela começa a separar, classificar e categorizar hierarquicamente essas vivências.

Para Guattari (2014, p. 246), essa forma de educar pode ser melhor compreendida quando se observa algumas atitudes de uma criança antes de entrar na escola. Com três ou quatro anos, ela esboça seus “escritos” por meio do desenho livre e singular, mas depois que frequenta o ambiente formalmente institucionalizado, a sua maneira de desenhar se transforma radicalmente. Muito rapidamente, os agenciamentos coletivos de enunciação escolares, vinculados à antiprodução, conseguem exercer certo poder sobre os fluxos desejantes das crianças, sua expressividade corporal, imaginativa e sonora perdem a intensidade heterogênea e seu desenho vai ganhando traços padronizados e homogêneos. Com efeito,

O desenho perde sua polivocidade. Há uma disjunção entre, de um lado, o desenho – empobrecido e imitativo – e, do outro, uma escrita totalmente trabalhada pela expressão adulta e tiranizada por uma preocupação de conformidade com as normas dominantes (Guattari, 2014, pp. 246-247).

Segundo Guattari (1988, p. 65), até mesmo as relações interpessoais são mudadas para que os papéis dos professores e dos pais das crianças sejam invertidos. “Espera-se do professor primário desempenhe uma função parental [tio e tia¹³⁹], enquanto os pais são convidados a serem bons “pais de alunos” ou professores em casa”. O objetivo é intoxicar “semióticamente” as subjetividades dos educandos para desterritorializá-las ao máximo e reterritorializá-las para funcionarem de acordo com o sistema. Sem pais e professores que exerçam uma função de acordo com o papel que lhes cabem socialmente, os meios de dominação capturam facilmente as subjetividades dos educandos.

¹³⁹ Paulo Freire mostrou essa relação em seu livro *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*.

A escola capitalista, em suas diferentes configurações – seja ela pública/estatal, confessional, mista ou privada – é uma máquina que busca transformar todas as múltiplas singularidades em uma padronização individualizadora¹⁴⁰ de redundâncias significantes ligadas à estrutura social vigente. É, quase sempre, um lugar de enunciações estereotipadas, de linhas de sedentarismo, de estagnação e de modelização subjetiva. O que interessa ao capitalismo é modular os diferentes maquinismos escolares que trabalham a formatação do desejo e da subjetividade para que sejam conectadas à máquina de exploração.

Não importa a qualidade de sua formação e a escola que frequentou, o capital necessita, como nos diz Guattari (1987, p. 79), de: “teus braços, se você é varredor de rua, tuas capacidades intelectuais, se você é engenheiro, tuas capacidades de sedução, se você é garota-propaganda”. É por isso que o Estado cria estratégias jurídicas que possibilitam à criança a permanência e a iniciação, o mais cedo possível, em um sistema educacional formal¹⁴¹.

A instituição escolar capitalista é responsável – juntamente com outras máquinas sociais – pela massificação, planificação, serialização e homogeneização subjetiva dos indivíduos. O sistema educacional não cansa de remeter os estudantes às relações de captura pertinentes a manutenção do modo de produção. A rotatividade das engrenagens da dessa máquina não se interrompe até que, pelo menos, um ciclo pedagógico formal – ensino infantil ou ensino fundamental I e II ou ensino Médio – esteja completo. Durante a permanência do estudante nesse meio, do ponto de vista micropolítico, sua singularidade se apaga para se adequar aos padrões convencionais. Em seu lugar, emerge, quase sempre, uma individualização normalizadora das condutas corporais e da subjetividade.

Elas ocorrem, principalmente: 1) por meio de atitudes que punem e recompensam; desclassificam e classificam; condenam e absolvem; desprestigiam e prestigiam, deslegitimam e legitimam; invisibilizam e visibilizam e, 2) através de

¹⁴⁰ Guattari e Rolnik (2000, p. 38) oferecem três exemplos de individualização do corpo: primeiro, porque os indivíduos são comprometidos com processos de nutrição e sobrevivência. Segundo, porque há algo referenciável dentro de uma divisão sexual, como ser heterossexual, homossexual, bissexuais etc. Terceiro, porque, dentro das relações socioeconômicas, se situam dentro de uma classe social.

¹⁴¹ Não devemos, contudo, subestimar a questão do processo civilizador engendrado pelo Estado.

rotulações binárias que são atribuídas cotidianamente aos estudantes como, por exemplo, de sujeitos normais ou anormais, produtivos ou improdutivos, obedientes ou arredios, organizados ou desorganizados, aptos ou inaptos, estudiosos ou bagunceiros etc.

Dessa maneira, a escola se coloca como uma máquina metamodelizadora de valores axiomatizados pelo capital. A serialização subjetiva equipa os estudantes de tal forma que fica nítido para o corpo social aqueles indivíduos que possivelmente integrarão os resíduos da sociedade – os delinquentes, os loucos, os utopistas sociais, os desempregados, os anormais, pessoas em situação de rua etc. – e aqueles que se tornarão membros regulares da sociedade. A escola enquanto uma máquina produtiva gera por um lado, indivíduos padronizados que, reproduzem o modo inerente do funcionamento da máquina capitalista; e por outro lado, indivíduos residuais, enjeitados da máquina, não adaptados ao sistema, mas que também estarão aptos para produzir e a consumir.

A instituição escolar, por essa perspectiva torna-se, portanto, uma máquina de sobrecodificação semiótica que equipa os estudantes com modelos subjetivos para transformá-los agentes ativos ou inativos e os preparam não se tornarem um perigo real para o sistema de produção vigente. As relações pedagógicas antiprodutivas acionam e conectam fluxos materiais, signos semióticos, enunciações coletivas, territórios existenciais e phylum maquínicos para prepararem os estudantes para a exploração da mais-valia convencional como, ainda, tornam suas subjetividades componentes altamente produtivos para a extração de mais-valia maquínica.

V. 4 – Em que mediada a antiprodução pedagógica faz ressoar – por meio dos componentes linguísticos – as produções de sentido e de significações axiomatizadas pelo capital?

Guattari (2014; 1988;) desenvolveu boa parte de suas análises apoiadas na contestação do modelo saussuriano da língua. Delas nasceu a crítica à relação desigual entre significante e significado em proveito de uma superioridade do significante. Contra a linguística do significante que coloca de lado o significado, ele propôs uma pragmática de inspirada nas principais noções de Louis Hjelmslev.

Deste linguista, Guattari deu destaque ao funcionamento complementar e reversível entre o plano de expressão e conteúdo e a constatação feita pelo linguista dinamarquês que os signos possuem figuras com mais de uma significação ou sem significação alguma.

Os conceitos criados por Guattari (2014, p. 269), para conter o avanço da linguística estrutural, não realizaram empréstimos e extrapolações conceituais apenas das noções de Hjelmslev, mas também dos conjuntos teóricos de outros linguistas, tais como Charles S. Peirce, John L. Austin, John R. Searle e Oswald Ducrot. Depois de incorporar diferentes contribuições, ele conseguiu mostrar como a composição sónica ajuda a configurar os fluxos de desejo. Antes de ser estruturado por regras da linguagem, os planos e os estratos dos signos de um enunciado são organizados por uma multiplicidade de agenciamentos postos em uma determinada situação.

Para Guattari (2014, p. 200), não se deveria buscar a legitimação científica da semiologia e da linguística como faziam os pesquisadores estruturalistas dessas áreas. A linguagem não é um componente matemático, cuja articulação sónica obtém sentidos e significações iguais independentemente da situação. Muito menos que a linguagem é um conjunto de elementos inatos como, por exemplo, o olfato e o paladar, mas uma criação artificial de um grupo social que é transmitida de geração em geração e dependendo da situação suas significações mudam. Do ponto de vista do pensador francês, o efeito dessa busca “em se fazer ciência” conduziu a semiologia e a linguística, do início dos anos 70, ao comportamento de relegar os traços contingentes sócio-históricos e se preocupar, quase que exclusivamente, com a transmissão da informação.

Segundo Guattari (2014, p. 295), a linguagem, a língua e a fala não podem ser separadas, nem são neutras politicamente, pois formam um artifício coletivo envoltos em enunciados. Assim o enunciado passa a ser concebida como a expressão de um fazer, uma palavra de ordem que se impõe à subjetividade humana. A crítica da linguagem, postas nestes termos, não pode ser entendida como um mecanismo que exclui o indivíduo para fora do mundo político privando-o da palavra, mas consiste em problematizar toda relação de fala e comunicação para

colocar em xeque os efeitos dos significantes dominantes. Uma vez que são essas situações que sugestionam aquilo que é legítimo ou não, o que é bom e ruim, o que pode ser ensino ou não em uma escola.

À medida que a produção de subjetividade se transformou em um fator diretamente produtivo, o efeito comunicativo da linguagem passou a ser compreendido como um elemento primordial para o funcionamento do sistema. É neste novo cenário que a velha instituição escolar passou a ter uma importância decisiva na metamodelização da linguagem a partir dos agenciamentos coletivos de enunciação¹⁴² e das semióticas significantes e a-significantes que povoam seus espaços. É no ambiente escolar controlado por grupos sujeitados que os operadores linguísticos são organizados para estabelecer uma relação entre significantes e significados baseados nos significantes dominantes como produtores de significação. Toda plurivocidade de significações é, quase sempre, deixada de lado nessas operações pedagógicas para os significantes emergirem como os referentes universais. Para Guattari (2014, p. 26), o significante:

(...) é qualquer coisa que se vive na existência cotidiana, que nos assujeita a uma convicção que existe, em qualquer parte, um referente universal, que o mundo, a sociedade, o indivíduo e as leis que os regem são estruturas de acordo com uma ordem necessária, que eles têm um sentido profundo. O significante, de fato, é um procedimento fundamental de ocultação do modo de funcionamento real das formações de poder.

¹⁴² Segundo Guattari e Deleuze (2003, p. 143): “A enunciação precede o enunciado, não em função de um sujeito que poderá produzir este último, mas em função de um agenciamento que faz daquele a sua primeira engrenagem, com outras engrenagens que vêm a seguir e que ao mesmo tempo se posicionam”. O enunciado e os seus signos tomam forma ao se transformar segundo a relação posta pela enunciação, não há significação original, ela é construída no encontro. Por isso, os agenciamentos coletivos de enunciação são importantes para se enfrentar a produção de subjetividade serializada e homogeneizadora.

Mostrar como o significante afeta as relações escolares é denunciar o poder real do capitalismo em modular a subjetividades dos estudantes para que possam desejar um mundo construído à imagem dos referenciais burgueses. Mesmo que tais denúncias sejam ridicularizadas ou rotuladas como reducionistas há uma necessidade de expô-las. Criar meios de resistência contra as políticas educacionais capitalistas, os grupos sujeitados e as formas de conhecimento que legitimam esses tipos de enunciados é enfrentar o imperialismo do significante que coloca em funcionamento a antiprodução escolar.

O sistema educacional produz significantes nas relações pedagógicas inserindo representações que servem de referentes para a constituição da subjetividade. Cria-se, segundo Guattari (2014, 305-334), um sistema de rostos autorreferenciais –, como, por exemplo, o rosto do homem branco, o homem hétero, da religião verdadeira, do corpo perfeito, da classe social ideal etc. – que não passa de um modelo de produção subjetiva vinculada a um significante de referência capitalista. É a partir deles que a criança que começou a estudar formalmente aprende lidar hierarquicamente com a sua classe social, com o seu gênero, com sua etnia, com a sua sexualidade e com suas limitações físicas. A escola se torna uma máquina de semioses individuadoras conectada as outras máquinas científicas, técnicas, econômicas que agencia a potência do desejo do estudante aos signos de poder para colonizá-los.

A aprendizagem da linguagem na escola, pela perspectiva acima, ganha contornos autoritários particulares. Três deles merecem ser comentados. Primeiro, no ensino infantil e séries iniciais do ensino fundamental, as crianças são quase sempre obrigadas a se calarem sobre as vivências para as quais ainda não existem palavras. Elas são ensinadas a exprimir conteúdos que não correspondem às suas experiências e a ter intenções que não são próprias da infância. Isso não significa que a criança deva abandonar a escola e não aprender a escrever e a ler, isso é idiotice, mas que o uso da linguagem nas relações pedagógicas precisa ser mudado para se educar de outra maneira.

O segundo, que é um desdobramento do primeiro, diz respeito a organização da expressão (significante) e do conteúdo (significado) manejados pelas crianças.

Eles são regulados por uma pasteurização dos conteúdos que devem se encaixar nas expressões, o que resulta, quase sempre, em significantes completamente esvaziados de significados. A linguagem sobrecodificada, nesse contexto, consegue criar na subjetividade da criança vínculos de assujeitamento com o poder do Estado e a desenvolver sentimentos artificiais, como por exemplo, classificar, hierarquizar, segregar e excluir a partir de referenciais universais do poder dominante.

O terceiro contorno autoritário, ocorre quando a criança completa alguns ciclos de formação institucionalizada. Seus traços particulares de expressão acabam, na maior parte das vezes, perpetuando e legitimando as segregações relacionadas à classe social, à etnia, ao gênero, à sexualidade etc. O uso da língua é realizado de uma forma que favorece a elaboração de sintaxes sobrecodificadas e a fixação de determinados modos de expressão que revelam, quando o estudante fala, todo o microfascismo encrostado nas línguas nacionais. A língua, como lembra o pensador francês, é uma instituição do estado, tanto quanto um hospital ou uma prisão.

Para Guattari (2014, p. 221), uma criança consegue, antes de frequentar a escola, se organizar para maquinar as palavras e as coisas sem cortá-las das intensidades desejanter. Porém, desde o momento em que o poder da antiprodução pedagógica se instala no coração de seu modo de semiotizar as coisas, de dar significação para o mundo, tudo muda. Ela passa a investir seu desejo na sintetização dos enunciados, na classificação dos objetos, na obediência hierárquica. A criança será estimulada a renunciar dos seus desejos singulares e aceitar a ordem fixada e individuadora das coisas, sem qualquer oportunidade de transformar o processo formativo no qual ela é submetida.

Além dos componentes semióticos significantes, os semióticos a-significantes entram em funcionamento no interior da instituição escolar a partir de diferentes enunciados humanos e não humanos para modelar a subjetividade dos estudantes. A maquinaria escolar é o primeiro lugar que se aprende, de forma sistemática, a lidar com a economia do tempo. O relógio não é apenas uma máquina técnica para medir as horas, mas também uma máquina abstrata que produz

comportamentos. É por meio desse aparelho que ocorre a exortação à pontualidade, à regularidade dos afazeres, à divisão das tarefas. A criança nesse meio aprende a suportar o ritmo dos horários que regulam sua produtividade física e subjetiva. Ocorre uma impotencialização e controle do desejo pelo poder de estratificação do tempo nas relações pedagógicas.

O próprio espaço arquitetônico dos prédios escolares é outra forma de acionar os signos a-significantes que fazem parte dos agenciamentos coletivos de enunciação de um determinado lugar. Tudo colabora para que os fluxos semióticos a-significantes e as enunciações coletivas funcionem como focos de subjetivação, induzindo ou inibindo determinadas ações. Não é por outro motivo que se encontra em todas as instituições escolares a disposição geométrica das carteiras, a forma linear de organizar as filas, a restrição a determinados ambientes da instituição. A utilização dos espaços escolares se assemelha a disposição e arranjos coletivos de outras instituições formativas. Por isso, não fica difícil imaginar qual o tipo de subjetividade que se produz em espaços que mais se parecem com prisões, asilos, hospitais e fábricas. A respeito do poder a-significante da organização dos espaços escolares pelo Estado capitalista, Guattari (1992, pp.160-162) observa:

Não seria demais enfatizar que a consistência de um edifício não é unicamente material, ela envolve dimensões maquínicas e universos incorporais que lhe conferem sua autoconsciência subjetiva. Pode parecer paradoxal deslocar assim a subjetividade para conjuntos materiais, por isso falaremos aqui de subjetividade parcial; a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam, cada um por parte e em composições globais, focos de subjetivação.

(...) Por exemplo, quando entramos em certas escolas primárias, sentimos uma angústia que transuda das paredes, fator de subjetivação parcial que se integra à “paisagem” vivida de cada estudante e de cada professor.

Na máquina escolar, o estudante situa-se em meio a fluxos de metamodelização linguística. Dela emerge a gramaticalidade dominante cujos signos falam e anunciam como as coisas devem ser ditas, feitas e organizadas. Tudo deve ser traduzido, interpretado, adaptado, compreendido e reativado como natural e normal. Quase todo tipo de modelagem do desejo reside nesse processo. A frase correta a que a criança se vê obrigada a aprender, pela repetição, não pressupõe a compreensão de uma lógica dos signos e dos termos em questão. O aprendizado nessas circunstâncias é sua inserção aos condensadores semióticos (assujeitamento social e servomaquinismo) que marcam uma posição de poder, uma função de submissão às regras, às leis, às observâncias do incansável jogo entre certo e errado.

V. 5 – Como a instituição escolar torna apta a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica? De que forma os condensadores de assujeitamento social e de servomaquinismo são acionados no interior da máquina escolar para preparar a subjetividade para a extração de mais-valia maquínica?

Karl Marx (2011, pp. 582-589) mostrou nos *Grundrisse* que a dimensão coletiva e social da atividade intelectual (*General Intellect*) tornar-se-ia na grande indústria fonte de produção de riqueza por meio do conhecimento fisicamente encarnado na maquinaria (capital fixo), mas, também, parte deste conhecimento se transformaria em controle e estímulo produtivo ligados aos processos da vida social. Tomando esses pressupostos não mais como tendências apontadas pelo pensador alemão, mas como forma do capitalismo contemporâneo se reproduzir, Félix Guattari percebeu que a parte destinada ao controle e ao estímulo produtivo das relações sociais era investida no campo social, molecularmente, na forma de produção de subjetividade. Ela alimentava a reprodução das relações sociais fornecendo subsídios científicos, morais, intelectuais, afetivos, cognitivos etc. para manter em funcionamento o vínculo entre o “cérebro individual” e o “cérebro social”.

Em outras palavras, a relação entre o cérebro individual e social que Marx (2011, p. 582) vislumbrara como motor das relações de produção estava ocorrendo por meio de processos de subjetivação que capitalizavam todas as esferas sociais

através da manipulação do desejo. O capitalismo havia se tornado, através da produção de subjetividade, um sistema duplamente produtivo. Tanto as atividades aparentemente não produtivas, quanto as atividades produtivas, em qualquer parte do planeta, estavam sendo exploradas economicamente pelas classes dominantes locais e internacionais. Enquanto a atividade produtiva industrial aplicava o saber social (*General Intellect*) no aperfeiçoamento das máquinas para a ampliação da mais-valia convencional, as atividades consideradas não produtivas usavam uma parte deste mesmo conhecimento para modular as ações dos indivíduos e, ao mesmo tempo, gerar excedentes subjetivos que poderiam ser explorados por meio da mais-valia maquínica¹⁴³. Nas palavras de Guattari (1987, p. 200):

Estando a mais-valia econômica indissolúvelmente vinculada às mais-valias de poder que têm por objeto o trabalho, as máquinas e os espaços sociais, a redefinição do capital como modo geral de capitalização semióticas de poder (e não como de quantidade abstrata, universal) implica assim num reexame de sua composição técnica.

O capitalismo mundial integrado, como afirmou Guattari (1987, p. 205), recompôs suas táticas e estratégias de expansão nas últimas décadas do século XX acrescentando às relações sociais mecanismos de controle subjetivos que requeriam a cumplicidade e o consentimento de cada indivíduo para produzir, cada vez mais, os excedentes materiais e subjetivos para o acúmulo de capital. Diferentes tipos de máquinas sociais, técnicas e abstratas estavam colaborando com a normatização do desejo para integrá-lo às forças produtivas, mas uma entre todas elas assumia um papel de destaque na engrenagem que interligava o cérebro individual ao cérebro social.

¹⁴³ Segundo Guattari e Deleuze (2010, p. 311): "(...) O Conhecimento, a informação e a formação qualificada são partes do capital ("capital de conhecimento") tanto quanto o trabalho mais elementar do operário".

Qual seria a máquina social mais apropriada para efetivar oficialmente¹⁴⁴ esse agenciamento? A resposta é, obviamente, a escola. Ela é a única instituição que realiza uma longa formação com quase todos os indivíduos da sociedade a partir de conhecimentos previamente organizados pelo Estado e pelos órgãos supranacionais¹⁴⁵ do capitalismo. Não há nenhuma outra instituição que prepara formalmente durante tanto tempo a subjetividade e o corpo do indivíduo para as relações de produção. Em média um indivíduo, no mundo ocidental, permanece no mínimo nove anos dentro de seus espaços.

Assim, a escola não teria apenas a função histórica de qualificar os estudantes para o ciclo econômico como mão-de-obra geradora da mais-valia tradicional, mas, sobretudo, prepará-los subjetivamente para contribuir com a produção do saber social geral (*General Intellect*). Em outras palavras, o saber social se desdobraria tanto em uma dimensão coletiva da atividade intelectual para se tornar fonte de riqueza aplicada no desenvolvimento de tecnologias, quanto em uma forma de controle dos processos da vida social e a difusão de saberes difundidos socialmente para contribuir para a produção de mais-valia maquínica. Segundo Guattari (1987, p. 65)

Neste sentido, é precisamente a própria condição da reprodução das forças produtivas que se passa nos ditos Aparelhos Ideológicos de Estado, que poderiam ser chamados, mais simplesmente, de equipamentos coletivos [máquinas sociais], entendidos em sentido lato. *Não se trata aqui de reproduzir uma ideologia, mas de reproduzir meios de produção e relações de produção*¹⁴⁶.

A colonização da subjetividade no interior da instituição escolar configura-se como um dos aspectos mais importantes para reprodução dos meios de produção

¹⁴⁴ Com boletins, históricos escolares e diplomas.

¹⁴⁵ Para Guattari (2015, p. 379), quem gerencia o caos capitalista são: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo dos Sete (G7) etc.

¹⁴⁶ Destaque inserido.

e das relações de produção. É, principalmente, através da antiprodução pedagógica que o desejo do estudante começa a ser modulado para se adaptar aos axiomas do capital. Esse processo antiprodutivo garante a aprendizagem e a aquisição das aptidões que se desenvolvem por meio de um conjunto de semióticas significantes, de semióticas a-significantes e agenciamentos coletivos de enunciação produtoras de subjetividade¹⁴⁷.

Como o capitalismo necessita descodificar os fluxos desejanter das diferentes classes sociais em ritmo industrial para estimular o ciclo produtivo (produção, circulação e consumo), a antiprodução escolar tem como principal objetivo impedir que o desejo se converta em um estímulo de subversão das massas ou se desterritorialize na loucura ou, ainda, perca sua potência produtiva na repressão e no recalque. Não basta para o capitalismo se apropriar do excedente de trabalho na indústria e da tecnologia, ele precisa regular os fluxos de desejo para fazer o capital se desenvolver.

A escola ajuda dessa maneira a regular os fluxos de desejo sobrecodificando uma série de enunciados que, mais tarde, continuarão a ser manipulados dentro e fora da maquinaria educacional. A noção de falta é introduzida juntamente com estímulos que buscam o excesso. Esses significantes tornam-se subjetivamente elementos que permanecem como base dos territórios existenciais, permitindo uma traduzibilidade geral de qualquer enunciado a partir desse padrão.

Toda comparação, quantificação e troca utilizará, conscientemente e inconscientemente, as referências adquiridas nesse processo de subjetivação. A antiprodução pedagógica cumpre o papel de construir e equilibrar inúmeros territórios subjetivos dos estudantes para manter o sistema funcionando. O desejo¹⁴⁸, nessas circunstâncias de regulação e gerenciamento, dificilmente poderá

¹⁴⁷ Pode parecer que a produção de subjetividade seja uniforme, mas ela é diferenciada em função das exigências locais, regionais e nacionais. O objetivo não é criar uma subjetividade universal, mas continuar a reproduzir algo que garante o poder de certo número de grupos dominantes.

¹⁴⁸ O desejo ameaça a organização social, as relações de poder porque ele é uma potência subversiva, por isso diferentes mecanismos de recalque e repressão atuam para modulá-lo. O desejo deve se tornar adaptado ao sistema a tal ponto que, caso ocorra alguma transgressão não tolerada, a situação seja facilmente controlada. Nenhuma sociedade poderia suportar uma posição livre do desejo sem colocar em risco suas relações historicamente estabelecidas.

se atualizar como uma potência revolucionária, tornando-se, assim, complacente com o modelo social vigente.

Os estudantes, desde muito cedo, aprendem a produzir – atividades, provas, trabalhos, maquetes, cartazes, seminários etc. – a partir de uma dinâmica baseada na consternação e incitação. É desse simples modelo de organização das práticas pedagógicas, tido como “normal”, que a bipolaridade da máquina educacional entra em ação mostrando o poder dos condensadores de assujeitamento (*assujettissement*) e servomecanismo (*asservissement*). O primeiro condensador trabalha a consternação dos fluxos desejantes, enquanto o segundo condensador os incita. Os movimentos de subjetivação, em torno da subjetividade do estudante, ocorrem como um movimento de pêndulo alternando entre a falta e o excesso. Os procedimentos moleculares dessas relações regulam o desejo criando modos de existir, de agir, de sentir, de significar e de dizer pautados na antiprodução.

Pela perspectiva mostrada acima, a instituição escolar se vincula ao sistema produtivo capitalista como uma peça essencial de sua engrenagem. A antiprodutividade pedagógica constitui-se como um instrumento para aumentar e controlar a produtividade do cérebro individual em colaboração com o cérebro social. Os agenciamentos realizados nos espaços de educação formal se convertem em mecanismos que agenciam as competências moleculares e as capacidades desejantes para colaborem com o desenvolvimento do saber social geral (*General Intellect*). A subjetivação torna os territórios existenciais dos estudantes reservas de desejo aptas para serem exploradas pelo capitalismo. Para Guattari (1987 p. 203):

(...) Hoje em dia, por exemplo, uma criança desde os eu nascimento, através da família, da televisão, da creche, dos serviços sociais, é “posta para trabalhar” e se engaja num processo complexo de formação, ao termo do qual seus diversos modos de semitização deverão estar adaptados às funções produtivas e sociais que esperam.

Os excedentes da mais-valia maquínica podem ser extraídos em qualquer atividade ou trabalho cerebral que envolva escolhas que coloque em movimento as relações que visam direta e indiretamente o consumo. O capitalismo, por esse ponto de vista, extrai a mais-valia maquínica se apoderando das cargas de desejo. É esse excedente maquínico que fornece o impulso que coloca em funcionamento o ciclo produtivo do capital. Por isso, a produção desejante no ambiente escolar passa a ser compreendida como uma atividade diretamente produtiva, reprodutiva e antiprodutiva, pois as relações pedagógicas vinculam a subjetividade aos axiomas do capitalismo para que ocorra a reprodução dos meios de produção.

V. 6 – Por que em alguns casos a subjetivação capitalista que incide sobre as relações pedagógicas falha? A organização da instituição escolar pode ir em direção à fabricação molecular de novas subjetividades e a reconfiguração molar das experiências escolares ou, por seu caráter específico, ela se manterá a serviço do capitalismo?

Para Guattari (1987, p. 67), o foco de atenção de um pesquisador micropolítico na área da educação não precisaria concentrar-se diretamente no desenvolvimento de conteúdos curriculares ou de questões de técnicas de aprendizagem, mas, antes, “nos microagenciamentos suscetíveis de se cristalizar em torno de uma classe, de uma escola, de um grupo de crianças, etc.”. Para o pensador francês, as principais problematizações deveriam apontar: “Em que direção se processa um desejo coletivo? Quais intervenções, poderiam ajudá-lo [o estudante] a sair das territorialidades que o cercam? O que se poderia fazer, não enquanto professor, mas enquanto sinto que aquilo que acontece na classe me diz respeito?”.

Tomando esses pressupostos como ferramentas micropolíticas, pode-se pensar a reconfiguração das experiências pedagógicas molares e moleculares a partir da problematização dos agenciamentos que ocorrem com os estudantes no interior da máquina escolar. Como todo agenciamento é um processo que põe em jogo enunciações coletivas, enunciados, semióticas significantes, semióticas a-significantes, territórios subjetivos cristalizados, máquinas técnicas etc.; a única

maneira da subjetivação dominante falhar nesse meio é quando a desterritorialização¹⁴⁹ excede a reterritorialização.

Em algumas situações do cotidiano escolar esse tipo de acontecimento pode se realizar por meio de ações ético-estéticas¹⁵⁰ dos grupos sujeitos. Abre-se nessas ocasiões linhas de fuga que permitem ao estudante realizar agenciamentos fora do processo pendular – consternação e incitação – baseado na antiprodução. Ocorre uma espécie de reconfiguração das velocidades dos fluxos de agenciamentos e dos caminhos que levam à organização dos territórios subjetivos. Eles não conseguem ser completamente axiomatizados pelo capital, o que provoca a desfiguração das rostidades produzidas pelos significantes dominantes.

A desterritorialização causada por ações ético-estéticas não permite que as enunciações dominantes e outros enunciados sobrecodifiquem os agenciamentos, impedindo que caiam na ditadura do significante. Se em uma situação de territorialização e reterritorialização, os significantes impedem que os significados e sentidos apareçam e se agenciem; na desterritorialização os novos sentidos e significações emergem com uma força capaz de torná-los agenciáveis. Como o desejo não é interior ao sujeito, mas produzido imanentemente a partir de fluxos que se conjugam, as linhas de fuga abertas nessas ocasiões permitem que os agenciamentos produzam desejos não axiomatizados pelo capital.

Dessa forma, mesmo que a escola seja uma instituição antiprodutiva e, quase tudo em seu interior trabalhe para a subjetividade se tornar uma fonte de exploração de mais-valia maquínica, alguns agenciamentos dados em seu espaço acabam escapando dos significantes dominantes. Assim, os condensadores de assujeitamento social e servomaquinismo são desarticulados devido a aceleração

¹⁴⁹ A ideia, colocada por Guattari em toda sua obra, que a desterritorialização dissolve as relações sociais capitalistas cristalizadas foi provavelmente inspirada em Karl Marx (2010, p. 43) que dizia: “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. (...) Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e veneradas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens”. Para Guattari (2019, p. 238), tal desterritorialização deveria ser levada ao máximo, só assim o capitalismo conseguiria ir além da sua própria capacidade de reterritorializar e, por conseguinte, provavelmente entraria em colapso.

¹⁵⁰ As ações ético-estéticas serão comentadas no próximo capítulo.

das desterritorializações. Quase nada fica no lugar e as formas serializadas e homogeneizadas de desejar são rompidas para realizar a singularização da subjetividade. Esse lento movimento ético-estético, mas de grande velocidade subjetiva, permite que novos agenciamentos reorganizem as ações pedagógicas. Porém, como tudo é sujeito a reterritorialização, o processo deve ser sempre estimulado e renovado para não ser capturado pelo capital.

Capítulo VI – O paradigma ético-estético na Educação: é possível criar processos de (re)singularização na máquina escolar capitalista?



151

VI. 1. O paradigma guattariano e o *ready-made* artístico

Em uma entrevista concedida para o jornalista Fernando Urribarri¹⁵², no início da década de 1990, Félix Guattari (1996, p. 29) chamou a atenção a respeito dos perigos da destruição da vida no Planeta Terra e a captura da subjetividade pelos

¹⁵¹ Reprodução da obra *Moulin à café* de Marcel Duchamp.

¹⁵² Entrevista realizada, segundo a revista *Cadernos de subjetividade* (1996, p. 34), na cidade de Buenos Aires, em 1991, com colaboração de Suely Rolnik, Paulo Cesar Lopes e Oswaldo Saidon na elaboração de perguntas. Originalmente publicada pela revista *Zona Erogena*, Buenos Aires, Argentina, em 1992.

valores dominantes. Pontuou também que as experiências sensíveis das pessoas estavam sendo reduzidas a um conjunto homogêneo de percepções e afetações condicionadas por um serialismo repetitivo de padrões estéticos que ajudam a modelar a subjetividade. Os gostos, os valores, as emoções e os julgamentos a respeito do belo, por exemplo, se tornaram um subproduto do mercado¹⁵³.

Frente a esse cenário desolador, constatado pelo pensador francês, qual seria a melhor forma de enfrentar os impasses ecológicos e as modelagens estéticas provocados pelo Capitalismo Mundial Integrado? Quais pistas foram deixadas em seus últimos escritos que auxiliariam, sobretudo na atualidade, a resistir e a enfrentar o controle abusivo do capital sobre a vida? A instituição escolar poderia contribuir com o desmantelamento desse processo de captura da subjetividade pelos poderes dominantes? A arte teria condições de levar àquilo que Guattari denominou de revolução molecular?

Pela perspectiva guattariana, a forma mais eficiente (não a única) de reconfigurar a subjetividade serializada pelos maquinismos sociais do capital seria criar novos processos de metamodelização ético-estéticos-políticos¹⁵⁴ e trabalhá-los a partir de um novo paradigma que ele chamou de ético-estético. Na verdade, tal paradigma não seria de base cientificista como o apresentado pelo epistemólogo Thomas Kuhn, mas um paradigma¹⁵⁵ que abandonaria toda pretensão científica e funcionaria como um universo de referência no qual a arte (como técnica capaz de criar novos referenciais de agenciamento e ampliar a capacidade de agir) teria um papel importante a desempenhar na sua organização.

Em outros termos, o novo paradigma guattariano não representaria um modelo universal para ser transposto em um número exato de procedimentos da

¹⁵³ Deve-se lembrar que o modo de perceber esteticamente o mundo na contemporaneidade é modelado conforme as necessidades do capitalismo de cada país ou região global. O que é considerado belo para a maior parte da população de um país, por exemplo, pode ser entendido pela população de outro país como feio.

¹⁵⁴ Esse posicionamento do pensador francês frente a dominação capitalista parece dialogar com as teses de Walter Benjamin, (1988), apresentadas na obra *A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica*, acerca da estetização da política. Para Guattari, era necessário responder à altura desses investimentos de estetização sobre a política, micropolitizando a estética.

¹⁵⁵ Apesar da ideia de paradigma remeter, principalmente, a obra *A Estrutura das Revoluções Científicas do filósofo Thomas Kuhn* (1994), a palavra paradigma é usada pelo pensador francês para se referir a um conjunto de experiências que formam um universo de referência existencial capaz de produzir novas subjetividades.

mesma forma para diferentes lugares, mas forneceria elementos de articulação ético-estéticas que poderiam ser adaptados conforme as necessidades específicas de cada lugar. Além disso, as diferentes formas de expressão artísticas acionadas pelo paradigma se entrecruzariam com a filosofia e as ciências para criar uma textura ontológica de formas de se relacionar consigo e com os outros que (re)posicionaria o indivíduo no mundo. Essa nova forma de ver e sentir o mundo singularizaria as pessoas para enfrentarem os diversos problemas sócio-políticos e afetivos gerados na atualidade. Segundo Guattari (2015, p. 80):

O paradigma estético não depende somente da criação artística – é algo que atua na ciência, na economia, na ecologia – mostra um caminho de criatividade possível. Na verdade, há outras relações interpessoais possíveis, outros vínculos possíveis para tecer o mundo, outras formas de organizar a escola, a instituição psiquiátrica, a vida urbana.

Um novo paradigma articulado pela ética-estética e não pela sua base cientificista fora justificado por Guattari pela necessidade de se compreender amplamente o funcionamento da economia subjetiva nas diferentes esferas sociais, principalmente as institucionais e criar estratégias para enfrentar esteticamente a modelização¹⁵⁶ da subjetividade. Normalmente em um paradigma que parte da causalidade científica, a subjetividade e o desejo são deixados em segundo plano ou são completamente desprezadas como elementos de estudo. Com isso se perde todas as dimensões de criatividade, os coeficientes de liberdade e as bifurcações possíveis do acaso que podem interferir em um acontecimento.

Mas quando se parte do paradigma ético e estético, os múltiplos fatores que compõem as relações sociais (econômicas, políticas, ecológicas, sociais, religiosas etc.) e o desejo configuram-se como um processo criativo que encontra na arte agenciamentos capazes de fazer proliferar e articular novos focos de subjetivações

¹⁵⁶ A modelização da subjetividade (homogênesse) pelos maquinismos sociais é entendida como um processo de dissolução dos códigos sociais, estéticos, linguísticos que reafirmam uma vida singular (heterogênesse). Em outras palavras, pode-se dizer que a modelização da subjetividade é um jogo peculiar e estratégico das relações capitalistas que propagam conteúdos semióticos significantes/a-significantes, enunciados e agenciamentos coletivos de enunciação para a produção de uma subjetividade.

parciais e agenciamentos coletivos de enunciação propícios para as singularizações¹⁵⁷ existenciais. Esse movimento ocorre, segundo Guattari (2015, p. 79), porque a arte consiste em produzir sensações, elaborar novas composições, alterar as percepções, estimular afetos e criar sensações fora da opinião comum. A arte¹⁵⁸ sendo direcionada por essa perspectiva permite experienciar situações inusitadas interpessoais, novos vínculos e, sobretudo, criar uma heterogeneização nos sistemas de valores para tecer um novo mundo.

Essas (re)criações existenciais promovidas pela arte são necessárias porque no capitalismo mundial integrado, as máquinas sociais e técnicas investem pesadamente na estetização da subjetividade. A estética capitalista cria, sobretudo, blocos de sensação e enunciados com bases em significantes dominantes capazes de afetar as pessoas a todo momento e por todos os lados. Dessa relação de dominação emerge, sobretudo, uma subjetividade facilmente manipulada pelas demandas do mercado, cada vez mais empobrecida pelo equívoco generalizado e pela falta de alteridade.

É por esse motivo que a arte¹⁵⁹ parece ser um dos meios mais importantes para se enfrentar o rolo compressor que esmaga e massifica os indivíduos. O artista se torna, nesta condição, um agente de transformação importante para ajudar a enfrentar a serialização subjetiva, a indiferença, a desigualdade social e a destruição ambiental estimulados pelo capital. Isso porque, segundo Guattari (1992, p. 13), as obras artísticas podem despertar desejos de transformação coletiva e pessoal por meio de questionamentos como: “O que estou fazendo aqui?”, “O que faço neste planeta?”, “O que posso fazer?” Essa abordagem, incitada pela politização da estética, para conter a estetização da política, pode levar aos mais diferentes processos de singularização e de transformação radical da sociedade.

¹⁵⁷ O termo singularização era compreendido, pelo pensador francês, como um processo de rompimento com os desejos axiomatizados pelo capital. Tais processos devem ser constantes, pois os movimentos de reterritorialização e sobrecodificação do capitalismo buscam individualizar os territórios subjetivos. Não há singularização definitiva.

¹⁵⁸ Deve-se pontuar que a maior parte das práticas artísticas colaboram com a homogeneização estética capitalista.

¹⁵⁹ Não é exclusividade da arte o processo criativo, mas se, dúvida a que mais leva ao limite a capacidade de invenção.

Inspirado, principalmente, na arte conceitual de Marcel Duchamp¹⁶⁰, Guattari enxergava no artista um cartógrafo micropolítico que, fazendo uso do paradigma ético-estético e político, poderia forjar uma arte disruptiva dos territórios subjetivos homogeneizadas pelo capital. As ações desse artista seriam capazes de identificar as formas de captura da subjetividade pelos mecanismos de subjetivação dominantes e, em paralelo, ativar novos modos de produção de subjetividade abertas para os vetores de vitalidade e de transformação existencial.

Contudo, para Guattari (1992, pp. 115-116), “não se trata de fazer dos artistas os novos heróis da revolução, as novas alavancas da história”. Os artistas, por esta perspectiva, apenas colaborariam ativamente com os processos de ruptura, com o desmonte dos consensos dominantes e com a quebra dos dogmatismos que serializam a subjetividade. Eles ajudariam na construção de novos sistemas de valorização, novos sentidos, novas formas de se relacionar e de entender o mundo. Além disso, o reconhecimento desses artistas não dependeria apenas do seu prestígio midiático, mas da capacidade estética de sua obra afetar e modificar o outro de forma emancipatória.

O motivo pelo qual Guattari se apoiou na obra de Duchamp¹⁶¹ para problematizar o papel da estética nas sociedades atuais, se deve ao fato de Duchamp fazer uso da técnica chamada de *ready made*. Essa técnica consistia em transportar um elemento da vida cotidiana (uso de materiais prontos e industriais), a princípio não reconhecido como artístico, para o campo das artes. O objetivo era desfazer as técnicas e os princípios estéticos padronizados a partir de interferências explícitas que questionassem os valores estabelecidos na arte.

Uma amostra dessa intervenção estética realizada por Duchamp não é marcada apenas pela famosa peça *A Fonte* – um mictório de louça exposto na Associação de Artistas Independentes de Nova York em 1917 – mas ainda pelo quadro, pintado seis anos antes, *Moulin à café*. Foi com essa obra que o artista

¹⁶⁰ De acordo com Guattari (2015, p. 131): “Pode-se tomar essa questão como Marcel Duchamp, por ter assinalado a emergência de um devir que escapa completamente ao tempo. O acontecimento chega como ruptura por relação com as coordenadas de tempo e espaço.

¹⁶¹ Maurizio Lazzarato (2017, p. 29), explorou essa questão no livro *Marcel Duchamp e a recusa do trabalho*.

francês conseguiu escapar da oposição entre a ideia de movimento, exaltado pelos futuristas e a estática apresentada pelos cubistas.

A tela *Moulin à café* apresenta para o expectador uma flecha semicircular que não indica apenas o movimento e a velocidade do mecanismo, mas, sobretudo, a instauração do tempo e suas diferentes velocidades. Não um tempo cronológico, no sentido que se pode quantificá-lo e separá-lo em etapas irreconciliáveis, mas uma temporalidade que engloba o passado, o presente e o futuro de modo que se pode produzir o novo. Esse tempo do acontecimento, foi nomeado por Duchamp de *infrasutil*. Ele pode ser acionado pela intervenção artística, permitindo ao indivíduo acessar a dimensão das pequenas percepções, das diferenças infinitesimais e de territórios subjetivos cristalizados pelos valores dominantes. Nesta nova temporalidade não valem as leis do plano molar, da causalidade do tempo cronológico, da lógica da não contradição e da linguagem pensada pelos linguistas ortodoxos, mas se instaura um espaço-tempo para a construção de mudanças que ocorrem no nível molecular da subjetividade.

Mas como tais mudanças subjetivas poderiam ser colocadas em prática para alterar os modos de subjetivação institucionalizados? Qual seria o papel dos enunciados e das semióticas de significação/não significação nesse processo de singularização via politização da estética? Mais especificamente, as relações pedagógicas poderiam ser modificadas pelo *infrasutil* do *ready made* artístico? Seria possível criar um espaço de singularização subjetiva no próprio espaço escolar para combater (anti/re)produção pedagógica?

No decorrer deste capítulo, as perguntas levantadas acima serão trabalhadas em dois movimentos. No primeiro examinar-se-á as condições necessárias para as mudanças subjetivas a partir do paradigma ético-estético nas instituições escolares. Na sequência será analisado o papel dos enunciados, das semióticas de significação e não significação neste processo. No segundo movimento, buscar-se-á maneiras de colocar em uso o *ready made* artístico como um meio para ativar uma série de processos disruptivos das subjetividades serializadas e homogeneizadas pelos axiomas capitalistas. Acresce-se a isto, algumas

considerações a respeito das possibilidades de construir um espaço de heterogênesse e singularização no ambiente escolar capitalista.

VI. 2– Os enunciados, a produção discursiva, a produção existencial e os focos de subjetivação parciais éticos-estéticos

Ao longo do seu livro *Caosmose: um novo paradigma estético*, Guattari (2015, p. 239) enumerou quatro tipos de problemas que deveriam ser levados em conta para transformar os territórios subjetivos colonizados pelos axiomas capitalistas. Em primeiro lugar, a perda gradual de polifonia subjetiva (heterogênesse) no decorrer da história do Ocidente. Em segundo lugar, a redundância e o empobrecimento dos enunciados¹⁶², que gradualmente levou a uma comunicação baseada em significantes dominantes e redundâncias linguísticas que esvaziam os sentidos e os significados dos enunciados (homogênesse); Em terceiro, a questão da existencialização, da singularização e da autoafirmação crítica, isto é, a necessidade de retrabalhar subjetivamente as semióticas significantes/a-significantes para se posicionar de forma contrária a uma situação pessoal, coletiva e institucional normatizadas e serializadas pelas relações capitalistas; Em quarto, a questão da produção de focos de subjetivação parciais, ou, em outras palavras, como produzir agenciamentos estéticos, éticos e políticos por meio da arte que sabotem diretamente o funcionamento os condensadores de assujeitamento social, servomaquinismo e antiprodução¹⁶³ constitutivos dos territórios subjetivos.

De acordo com Guattari (1992, p. 127), a arte no mundo ocidental se separou tardiamente das outras atividades humanas como atividade específica. A dança, a

¹⁶² Como mostrou Deleuze e Parnet (1998, p. 65): “O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos”. Além disso, o enunciado, seja ele humano ou não humano, é entendido aqui como uma cadeia de signos que, dependendo da configuração formada em determinada situação, se agrupa podendo levar à produção de significações atreladas aos poderes dominantes e/ou de significações “menores” que não hierarquizam os sentidos em favor do capital. Qualquer tipo de enunciado descreve, estabelece ou restabelece relações de poder através da fala e da escrita. Alguns prendem outros libertam, mas todos subjetivam e levam o indivíduo a se posicionar e, dependendo da situação, a agir.

¹⁶³ Resumidamente, pode-se dizer que a antiprodução tem a função de impedir que processos de desarranjo, de contestação e de transformações radicais afetem a integridade do sistema capitalista.

música, as artes plásticas e as pinturas estavam intimamente mescladas às atividades cotidianas, aos rituais e às representações religiosas das pessoas. Através de diversos modos de semiotização transversais, os agenciamentos artísticos conseguiam cristalizar territórios subjetivos voltados para a totalidade do social. Nessas condições, o psiquismo de um indivíduo não estava organizado em faculdades compartimentadas e completamente interiorizadas, mas dirigido e aberto para uma variedade de registros estéticos, expressivos e práticos diretamente conectados à vida social.

Essa interpenetração das diferentes esferas do social deixava pouco lugar para a separação de uma esfera estética distinta da econômica, da social, da ética, da religiosa, da política etc. Com as transformações históricas no final Baixa Idade Média que levaram a dissolução do modo de produção feudal e a expansão do capitalismo como modelo de organização das relações sociais, acentuaram-se a separação entre as esferas que formavam o campo social. O resultado dessa mudança foi uma crescente individuação do sujeito e a gradual perda da polivocidade subjetiva (heterogênese). Em resumo, a produção de subjetividade gerada no contexto do medievo, que era voltada para uma maior riqueza dos sentidos e significados, passou a dar lugar, cada vez mais, a uma subjetividade individuada/individualista pobre em significados, porém cada vez mais rica em símbolos e signos.

Mas, algo ainda mais empobrecedor da heterogênese subjetiva estava por vir. Nas três últimas décadas do século XX, mesmo com uma abundância nas formas de se comunicar, a subjetividade se tornou carente de sentidos e um importante campo para a exploração da indústria capitalista. Ela passou a ser desterritorializada e se reterritorializada cada vez mais rápida para fornecer memórias, competências, crenças, costumes, comportamentos, linguagens, sonhos, medos e condutas que o sistema necessitava para manter a hegemonia do capital no *General Intellect*. Segundo Guattari (1987, p. 188):

O capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo, e é essencial para sua sobrevivência que consiga fazer com que as massas que ele explora os

interiorizem. Convém atribuir a cada um: uma infância, uma posição sexual, uma relação com o corpo, com o saber, uma representação do amor, da honestidade, da morte etc. As relações de produção capitalistas não se estabelecem na escala dos grandes conjuntos sociais; é desde o berço que modelam um certo tipo de indivíduo produtor-consumidor.

A subjetividade serializada pelos componentes de estetização do político constituiu-se a partir de então como um mecanismo que estimula diretamente a produção de outros bens. A subjetividade se tornou uma espécie de matéria-prima fundamental que pôde ser utilizada para qualquer outro tipo de produção de bens de consumo. De acordo com Guattari (2015, 157):

Os docentes, os agentes “psi”, os trabalhadores são, por sua vez, produtos dos equipamentos coletivos e produtores de subjetividade. São operários de uma indústria de ponta, de uma indústria que fornece a matéria-prima subjetiva necessária para todas as outras indústrias e a atividades sociais.

Contudo, em vez de se perguntar como a subjetividade chegou a esse patamar de homogeneização e serialização, buscando a origem do fenômeno ou um momento em que a ela não desempenhava essa função, deve-se, ao contrário, como mostrou Guattari (1992, p. 52), entender que a subjetividade sempre foi um elemento de produção social. Nunca houve uma subjetividade “natural”, mas um constructo completamente gestado pelas relações sociais. Ela sempre foi uma montagem pré-formada a partir de várias relações instituídas e moduladas pelos grupos dominantes de uma determinada sociedade em um contexto histórico.

A diferença com outros períodos da história do capitalismo – por exemplo, o mercantil e o liberal – com o atual é que os processos de estetização e subjetivação mediatizadas não tinham o poder de atingir quase que simultaneamente todos os continentes habitados do planeta. Essa rapidez na produção de uma subjetividade homogeneizante ocorreu a partir da popularização dos meios de comunicação de massa e do desmoronamento econômico-político do bloco soviético. Como mostrou

Guattari (1992, 113), os enunciados humanos e não humanos capitalistas passaram a ser distribuídos por “grandes máquinas discursivas” – emissoras de rádio, canais de televisão, revistas, videogames, telemarketing etc. – sem qualquer contraponto da mesma envergadura que pudesse fazer frente ao poder político, econômico e estético dessas máquinas.

Essa produção de enunciados em larga escala e com alcance subjetivo ampliado passaram a associar a uma coisa (referente), um conjunto de sentidos e significados padronizados. Essa consistência linguística levou os indivíduos a repetir e reproduzir tais enunciados ao preço de repudiar outras possibilidades de sentido e de significado. Desse imenso maquinismo de sujeição semiótica, os enunciados estereotipados funcionaram como modelos de gramaticalidades dominantes. Elas adaptaram e submeteram maciçamente as subjetividades¹⁶⁴ de diferentes povos e culturas aos modos de trabalho, de consumo, de apreciação estética e de comunicação estandardizadas pelo mercado.

Os enunciados¹⁶⁵ do capital – encarnados nas mais variadas maquinações sociais – atravessam diferentes sociedades e ganham outras formas a partir de sua composição semiótica a-significante e significante. Dependendo do agenciamento realizado por uma pessoa ou uma coletividade, os fluxos semióticos podem criar territórios subjetivos que fazem a passagem direta entre os estados de signos e os estados de coisas. Os fluxos de agenciamento intervêm no social como parte das estratégias dos blocos de poder capitalistas estimulando molecularmente a subjetividade para desejar e levando os indivíduos às ações molares.

Essa forma de funcionar dos enunciados e dos fluxos semióticos, resultam em signos geralmente redundantes dos valores dominantes. Eles atualizam a relação que o indivíduo tem consigo mesmo e com outras pessoas. Na verdade, as semióticas significantes realizam operações de poder para assumir o controle de

¹⁶⁴ Como lembra Guattari (1988, p. 82), acerca da criança na escola, citando Basil Bernstein: “Quando uma criança aprende sua língua ou, nos termos que se usará aqui, quando aprende os códigos específicos que determinam seus atos verbais, aprende ao mesmo tempo as exigências da estrutura social na qual está inserida; sua experiência se transforma pelas aprendizagens do próprio exercício que seu discurso, aparentemente espontâneo, o faz realizar”.

¹⁶⁵ Os enunciados não podem ser atribuídos apenas às pessoas, mas às máquinas que estabelecem agenciamentos com os seres humanos.

todos os outros códigos e de todas as outras semióticas. Os significados e os sentidos devem se dobrar e se adaptar ao regime enunciativo de poder gerando na subjetividade do indivíduo três tipos de comportamentos: assujeitamento social, a servomaquinismo e o antiprodutivismo.

O assujeitamento social e o servomaquinismo afetam a subjetividade humana ao mesmo tempo, contudo elas se diferem basicamente em dois pontos principais. O servomaquinismo não faz uso de semióticas de significação para o operar no processo de subjetivação. A subjetivação ocorre por meio de semióticas a-significantes que não passam pelo nível da consciência, mas do inconsciente. O assujeitamento social, por sua vez, usa predominantemente os significantes dos enunciados para operar a produção de subjetividade.

O antiprodutivismo torna o desejo produtivo e favorável à manutenção do capitalismo. Ele não bloqueia nada, ao contrário, torna o desejo conectivo e ponderado. O indivíduo nessas circunstâncias acaba aceitando facilmente a situação econômica e social que está inserido. Seus medos se tornam um freio subjetivo. A frase que melhor expressa essa sensação é: então é assim mesmo. Em resumo, a antiprodução é um processo de subjetivação utilizado pelo capitalismo para impedir qualquer desterritorialização drástica que leve a desarranjos e contestações capazes de abalar e prejudicar os movimentos de produção e reprodução do sistema.

A modelização subjetiva por meio de enunciados elimina, ao máximo, a pluralidade de sentidos e de significados das composições enunciativas e cria padrões estéticos ancorados em imagens e palavras padronizados. Ela faz desaparecer progressivamente os agenciamentos trans-semióticos da polissemia, da prosódia, do gesto, da mímica e da diversidade de posturas corporais em proveito de uma língua rigorosamente assujeitada e padronizada pelas máquinas de comunicação midiáticas. Assim, os processos de subjetivação configuram os antigos e os novos territórios existenciais a partir da homogeneidade de valores para funcionarem a partir da mecânica social dominante. De acordo com Guattari (1992, pp. 133-134):

A subjetividade padronizou-se através de uma comunicação que elimina, ao máximo, as composições enunciativas trans-semióticas (desaparecimento progressivo da polissemia, da prosódia, do gesto, da mímica, da postura, em proveito de uma língua rigorosamente assujeitada às máquinas escrituras e a seus avatares mass-mediáticos). Em suas formas contemporâneas extremas, tal subjetividade tende a se reduzir a uma troca de fichas informacionais, calculáveis por quantidade de bits e reproduzíveis por computador.

Apesar dos enunciados buscarem a sobrecodificação dos universos de valor quase sempre pelos axiomas capitalistas, principalmente por meio do campo dos afetos estéticos, há sempre uma dimensão existencial dessa produção na subjetividade que escapa ao processo de captura. Por isso, ela deve ser levada em conta, pois é geralmente a partir da afetação e da mobilização da percepção do indivíduo por meio da arte que os enunciados podem ganhar outros sentidos e serem direcionados para os processos de (re)singularização.

Esse movimento aconteceria segundo Guattari (1985, p. 01), porque os enunciados formados por semiologias de significação (significantes), de não significação (a-significantes)¹⁶⁶ agenciamentos coletivos de enunciação e protoenunciações funcionam de duas maneiras completamente diferentes à medida

¹⁶⁶ Os fluxos semióticos a-significantes são signos desterritorializados que circulam por meio dos índices da bolsa de valores, cotação do dólar, gráficos de desemprego, conjuntos arquitetônicos, etc. Todos eles não realizam discursos, mas induzem inconscientemente determinadas relações de ideias e ações. Eles não agem como os signos significantes que necessitam de outros signos para se propagar em forma de discursos conscientes, eles atuam imediatamente sobre o desejo e, conseqüentemente, sobre o comportamento dos indivíduos.

As semióticas a-significantes, por essa perspectiva, quase sempre são recobertas pelas semióticas significantes para produzir sentidos, significações, interpretações, discursos, representações e gramaticalidades. Até mesmo as sensações que emergem dessas relações devem ser traduzidas, interpretadas, compreendidas e reativadas por discursos de normalidade. Esses mecanismos interrompem a pluralidade de sentidos que um agenciamento poderia possibilitar ao indivíduo fornecendo-lhe significações padronizadas e podando a potência da linguagem e do ato de enunciar.

que entram em contato com a subjetividade de uma pessoa. Eles podem: 1º) criar uma produção discursiva e/ou 2º) criar uma produção existencial¹⁶⁷.

No primeiro caso, ocorre a fabricação de significados oriundos, quase sempre, de posicionamentos binários opostos e de forças antiprodutivas – lucro/prejuízo, falta/abundância, coragem/medo, conteúdo/expressão, sujeito/objeto etc. – acabam reduzindo a possibilidade de agenciamentos e reforçando representações cristalizadas do passado. Nesse modo de funcionamento axiomatizado dos fluxos semióticos sobre a subjetividade, um elemento sóico se opõe discursivamente ao outro elemento sóico, impondo um referente, o que acarreta, quase sempre, em um referente decalcado de significações universalizadas. O enunciado em seu ritmo discursivo segue uma temporalidade linear que se desdobra à medida que outros enunciados são apresentados. Esse processo dificulta a singularização existencial, mas, mesmo assim, ela não deixa de ser totalmente possível.

No segundo caso, o indivíduo que foi estimulado de forma ética e estética reage ao enunciado dominante através de um autopoicionamento¹⁶⁸ que busca anular as interpretações cristalizadas e criar novos sentidos de modo que se constituam como componentes para uma (re)singularização existencial. Ao se expressar, nessas circunstâncias, o indivíduo expõe francamente os seus valores, pontos de vista, emoções, afetos, simpatias, críticas em relação aos enunciados emitidos em uma determinada situação.

Esse movimento subjetivo leva a uma espécie de pragmática existencial. Ela tem a ver com a produção de si mesmo (autopoiese heterogênea) a partir da reelaboração subjetiva de inúmeros componentes protoenunciativos humanos e não humanos e das semióticas significantes/a-significantes do campo social. Essa

¹⁶⁷ Como lembra Guattari (1985), a existência não é científica. A existência não é algo que acontece através da ciência, não é algo que só pode ser analisado através de métodos científicos. A existência pode ser identificada, mapeada e, identificada por procedimentos não objetivados como os encontrados nas ciências.

¹⁶⁸ A transformação da subjetividade não é inteiramente semiótica discursiva, ela ocorre também por formas semióticas não discursivas humanas (gestos, olhares, tom de voz, posturas corporais etc.) e não humanas (por exemplo, a recusa de uma máquina ou dispositivo em operar). Quando componentes semióticos trabalhados pela ética e pela estética (sempre polissêmicos) atingem a subjetividade novos processos de (re)singularização são gerados.

forma de se organizar subjetivamente segue uma lógica enunciativa circular, como na tela *Molin à café*, o tempo se instaura como um outro tempo de diferentes velocidades, pois os enunciados voltam sobre si mesmos reconstruindo-se de outra maneira na subjetividade do indivíduo. A subjetivação a partir de um autoposicionamento existencial gera ritornelos¹⁶⁹ complexos que compõem novos territórios subjetivos que escapam dos binarismos e dos significantes dominantes que procuram colocar as subjetividades à mercê da interpretação e da compreensão padronizadas pelo mercado capitalista.

O pragmatismo existencial, segundo Guattari (1985, pp. 02-03) possibilitaria ao indivíduo usar certos tipos de enunciados discursivos – mesmo sobrecodificados – para a autoafirmação e construção de um estado existencial singular. Mas isso dependeria também de certos maquinismos estéticos e suas inserções no estilo *ready made* a disposição dessas pessoas. Nestes casos, a escassez de sentidos e significados de um enunciado são retrabalhados a partir de agenciamentos de intensidades afetivas que dialogam com o máximo de composições de sentidos. A partir desse retorno sobre si mesmo, dessa aglomeração de diferentes temporalidades e da consolidação de focos de existencialização, a subjetividade pode atualizar-se criando outras configurações que escapam do empobrecimento dos significados.

É interessante lembrar que os enunciados de uma língua, por si só, não se sustentam por conta própria, não desprendem significados novos por meio de sua estrutura sintática, fonética ou gramatical. Não adianta enunciar ou usar a arte para enunciar algo se o ato de enunciar não afetar profundamente o outro e a si mesmo. Separadas de um ato de enunciar (enquanto ato de expressar algo de forma enfática), as palavras escritas ou ditas, vinculadas pela arte ou máquinas midiáticas, não passam de signos com pouca força de afetação. É a ação de enunciar – formado pelo ato linguístico e pelo ato extralinguístico carregado de modos de

¹⁶⁹ Para Guattari (2015, pp. 82-83), o ritornelo é formado por focos autopoieticos criativos que retornam ao ponto de criação constantemente transformando os territórios subjetivos. É como se o tempo cronológico fosse paralisado para a subjetividade retomasse continuamente os agenciamentos de criação.

existencialização¹⁷⁰ –, que age como vetor de ampliação e reverberação dos significados e sentidos das palavras¹⁷¹. Eles afetam e questionam o interlocutor e os destinatários, mesmo que distantes, de modo que problematizem aquilo que estão pensando e falando. Portanto, o enunciado, pensado a partir de dois extremos opostos, tem uma dupla função: comunicar por meio de significantes dominantes e/ou singularizar abrindo para a polissemia. A politização da estética contra a estetização da política funciona como um motor que modula os enunciados e impulsiona a singularização das subjetividades (heterogênese).

VI. 3 – O paradigma ético-estético e a Educação: é possível criar processos de (re) singularização na máquina escolar capitalista?

Se no Capitalismo Mundial Integrado as máquinas sociais realizam operações de (re-anti)produção baseadas na modelagem subjetiva (homogênese), por que esperar que uma instituição como a escola permita a criação de processos de singularização (heterogênese) em seu interior? A resposta guattariana para esta espécie de pergunta, presente desde o texto *Máquina e estrutura* de 1969, é bem interessante. Embora as máquinas sociais¹⁷² funcionem a partir de um certo pré-determinismo¹⁷³ estruturante, nem a subjetividade nem o desejo do indivíduo (enquanto máquinas desejantes) são pré-determinados. Isso significa que os

¹⁷⁰ Como mostrou Maurizio Lazzarato (2014), a análise do existencial e da fala realizada por Guattari lembra a última fase de Michel Foucault, em particular o curso “O governo de si e dos outros”, sobre a parresia. O enunciado parresiástico, que também é um ato de fala, não só produz efeitos sobre o outro, mas transforma a condição existencial do indivíduo. A existencialização, dessa maneira, marcaria um autoposicionamento do indivíduo frente aos enunciados sobrecodificados e despertaria na subjetividade do ouvinte inúmeros questionamentos. A mudança realizada por esse posicionamento no ato da fala se daria, portanto, pela afirmação subjetiva e pelo posicionamento ético-estético e político do indivíduo. É a partir dessa dimensão existencial que a subjetividade trabalharia as semióticas significantes e, sobretudo, as a-significantes para quebrar os condensadores semióticos de servomaquinismo e assujeitamento social.

¹⁷¹ Como lembra Maurizio Lazzarato (2014, pp. 164-165): “O sujeito não é um efeito da linguagem, a linguagem não é a causa do sujeito. Pois o sujeito não é constituído por uma estrutura linguística preexistente, mas através de um autoposicionamento, de uma autoafirmação que se combina com as palavras, com os outros e com o mundo”.

¹⁷² As máquinas sociais ou equipamentos coletivos estão sempre ligados às mais diversas máquinas técnicas, abstratas e desejantes. Elas não são, como mostra Guattari (2015, pp. 103-104), “(...) um amontoado de areias e pedras, um objeto inerte (...), mas algo que manifesta uma certa vida pois está em constante comunicação com outras máquinas.

¹⁷³ Paulo Freire (1996, p. 111), “nem somos, mulheres e homens, seres simplesmente determinados nem tampouco livres de condicionamentos genéticos, culturais, sociais, históricos, de classe, de gênero, que nos marcam e a que nos achamos referidos.”

territórios subjetivos e a práticas institucionais podem ser reconfiguradas a partir de conexões e agenciamentos que levam à singularização.

No ambiente escolar, a passagem de um modo de subjetivação massificante para uma subjetivação singularizante dependeria, principalmente, de grupos sujeitos (de professores e de outros profissionais) que buscassem colaborar com a produção de focos de subjetivação parciais baseados em referenciais ético-estéticos. Os grupos sujeitos se serviriam, sobretudo, da arte¹⁷⁴ como um processo estético criador para reconfigurar o campo educacional.

Essas ações estéticas dos grupos sujeitos, sempre em disputa com os grupos sujeitados, seriam tentativas de rearticular – com a ajuda da poesia, da pintura, da música, da dança etc. – uma produção de subjetividade polissêmica¹⁷⁵ e disruptiva das individualizações. Elas criariam blocos de sensações capazes de articular o existencial e o discursivo para desmanchar às percepções e as opiniões alicerçadas na lógica capitalista. Como lembra Eduardo Galeano (2009, p. 40), a função da estética, na qual a arte faz parte, é criar um estado de alteração das percepções:

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente

¹⁷⁴ Guattari (2015, p.79): “Penso que a arte consiste essencialmente em produzir máquinas de sensação ou composição, em criar perceptos tirados das percepções, afetos distintos do sentimento, sensações fora do senso-comum (...). Mas a arte é também um sistema de redundâncias significativas, sempre oprimidas pelos significantes de poder, ligadas aos meios de comunicação de massa mediante a uniformidade das opiniões, das enquetes e refém do conformismo generalizado. Neste sentido, a criação estética dá um basta nisso tudo. Sendo que criar não significa produzir obras segundo as regras da escola ou do estilo, o que conta acima de tudo é a raiz da enunciação desta criação, a raiz que se encontra principalmente no olhar do artista, na escuta do músico, e na criatividade existencial tão presentes nos doentes mentais, nas crianças e nas sociedades arcaicas”.

¹⁷⁵ A subjetividade polissêmica animista e transindividual, segundo Guattari (1992, p. 130) pode ser encontrada no mundo da primeira infância, da loucura, da paixão amorosa, da criação artística.

conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Me ajuda a olhar!

No caso da escola, a função estética da arte seria captar a lacuna entre o significante dominante e o a-significante, como ainda deixaria visível a estrutura social existente para construir perceptos e afetos voltados para (re)singularização individual e/ou coletiva dos estudantes. A subjetivação estética provocaria uma espécie de caomose-esquizo nos territórios subjetivos, isto é, uma série de transformações heterogêneas moleculares “incorporais” (curtos-circuitos subjetivos) realizadas pelos novos processos estéticos. Esses processos auxiliariam na transformação e reconfiguração das subjetividades autopoeticamente.

A singularização que ocorresse como efeito da subjetivação estética teria um efeito questionador dos significantes dominantes, das relações sociais estabelecidas, das tradições caducas e dos valores mediados. Ela introduziria mudanças pessoais moleculares que ajudariam na reelaboração dos universos existenciais e também nas transformações coletivas molares que viabilizam um *savoir-faire* em direção à construção de um outro mundo. Em outras palavras, a singularização geraria novos sentidos, abriria o desejo para novas práxis e desmontaria a linha de produção de uma subjetividade modelada como fonte de recursos para a exploração dos grupos dominantes.

O processo de singularização baseado no paradigma guattariano ativaria no meio escolar produções de subjetividade, isto é, formas de construir a existência, baseados nos princípios éticos, estéticos e políticos. Isso ocorreria porque as ações estéticas no ambiente pedagógico se caracterizariam como atos de criação artísticos geradores de novos territórios subjetivos nos estudantes. As posturas éticas promoveriam formas de agir pessoais e coletivas comprometidas com uma existência voltada para a harmonia com o mundo e com os outros. As ações políticas, por sua vez, uniriam a esfera estética e ética para enfrentarem as serializações e homogeneizações que impedem a produção de subjetividade voltadas para a singularização. Nas palavras do próprio Guattari (1992, p. 137):

O novo paradigma estético tem implicações ético-políticas porque quem fala em criação, fala em responsabilidade da instância criadora em relação à coisa criada, em inflexão de estado de coisas, em bifurcações para além de esquemas pré-estabelecidos e aqui, mais uma vez mais, em consideração do destino da alteridade em suas modalidades extrema.

Não basta que o estudante nas séries finais do ensino básico tenha assimilado os conteúdos de cunho científico, linguístico, filosófico das grandes áreas do conhecimento humano, mas que, sobretudo, produza uma relação criadora com o que aprendeu, atribuindo novas relações e sentidos. Para esse processo se realizar seria necessário um espaço-tempo pedagógico que não fosse construído a partir de convenções impostas, de hierarquias estanques e de violências verbais, mas sim organizado a partir de uma relação de simpatia, confiança e cumplicidade. Uma educação para a singularização atualizaria os territórios subjetivos fornecendo ao estudante elementos de criação, interpretação, imaginação, expressão, compreensão, memória e interlocução que enriqueça a subjetividade a ponto de criar novas relações sociais e institucionais.

Nessas circunstâncias, a escola se tornaria uma máquina de guerra ético-estética e política produtora de experiências pedagógicas contrárias a serialização da subjetividade pelo capitalismo. Em uma sociedade cujas relações sociais são estimuladas pela estetização do corpo, do comportamento, da imagem pessoal, do consumo etc., nada mais adequado que a politização da estética para enfrentar as reterritorializações formadoras das individualizações massificantes e reacionárias.

A experiência estética¹⁷⁶ que a escola realizaria por meio de atividades capitaneadas pela arte fundaria um tempo e um espaço de criação no interior desta máquina social. Esse *ready-made*¹⁷⁷ proporcionado pelas ações artísticas,

¹⁷⁶ Segundo Guattari (1992, p. 130): “A potência estética de sentir, embora igual em direito às outras – potências de pensar filosoficamente, de conhecer cientificamente, de agir politicamente – talvez esteja em vias de ocupar uma posição privilegiada no seio dos agenciamentos coletivos de enunciação de nossa época”.

¹⁷⁷ Há um paradoxo presente nas relações de *ready-made*. Ele consiste no fato de que o enunciado discursivo (produtor de homogeneidade) e o existencial (produtor de heterogeneidade) serem, quase sempre, realizados de uma só vez. Contudo, cabe a subjetividade estimulada pelas experiências de subjetivação parcial ético-estética operar pequenas transformações existenciais, quebrando os

enquanto um processo de subjetivação, ferramentalizaria a subjetividade para transformar os enunciados discursivos baseados em significantes dominantes em enunciados de produção existencial. Nessas condições emergiria uma variedade de componentes – verbais, corporais, espaciais – que engendraria a proliferação de pontos de vista voltados para a singularização. Como afirma Guattari (1992, p. 118; p. 120):

Antes da influência desse bloco de sensação, desse foco de subjetivação parcial, era cinzenta monotonia; depois, não sou mais eu mesmo como antes, fui arrebatado em um devir outro, levado para além de meus Territórios existenciais familiares. É o próprio ser que transmuda, germina, se configura. Os objetos da arte e do desejo são apreendidos em territórios existenciais que são ao mesmo tempo corpo próprio, eu, corpo materno, espaço vivido, ritornelos da língua materna, rostos familiares, narrativa familiar, étnica...

A afetação estética, ética e política poderia ocorrer a partir de iniciativas realizadas pelos professores¹⁷⁸(as) no ambiente escolar. O uso de recursos estéticos em abundância, não apenas pela disciplina de arte, mas por todas as disciplinas do currículo poderia gerar maior interesse e mobilizar o entusiasmo dos estudantes. Dessa forma, quando um bloco de afeto estético atingisse algum(a) estudante ocorreria uma cristalização ontológica complexa que procederia a uma alterificação dos territórios subjetivos. Neste momento não seria apenas a subjetividade de um indivíduo que estaria em jogo, mas inúmeras outras subjetividades que se relacionaria com ele no decorrer do dia e de sua vida.

É por esse motivo que a singularização sempre deve ser evitada, principalmente na máquina escolar. Ela pode danificar as engrenagens do sistema

significantes dominantes e a lógica mistificadora do capital. As mudanças diretas e indiretas provocadas pela experiência estética baseada no novo paradigma guattariano acarretariam novas sensibilidades e percepções capazes de inventar uma outra escola.

¹⁷⁸ Sem dúvida alguma, esse professor(a) deve ser melhor remunerado, ter uma carga de trabalho em sala de aula reduzida, poder trabalhar em um ambiente adequado para a realização de seu trabalho etc. Infelizmente a maior parte das instituições educacionais de ensino básico (público, privado, confessional) no Brasil não oferecem condições para a realização de um trabalho emancipatório e transformador por meio da Educação.

causando a paralisia dos processos de assujeitamento social e servomaquinismo que o capitalismo necessita para (re)produzir e antiproduzir. Toda e qualquer experiência ligada a sensibilidade e a percepção que extrapole as dinâmicas estéticas consolidadas pelo capitalismo colocaria em xeque as estratégias de modelizações dos gostos, das expressões, dos prazeres, dos gestos, dos comportamentos, dos consensos. Quando a singularização ocorre, a subjetividade (a grande fonte de matéria-prima que alimenta o *General Intellect*) pode, nessas circunstâncias, se tornar resistente aos domínios do capital. Segundo Guattari (2001, p.33):

A subjetividade capitalista, tal como é engendrada por operadores de qualquer natureza ou tamanho, está manufaturada de modo a presumir a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis de atrapalhar e perturbar a opinião. Para esse tipo de subjetividade, toda singularidade deveria ou ser evitada, ou passar pelo crivo de aparelhos e quadros de referência especializados.

Uma ruptura com o processo de homogeneização capitalista pela máquina escolar pressupõe a criação de agenciamentos parciais que sejam capazes de resistir aos condensadores de assujeitamento social e de servomaquinsimo. Esses agenciamentos e práticas permitiriam desprender-se do individualismo, das funções estagnadas, dos papéis estereotipados, das hierarquias impostas e criar coletivos de decisão que pudessem favorecer o desenvolvimento de novas formas de desejar.

Mesmo que as relações escolares sejam tomadas por uma espécie de programa geral capitalista que busca anular toda possibilidade de heterogênesse e de singularização, o paradigma ético-estético mostra que um caminho institucional de criatividade é possível. Contudo, não se trata de um programa de ações de cunho universal, muito menos de atos individuais isoladas, mas de uma prática coletiva onde uma atitude criativa seja aplicada em casos concretos. É na trincheira da estética ligada a política e a ética que se encontra um importante núcleo de

resistência para a subjetividade não ser esmagada pelo rolo compressor dos significantes dominantes presentes na máquina escolar capitalista. A politização da arte pelo paradigma guattariano pode contribuir para aquilo que o pensador francês chamou de “revolução molecular”, isto é, a transformação radical do desejo para romper as estruturas sociais do Capitalismo Mundial Integrado.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procurei tomar de empréstimo o aparato analítico-conceitual de Félix Guattari para se pensar a produção de subjetividade¹⁷⁹ na Educação. Quis, assim, como objetivo principal, entender o funcionamento micropolítico da instituição escolar capitalista a partir do conceito de máquina, isto é, por meio da relação intrínseca entre estrutura e desejo. Como ainda, de forma secundária, busquei criticar duas situações que permanecem presentes em alguns meios acadêmicos brasileiros que estudam os dispositivos conceituais de Guattari & Deleuze. A primeira consiste em apresentar pejorativamente o movimento pós-estruturalista, no qual a dupla de pensadores franceses participou, como pós-moderno e, a segunda situação, em minorar as análises guattarianas ou, até mesmo, fazê-las desaparecer para dar destaque apenas ao pensamento de Deleuze¹⁸⁰.

A necessidade de colocar à prova os conceitos guattarianos para se problematizar a instituição escolar e afirmar Guattari como um intercessor pós-estruturalista importante para a Educação justifica-se pela fecundidade e originalidade de sua obra pessoal. Poucos pensadores do final do século XX conseguiram unir de forma eficaz a riqueza conceitual, as experiências institucionais e a militância política para mobilizar questionamentos que colocam em dúvida os modos como os poderes dominantes produzem processos de subjetivação vinculadas ao capitalismo.

O modo especial de Guattari se empenhar para interrogar e enfrentar os problemas postos pelo capitalismo foi percebido por um jornalista do Programa “*Grandes entrevistas*” da televisão francesa, no final da década de 1980. Ele disse que havia dois modos de se engajar bastante conhecidos na França e que Guattari havia criado um terceiro. O primeiro, seria a maneira de Jean-Paul Sartre, isto é,

¹⁷⁹ A produção de subjetividade capitalista é definida por seu caráter sistêmico. Não se trata apenas de um conjunto de ações localizados que produzem subjetividade, mas um processo constante e complexo que se reproduz no âmbito econômico, político, institucional e das relações sociais.

¹⁸⁰ O pensamento de Guattari é predominantemente associado ao de Gilles Deleuze por terem escrito relevantes obras, mas há uma obra própria de Guattari. Quando a obra em conjunto é estudada, muitos pesquisadores dão relevância apenas ao nome de Deleuze.

por meio dos partidos políticos e dos sindicatos. Mas havia um problema, pois neste tipo de relação havia pouco espaço para que as pessoas pudessem falar, geralmente se falava pelos outros. O segundo tipo de engajamento seria, *à la* Michel Foucault, ou seja, todos os níveis sociais deveriam ser problematizados - educação, prisão, psiquiatria, loucura, sexualidade etc. - para fazer o outro falar e dar voz ao outro. O terceiro era o engajamento micropolítico guattariano. Era neste nível do social – entre a estrutura e o desejo – que ocorria a criação de novas práticas sociais, uma vez que a reestruturação do ato político deveria partir do nível molecular para atingir o molar e fazê-lo despedaçar. Guattari não só dava voz ao outro, mas também fornecia instrumentos conceituais para os indivíduos, as coletividades e as instituições enfrentarem os processos de subjetivação homogeneizantes do capitalismo.

Aproveitando-se, particularmente, da análise micropolítica criada por Guattari, esta pesquisa identificou conceitualmente que a instituição escolar funciona como uma máquina que pode operar a partir da estrutura social vigente e/ou partir da inclusão do “diferenciante” na forma de desejo. Quando ela funciona cumprindo a função estrutural, ela aparece como uma máquina semiótica estratégica do capitalismo. Por sua vez, quando a escola é pensada a partir do “diferenciante” na forma de desejo, ela passa a ser entendida como uma máquina de guerra que pode colocar em funcionamento a produção social e as relações sociais para rejeitar a estrutura social vigente.

Tudo depende de como o desejo é investido pelas semioses significantes e a-significantes no interior da instituição escolar para aderirem ou não aos axiomas capitalistas. Pelo enfoque estrutural, a escola ajuda a conectar a economia-libidinal do estudante à economia-política burguesa. Ela fornece uma variedade de operações de subjetivação intermediadas por diferentes máquinas técnicas, sociais e abstratas que proporciona circuitos peculiares de redundâncias semióticas produtoras de significações para a estabilização e funcionamento do campo social capitalista. Nessas operações são estimuladas a antiprodução, o assujeitamento social e o servomaquinismo para tornar a subjetividade uma potência produtiva para a extração de mais-valia maquínica.

Essa análise micropolítica do funcionamento estrutural da instituição escolar mostra que a matéria que é ensinada atrás dos seus muros, além de se relacionar com os conhecimentos, as competências e as habilidades, está, sobretudo, associada a uma forma de modelar a matéria libidinal dos estudantes para aceitar a hierarquia, a competição, a submissão, a exploração do trabalho etc. Além disso, é nessa mesma operação de subjetivação, nessa mesma organização dos desejos, que se encontra a base de uma subjetivação repressiva a respeito do gênero e da sexualidade.

Tudo contribuí, na maquinaria escolar, para o assujeitamento generalizado da subjetividade. Desde a organização do espaço e do tempo, passando pela forma como é ditado os ritmos das atividades, o exercício da fala e, indo até as simples proibições ligadas ao comportamento corporais, todas as dinâmicas pedagógicas são organizadas pelas demandas capitalistas. Não se pode ignorar também a manutenção das crianças e dos profissionais do ensino a uma atitude de submissão silenciosa aos órgãos administrativos, às famílias, à religião e ao Estado.

Quando a escola é analisada pelo enfoque do “diferenciante” na forma de desejo, ela passa a ser problematizada conceitualmente como um local de combate, de enfrentamento e de instauração de estratégias e táticas contrárias as subjetivações alinhadas com o sistema dominante. Apesar da escola estar organizada a partir das estruturas sociais existentes, a economia desejante dos estudantes está aberta para o novo. Basta que novos focos de subjetivação existências éticos e estéticos entrem transversalmente em cena para criarem novos territórios subjetivos.

Para isso ocorrer seria necessário que os grupos sujeitos fizessem uso do paradigma ético/estético/político e colocassem a arte como principal instrumento de transformação subjetiva. Como a estética atravessa todos os campos de atividade humana, a função da arte no campo pedagógico seria criar novas percepções e afetações que transpassassem a subjetividade em movimentos de criação de territórios existências. A maior difusão do uso da arte para estimular o entusiasmo dos estudantes poderia libertar as subjetividades dos aprisionamentos homogeneizantes ditados pelos axiomas do capitalismo.

A arte é considerada como um campo de resistência aos processos capitalistas, pois é por meio dela que se realiza a criação do novo e uma via para modificar a própria realidade. Isso ocorre porque a obra de arte coloca indiretamente o artista e o espectador em um processo de afetação que possibilita a subjetividade deste último se abrir para o inesperado e viabilizar novas formas de se relacionar. Em outras palavras, a arte proporciona ao espectador reconstruir seus territórios existenciais subjetivos modificando as relações com o mundo para viver diferente.

Apropriar-se, portanto, do pensamento de Guattari possibilita compreender como a líbia, enquanto desejo, é manipulada para manter a estrutura social vigente funcionando e, ainda, como se pode criar modos de resistência que rompam com a estrutura social vigente. Tal ruptura é entendida como um agenciamento capaz de resistir a antiprodução, ao assujeitamento social e ao servomaquinismo produzidos pelo Capitalismo Mundial Integrado.

Referências Bibliográficas

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. Tradução de Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

ALTHUSSER. Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Sobre a Reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2º edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

ANDERSON. Perry. **As origens da Pós-modernidade**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ANDRADE, Fernando C. B; CARVALHO, Maria Eulina P. de. [et al.]. **Instituir para ensinar e aprender: introdução à pedagogia institucional**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

APPLE, Michel. **Trabalho docente e textos: economia política das reações de classe e gênero em educação**. Porto Alegre Artmed, 1995.

_____. **Política Cultural e Educação**. São Paulo Cortez, 2000.

_____. **Educação e Poder**. Porto: Porto Editora, 2001.

_____. **Educação à direita. Mercado, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

BAREMBLIT. Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 4º edição. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **Elementos de Semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

BERARDI, Franco. **A fábrica da infelicidade: trabalho cognitivo e crise da new economy**. Tradução de Orlando os reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Félix: narracion del encuentro con el pensamiento de Guattari: cartografia visionaria del tiempo que viene**. Buenos Aires: Cactus, 2013.

_____. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

_____. **Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem**. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

_____. **Extremo: crônicas da psicodelfação**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2020b.

BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

BOWLES, S. e GINTIS, H. **Schooling in /capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life**. New York: Basic Books, 1976.

CAMARGO, André, Campos. **Félix Guattari: subjetividade, capitalismo e educação**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, 2014, 103f.

CAMARGO, André, Campos. VALERIO, R. G. **Itinerários aberrantes: sujeição e resistência na recente ordem capitalista**. 1ª ed. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

CARVALHO, Alexandre F. **Foucault e a função-educador: sujeições e experiências de subjetividades ativas na formação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

CARVALHO, Alexandre F. de; CAMARGO, André Campos de. **Guattari e a topografia da máquina escolar**. ETD- Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 107-124, jan./abr. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6457>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. **Sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CORAZZA, S. M. **Infância & educação: era uma vez... quer que conte outra vez?** Petrópolis: Vozes, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Maria Echadalar, São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. _____. **Comum: ensaios sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles. **A Ilha Deserta e outros textos**. Edição preparada por David Lapoujade: organização da edição brasileira e revisão técnica Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Georges Lamazière. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

_____. _____. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1ª reimpressão – 2002a.

_____. _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1ª reimpressão – 2002b.

_____. _____. **Kafka: para uma literatura menor**. Tradução de Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

_____. _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2ª reimpressão – 2004.

_____. _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 3ª reimpressão – 2005.

_____. _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 4ª reimpressão – 2006.

_____. _____. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. _____. **Kafka: para uma literatura menor**. Tradução de Cintia Vieira da Silva. Revisão da Tradução Luiz B. L. Orlandi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DOSSE, François. **Gilles Deleuze et Félix Guattari: biographie croisée**. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

_____. **História do estruturalismo. V. 1. O campo do signo**. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru:Edusc, 2007.

_____. **História do estruturalismo. V.2. O Canto do cisne**. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru:Edusc, 2007.

_____. **Gilles Deleuze & Félix Guattari: Biografia Cruzada**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998.

ESTABLET, Roger. **A escola**. In revista As instituições e os discursos. Tempo Brasileiro. n° 35, 1974.

FERNÁNDEZ, Enguita, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **O cuidado com a verdade**. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. (Coleção Ditos e Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 240-251.

_____. **O nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 68ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIEDEMANN, Georges. **Le travail en miettes**. Paris: Gallimard, 1964.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Subjetividade, ideologia e educação**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

GALLO. Silvio; FILORDI de Carvalho, Alexandre. **Des lycéens se constituent en « groupe sujet » et réinventent une confiance politique.** Revue Internationale d'Éducation Sèvres, v.1, p. 137-146, 2016.

GIBBS. Grahlan. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIROUX, Henry. **Pedagogia Radical.** Tradução de Dagmar M. L. Zibas. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

_____. **Cruzando Fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação.** Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____. **Atos Impuros.: a prática política dos estudos culturais.** Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GODOY, Ana. **A menor das ecologias.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GUATTARI. Félix. **Desidero e rivoluzione: entrevista a Félix Guattari.** Milano: Squilibri, 1977.

_____. **Guattari entrevista Lula.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** Tradução de Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizoanálise.** Tradução de Constança Marcondes César e Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1988.

_____. **Linguagem, Consciência e Sociedade.** In LANCETTI, Antonio (org.). **Saúde Loucura 2.** 3º edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1990.p. 3-17.

_____. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Tradução de Ana de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. **Ritournelle(s).** Paris: Éditions de la Pince à Linge, 1999.

_____. **As três ecologias.** Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 12. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

_____. **La Philophie est essentielle à l'existence humaine.** La Tour-d'Aigues: L'Aube, 2002.

_____. **A paixão das máquinas.** In Cadernos de Subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Volume I, nº 1, São Paulo, 2003. p. 40-51.

_____. **Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. Aparecida: Idéias & Letras, 2004a. pp. 59-69.

_____. **Plan sobre el planeta: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares.** Madrid: Edición: Traficantes de Sueños, 2004b.

_____. **Da Produção de Subjetividade:** in PARENTE, André (org). **Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual.** 3º edição. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008. p. 177-191.

_____. **La valeur, la monnaie, le symbole.** In : Revolution Moléculaire. Paris: Éditions de L'aube, 2011.

_____. **Un Amour d'UIQ: scénario pour un film qui manque.** Paris: Éditions Amsterdam, 2012.

_____. **Lignes de fuite: pour un autre monde de possibles.** Paris: Éditions de L'aube, 2014.

_____. **Qué es la ecosofia?** Traducción de: Pabo Ires. Buenos Aires: Cactus, 2015.

_____. **Guattari: confrontações/ conversas com Kuniichi Uno e Laymert Garcia dos Santos.** São Paulo: n-1 edições, 2016.

_____. **Escritos para El Anti-Édipo.** Traducción de: Pabo Ires. Buenos Aires : Cactus, 2019a.

_____. **Ritornelos.** Tradução: Hortência Santos Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2019b.

_____. **Os anos de inverno 1980-1985.** Tradução de: Felipe Shimabukuro. São Paulo: n-1 edições, 2022a.

_____. **Desejo e Revolução.** Tradução de: Vladimir Moreira Lima. São Paulo: sobinfluencia, 2022b.

GUATTARI, Félix. NEGRI, Antonio. **Las verdades nómadas & General Intellect, poder constituyente, comunismo.** Madrid: Ediciones Akal, 1999.

_____. _____. **As verdades nômades: por novos espaços de liberdade.** Tradução de Mario Antunes Marino, Jeferson Videl. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUATTARI/KOGAWA. **Rádio Livre: autonomia.** Tradução: Anderson Santos. São Paulo: Alex Peguinelli Trevizo, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Modernidade- um projeto inacabado (1980).** In: **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas:** arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas e duas conferências de Jürgen Habermas. Otília Arantes e Paulo Arantes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** Tradução de Tomaz Tadeu, 2a ed., 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 26° ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

HJELMSLEV, Louis. **Ensaio Linguísticos.** Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem.** Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ILICH, Ivan. **Educação e Liberdade.** Trad. de Nelson Canabarro. São Paulo: Imaginário, 1990.

JAMESON, Fredric. JAMESON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo.** Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** Tradução de Maria Elisa Cevalco. 2° ed. São Paulo: Editora Ática, 2006b.

_____. **Periodizando os anos 60.** In **Pós-modernismo e Política.** Organização de Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **O pós-modernismo e a Sociedade de Consumo.** In **O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas.** Organização de E. Ann Kaplan. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões.** São Paulo: Boitempo, 2009.

KOHAN, W. O. **Infância: entre Educação e Filosofia.** Belo Horizonte. Autêntica. 2005.

_____. **Infância, estrangeiridade e ignorância.** Belo Horizonte. Autêntica. 2007.

KUHN, Thomas, S. **A estrutura das revoluções científicas.** 3º edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Tradução de Mariana Echadar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo.** Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal.** Tradução por Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EduFSCar, 2011.

_____. **Signos, Máquinas, Subjetividades.** Tradução de Paulo Domenech Oneto com a colaboração de Hortência Lencastre. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: N-1 Edições, 2014.

_____. **O governo do homem endividado.** Tradução de Daniel P. P. da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2017a.

_____. **Marcel Duchamp e a recusa ao trabalho.** Tradução de Gustavo Gumiero. São Paulo: Scortecci Editora, 2017b.

_____. **Fascismo ou Revolução?** Tradução de TakashiWakamatsu e Fernando Sheibe. São Paulo: n-1 Editora, 2019.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise.** Tradução de Pedro Tamem. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAZZARATO, Maurizio. NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial.** Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Ubu, 2017.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

MAGALÃES, Fernando. **Tempos pós-modernos**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paul: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2º Edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAN, Edgar. **Ma(io)s**. In Maio de 68: a barricada. Tradução de Anderson Lima da Silva. Martha Colleto Costa. São Paulo: Autnomia Literária, 2018.

NEGRI, Antonio. **Deleuze e Guattari: uma filosofia para o século XXI**. Tradução de Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

OURY, Jean. **O coletivo**. Tradução de Antoine Ménard. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

PARENTE, André (org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Tradução de Rogério Luz et alii. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (org). **Pistas do método da cartografia:**

Pesquisa – intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. 3º edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PELBART, Peter, Pál. **Nau do Tempo-Rei: 7 ensaios sobre o tempo da loucura**. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1993.

_____. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **O Averso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: n-1 Editora, 2013

_____. **Ensaio do Assombro**. São Paulo: n-1 Editora, 2019.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América**. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2004.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REICH, Wilhelm. **Escute Zé-ninguém!** Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REIGOTA, Marcos. **A ecosofia de Félix Guattari e suas conexões tropicais**. In *Conexões: Deleuze e máquinas e devires e...* organização Alda Romaguera e Antonio Carlos Amorim. Rio de Janeiro: DP et Aii Editora, 2016.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

_____. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetina**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. 2, ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de Método**. Tradução de Bento Pardo Junior. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

_____. **O que é a subjetividade?** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 28ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-102.

TONUCCI, F. **Com olhos de criança**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VASQUEZ, Aïda. OURY, Fernand. Tradução de Francisco Paiva Boléo. **Da classe cooperativa à pedagogia institucional**. Lisboa: Editora Estampa, 1978.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

WILLIAMS. James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. 2°. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.